



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**235ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 23 e 24 de julho de 2015**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**235ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Local:** Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

**Data:** 23 e 24 de julho de 2015

1 Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e quinze teve início a Ducentésima Trigésima  
2 Quinta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do  
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da  
4 Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDDEV, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos.  
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:  
6 Conselheira Telma Maranhão Lopes, MDS; Conselheira Solange Teixeira, SENARC; Conselheiro José  
7 Ferreira da Crus, MDS; Conselheiro Pedro Tomaz de Oliveira Neto, MDS; Conselheira Maria José de  
8 Freitas, MDS; Conselheira Célia Maria de Souza Melo, FONSEAS; Conselheira Marlene de Fátima  
9 Azevedo Silva, Vice-Presidente do CNAS; Conselheiro Thiago Ferreira Cabral, Fundação  
10 DorinaNowill para Cegos; Conselheiro Naelson da Silva Ferreira, Rede Brasileira de Cooperação ao  
11 Desenvolvimento; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Lar Fabiano de Cristo; Conselheiro Alceu  
12 Kuhn, Organização Nacional de Cegos do Brasil; Conselheira Aldenora González, Instituto EcoVida;  
13 Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Movimento Nacional de População de Rua; Conselheira  
14 Margareth Dallaruvera, FENAS; Conselheira Patrícia Alves Vieira, Central dos Trabalhadores e  
15 Trabalhadoras do Brasil; Conselheira Jucileide do Nascimento, Conselho Federal de Serviço Social;  
16 Conselheiro Leovane Gregório, Conselho Federal de Psicologia; Conselheira Cláudia Laureth  
17 Faqunote - União Brasileira de Educação e Ensino; Conselheira Dulcinéia Reginato Francisco; Jorge  
18 Abraão de Castro; Clátia Regina Vieira; Secretária-Executiva Substituta, Sra. Maria Auxiliadora  
19 Pereira (Dorinha).**Convidados:** Denise Ratmann Arruda Colin; José Dirceu Galão Júnior; Ieda Maria  
20 Nobre de Castro; André Quintão Silva; Dra. Paula Ravanelli Losada; Célio V. Moraes – Relatoria;  
21 Adailton Amaral Leite – Assessor do SNAS; Sra. Dulcelena Alves Vaz - Diretora Executiva do  
22 Fundo Nacional de Assistência Social.**ABERTURA.**O Presidente inicia a reunião, cumprimentando  
23 os presentes e solicita a conferência do quórum. Em seguida, a Secretária Executiva Maria  
24 Auxiliadora cumprimenta os presentes e realiza a conferência do quórum: Conselheiros titulares  
25 presentes: Telma Maranhão Gomes; Marlene de Fátima Azevedo Silva; Jorge Abraão de Castro; José  
26 Ferreira da Crus; Célia Maria de Sousa Melo Lima; Cláudia Laureth Faqunote; Márcia de Carvalho  
27 Rocha; Anderson Lopes Miranda; Samuel Rodrigues; Clátia Regina Vieira; Patrícia Alves Vieira;  
28 Conselheiros Suplentes. Maria José de Freitas; Thiago Barbosa Cabral (no exercício da  
29 titularidade); Naelson Ferreira; Dulcinéia Francisco Reginato; Aldenora Gomes González; Jucileide  
30 Ferreira do Nascimento e Leovane Gregório.**Item Aprovação da pauta da 235ª Reunião Ordinária.**

31 A Vice Presidente Marlene realiza a leitura da pauta: **“Dia 23/07/2015, de 9h às 9h15: aprovação**  
32 **da ata do 234ª Reunião Ordinária do CNAS, e a pauta do 235ª Reunião Ordinária. De 9h15 às**  
33 **10h30, informes da presidência, Secretaria Executiva do MDS, da CIT, do FONSEAS, CONGEMAS e**  
34 **conselheiros. De 10h30 às 12h, debate sobre o processo de conferências de Assistência Social de**  
35 **2015. Convidados: Denise Colin e o professor Célio Nunes - Relatoria. De 14h às 18h: painel sobre**  
36 **um pacto federativo no Brasil, responsabilidade dos entes no âmbito do SUAS. Os convidados,**  
37 **palestrante, doutora Paula Ravanelli Losada, representante da Secretaria de Relações**  
38 **Internacionais da Presidência da República e como debatedores, a secretária nacional de**  
39 **Assistência Social, Ieda Castro, a secretária municipal, Maria Lúcia Marquim, vice-presidente do**  
40 **CONGEMAS e presidenta em exercício; secretário de estado, André Quintão, Presidente do Fórum**  
41 **Nacional de Secretários e Secretárias de Estado de Assistência Social, FONSEAS. Dia 24/07/2015,**  
42 **de 9h às 10h relato da presidência ampliada. De 10h às 12h relato da Comissão Organizadora da**  
43 **10ª Conferência Nacional de Assistência Social. De 14h às 15h relato da Comissão de**  
44 **Financiamento e Orçamento da Assistência Social. De 15h às 16h relato da Comissão de Normas da**  
45 **Assistência Social. De 16h às 17h relato da Comissão de Política de Assistência Social. E de 17h às**  
46 **18h relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social.”. O Presidente**  
47 **indagou se havia alguma observação. Em não havendo, considerou aprovada a Pauta.** A Vice  
48 Presidente procede às boas vindas ao novo Conselheiro membro do Ministério do Planejamento, o  
49 Sr. Jorge Abrahão de Castro. O Sr. Jorge agradece as boas vindas e informa que possui formação  
50 em Economia e que trabalha há 20 anos no IPEA na diretoria social. O Presidente Edivaldo informa  
51 que também foi nomeada, a conselheira suplente do FONSEAS, a Sra. Maira, porém devido a  
52 nomeação recente não houve tempo hábil para viabilizar a sua viagem. **Item Aprovação da Ata da**  
53 **234ª Reunião Ordinária do CNAS.** O Presidente indagou à Plenária se havia algum  
54 questionamento, Em não havendo considerou aprovada a Ata da 234ª RO do CNAS, e sugere para  
55 as próximas reuniões que a pauta seja aprovada primeiramente, e em seguida seja feita a  
56 aprovação da Ata. **Item informes da presidência e Secretaria Executiva,** pela Vice Presidente  
57 Marlene: *“Informes da presidência e da secretaria executiva. Item 1. Ausências justificadas. A*  
58 *conselheira Carmen Fogaça nesta reunião ordinária, devido a compromissos institucionais, a*  
59 *conselheira Eufrásia Agizzio, nesta reunião ordinária, devido a compromissos assumidos*  
60 *anteriormente. A conselheira Mariana Silva, nesta reunião ordinária devido ao período de férias. A*  
61 *conselheira Solange Teixeira, nesta reunião ordinária devido a sua participação na conferência*  
62 *municipal de Assistência Social de Vitória e Espírito Santo na mesma data. A conselheira Raimunda*  
63 *Nonata Cadó nesta reunião ordinária devido a problemas de saúde. O conselheiro Samuel*  
64 *Rodrigues na reunião da comissão de financiamento no dia 22 devido a reunião na secretaria de*  
65 *direitos humanos em Brasília. A conselheira Lea Braga, nesta reunião ordinária devido à sua*  
66 *participação na conferência municipal de Assistência Social de Maceió. Convocações. Participação.*  
67 *Item 2. O presidente do CNAS, Edivaldo Ramos, participou dos seguintes eventos representando o*  
68 *CNAS, 11ª Conferência Municipal de Assistência Social de Londrina, nos dias 26 e 27 de junho em*  
69 *Londrina, Paraná. Da Conferência Municipal de Assistência Social de Cuiabá nos dias 7 e 8 de julho*  
70 *em Cuiabá, Mato Grosso. Teleconferência para tratar sobre os 10 anos do SUAS na NBR no dia 13*

71 de julho em Brasília. Na 10ª Conferência Municipal de Assistência Social de Porto Alegre nos dias  
72 14 e 15 de julho em Porto Alegre e Rio Grande do Sul, na reunião do CNAS com o SEAS da região  
73 Norte, nos dias 16 e 17 de julho, em Palmas, Tocantins. Na reunião da comissão organizadora da  
74 10ª Conferência Nacional de Assistência Social, nos dias 20 e 21 de julho em Brasília, na 235ª  
75 Reunião Ordinária do CNAS nos dias 22 e 24 de julho em Brasília. A Conselheira Clátia Regina foi  
76 convocada para representar o Conselho Nacional de Assistência Social no terceiro seminário  
77 nacional do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS realizado no dia 25 e 26 de junho em  
78 Curitiba, Paraná. O conselheiro Anderson Miranda foi convocado para representar o Conselho  
79 Nacional de Assistência Social na conferência municipal de Assistência Social de Florianópolis no  
80 dia 7 e 8 de julho, em Florianópolis, Santa Catarina. Os conselheiros Solange Teixeira e Naelson  
81 Ferreira, foram convocados para participarem da reunião regional do CNAS, CONSEAS, região  
82 Norte, realizadas nos dias 16 e 17 de julho em Palmas, Tocantins, a conselheira Cláudia Faquinote  
83 foi convocada para representar o CNAS na conferência municipal de Assistência Social de Boa  
84 Vista, realizada nos dias 16 e 17 de julho em Boa Vista, Roraima. A conselheira Lea Braga foi  
85 convocada para representar o Conselho Nacional de Assistência Social na conferência municipal de  
86 Assistência Social de Maceió, nos dias 22 e 23 de julho em Maceió. A conselheira Solange Teixeira  
87 foi convocada para representar o CNAS na conferência municipal de Vitória, nos dias 22 e 23 de  
88 julho, em Vitória. Os conselheiros Nacionais, titulares e suplentes foram convocados para 235ª  
89 reunião ordinária do CNAS, no período de 22 a 24 de julho em Brasília. Os integrantes titulares da  
90 comissão organizadora da décima conferência nacional de Assistência Social foram convocados  
91 para sexta reunião da comissão realizada nos dias 20 e 21 de julho, em Brasília. Os conselheiros,  
92 conselheiras, Patrícia Vieira, Dulcinéia Reginato, Márcia Rocha, Samuel Rodrigues, Naelson  
93 Ferreira, Alceu Kuhn e Leovane Gregório foram convocados para representar o CNAS na segunda  
94 edição do fórum "Dialoga Brasil" no PPA 2016/2019, nos dias 27, 28 e 29 de julho em Brasília. O  
95 conselheiro, Anderson Miranda foi convocado para representar o CNAS, na conferência municipal  
96 de Assistência Social de Blumenau, Santa Catarina nos dias 28 e 29 de julho. As conselheiras:  
97 Márcia Rocha, Carmem Fogaça, Clátia Regina, Margareth Dallaruvera foram convocadas para  
98 acompanhar a conferência municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro nos dias 29 e 30 de  
99 julho. A vice-presidente, Marlene de Fátima Azevedo Silva foi convocada para representar o CNAS  
100 na conferência municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro nos dias 29 e 30 de julho. A  
101 conselheira Léa Braga foi convocada para representar o CNAS na conferência municipal de  
102 Assistência Social do Recife nos dias 29, 30 e 31 de julho. A conselheira, Solange Teixeira foi  
103 convocada para representar o CNAS na conferência municipal de Assistência Social de Natal nos  
104 dias 30 e 31 de julho, a conselheira Raimunda Cadó foi convocada para acompanhar a conferência  
105 municipal de Assistência Social de Natal nos dias 30 e 31 de julho. As conselheiras, Clátia Regina  
106 Vieira, Márcia Carvalho Rocha e Jucileide Nascimento foram convocadas para representar o CNAS  
107 no encontro nacional de monitoramento e vigilância socioassistencial nos dias 29, 30 e 31 de julho  
108 em Brasília, o conselheiro Anderson Miranda foi convocado para representar o Conselho Nacional  
109 de Assistência Social na conferência municipal de Assistência Social de São Luís. A conselheira  
110 Clátia Ribeiro foi convocada para representar, aliás, São Luís nos dias 30 e 31 de julho, para efeito

111 de gravação. A conselheira Clátia Ribeiro foi convocada para representar o Conselho Nacional de  
112 Assistência Social na conferência municipal de Salvador nos dias 5, 6 e 7 de agosto em Salvador. A  
113 conselheira Célia Lima foi convocada para representar o CNAS na conferência municipal de Palmas,  
114 nos dias 5 e 6 de agosto em Palmas, o conselheiro Leovane Gregório foi convocado para  
115 representar o CNAS na conferência municipal de Assistência Social de Porto Velho nos dias 3, 4 e 5  
116 de agosto em Porto Velho. O Conselheiro Leovane Gregório foi convocado para representar o CNAS  
117 na conferência municipal de Assistência Social de Campo Grande nos dias 6 e 7 de agosto. A  
118 conselheira Aldenora González foi convocada para representar o CNAS na conferência municipal de  
119 João Pessoa nos dias 6 e 7 de agosto. O conselheiro Alceu Cum foi convocado para representar o  
120 CNAS na conferência municipal de Macapá nos dias 6 e 7 de agosto. O conselheiro Samuel  
121 Rodrigues foi convocado para representar o CNAS na conferência municipal de Assistência Social  
122 de Teresina nos dias 6 e 7 de agosto. O conselheiro Anderson Miranda foi convocado para  
123 representar o CNAS na conferência municipal de Assistência Social de Manaus, nos dias 4, 5 e 6 de  
124 agosto em Manaus. A conselheira Célia Lima foi convocada para representar o CNAS na  
125 conferência municipal de Palmas nos dias 5 e 6 de agosto. O conselheiro Thiago Cabral foi  
126 convocado para representar o CNAS na conferência municipal de Assistência Social de Aracajú, nos  
127 dias 5 e 6 de agosto. A conselheira Aldenora González foi convocada para representar o CNAS na  
128 conferência municipal de Assistência Social de Fortaleza, nos dias 5 e 6 de agosto. A vice-  
129 presidente, Marlene Azevedo, foi convocada para representar o CNAS na conferência municipal de  
130 Assistência Social de Goiânia, nos dias 5, 6 e 7 de agosto. As conselheiras Márcia Rocha e Patrícia  
131 Vieira foram convocadas para acompanhar a conferência municipal de Assistência Social de  
132 Salvador, nos dias 5, 6 e 7 de agosto. O conselheiro Naelson Ferreira foi convocado para  
133 acompanhar a conferência municipal de Assistência Social de Campo Grande, nos dias 6 e 7 de  
134 agosto, em Campo Grande. É uma pauta extensa no mês de agosto em virtude das conferências  
135 municipais explicando que tem conselheiros que vão representando o CNAS e outros conselheiros  
136 que moram em determinado... Naquelas cidades que foram convocados para acompanhar a  
137 conferência. Participação da secretaria executiva do CNAS. A servidora Celda Maria Chaves de  
138 Sousa foi convocada para prestar apoio operacional na reunião regional do CNAS, CONSEAS,  
139 região Norte, nos dias 16 e 17 de julho em Palmas, Tocantins. A secretária executiva substituta,  
140 Maria Auxiliadora Pereira participou da reunião preparatória do lançamento do programa  
141 “dialoga Brasil” no dia 9 de julho no palácio do planalto. Item 4. Participações. Convidados. Os  
142 integrantes da relatoria da 10ª conferência nacional de Assistência Social, Denise Colin, Célio  
143 Vanderlei, Carlos Eduardo Ferrari, Maria Luiza Risote, Márcia Lopes foram convidados para a  
144 reunião da relatoria da 10ª conferência nacional de Assistência Social nos dias 16 e 17 de julho de  
145 2015. E para a reunião da comissão organizadora, nos dias 20 e 21 de julho em Brasília. Item 5. E-  
146 mails enviados aos conselheiros do CNAS. Planilha com indicação dos conselheiros que  
147 representarão o CNAS nas conferências municipais das capitais. Nota pública sobre a redução da  
148 maioria penal. Notas e noções aprovadas na plenária do CNAS de junho de 2015. InfoSUAS  
149 extraordinário de 25/06/2015 é um comunicado e uma consulta pública. Informe rede, arroba,  
150 alimenta. PPA 2016/2019. Alimentação saudável. Adesão ao PPA 25/06/2015. Informe rede

151 *alimenta. 2013, tecnologias sociais, relatório ao MS, PAA leite 02/07/2015. Ata e gravação da*  
152 *234ª reunião ordinária do CNAS. Eu interrompo aqui para cumprimentar a professora Denise Colin,*  
153 *que acaba de chegar ao pleno. Convite do ato solene para a sanção do estatuto da pessoa com*  
154 *deficiência. SEFEAS informa, maioria penal e normativo do serviço social. Veja as notícias.*  
155 *Boletim Brasil social de julho de 2015. Convite para o lançamento da publicação, caderno de*  
156 *estudos e inclusão produtiva urbana. O que fez o PRONATEC, bolsa formação entre 2011 e 2014 no*  
157 *dia 9 de julho no instituto federal de Brasília. O boletim Brasil Social de julho de 2015. A pauta da*  
158 *235ª reunião ordinária do CNAS. O InfoSUAS do 15/07/2015. SUAS, 10 anos. População mais pobre*  
159 *e vulnerável acessando direitos. O InfoSUAS no dia 17/07/2015. Sair do CREAS transformado.*  
160 *Relatório de participação do conselheiro Anderson Miranda na 10ª conferência municipal de*  
161 *Assistência Social de Florianópolis realizada no dia 7 e 8 de julho. Item 6. Documentos recebidos. O*  
162 *secretário de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESI - de Minas Gerais, André*  
163 *Quintão, encaminhou carta parabenizando a presidência do CNAS desejando plena realização e*  
164 *sucesso na continuidade do excelente trabalho exercido no mandato anterior. 6.2. A Secretaria De*  
165 *Trabalho De Assistência Social E Cidadania de Petrópolis, Rio de Janeiro, encaminhou o ofício*  
166 *número... SETRAC... 1361 de 2015 parabenizando a recondução da presidência do CNAS, a*  
167 *secretaria de desenvolvimento social, cidadania e direitos humanos de Olinda por meio do ofício*  
168 *061 de 2015, encaminhou o DVD da cerimônia em comemoração aos 10 anos do SUAS realizado no*  
169 *município de Olinda em 2015 para conhecimento do CNAS. O senado Federal enviou o ofício 45 de*  
170 *2015 enviando um exemplar do boletim da ouvidoria do Senado Federal edição especial de*  
171 *aniversário com breve resumo do trabalho que tem sido realizado ao longo dos últimos 4 anos e o*  
172 *gabinete da senadora Sandra Braga enviou o ofício 125 de 2015, o qual acusa o recebimento do*  
173 *ofício circular 006/2015. Presidência CNAS MDS, informa que levará ao conhecimento da senadora.*  
174 *6.1. CNAS informa enviados do dia 22 de julho a 17 de julho... De junho, desculpe. 22 de junho a 17*  
175 *de julho. No dia 22/06, presidência do CNAS reconduzida por mais um ano. No dia 23/06 resolução*  
176 *do CNAS regulamenta entendimento acerca dos trabalhadores do SUAS. Dia 25/06, PEC sobre*  
177 *maioria penal é repudiada pelo CNAS. Dia 26/06, prazo para preenchimento do plano de ação*  
178 *2015 é até dia 30 de junho. Dia 30/06, nota explicativa esclarece sobre representação dos*  
179 *trabalhadores e trabalhadoras nas conferências de Assistência Social. E dia 17/07, programa*  
180 *transmitido ao vivo tratará sobre o Fórum Nacional de Usuários do SUAS. Item 7. Audiência. No dia*  
181 *25 de junho às 14h30, a vice-presidente Marlene Azevedo e a secretária executiva substituta,*  
182 *Maria Auxiliadora Pereira atenderam ao senhor Juliano George Basso, presidente da Casa de*  
183 *Cultura Cavaleiro de Jorge, à senhora Geovana Jardim, gestora cultural da Casa de Cultura*  
184 *Cavaleiro de Jorge. O assunto tratado na reunião foi sobre, tem uma questão de redação aqui, a*  
185 *apresentação da atuação da casa de cultura cavaleiro de Jorge, com as comunidades tradicionais*  
186 *da região Nordeste do estado de Goiás e solicitação de apoio para fechamento da agenda, para*  
187 *construção de ações relacionadas a biodiversidade no 15º encontro de culturas tradicionais da*  
188 *chapada dos veadeiros que ocorrerá no período de 17 de julho a primeiro de agosto de 2015. A*  
189 *vice-presidente apresentou as funções do CNAS, ressaltando que em 2015 acontece o processo*  
190 *conferencial que seria importante o incentivo da participação das comunidades tradicionais nesses*

191 *espaços democráticos de avaliação e proposição das ações para o SUAS. Falou sobre a atuação do*  
192 *ministério, do MDS, por meio das secretarias nacionais, SNAS, SENARC, SESEP, SESAN que*  
193 *desenvolvem programas, projetos, serviços, benefícios e transferência de renda na perspectiva da*  
194 *garantia dos direitos sociais. Como providência a vice-presidente fará a articulação com os setores*  
195 *do MDS, contato com a secretaria executiva do MDS com vistas a discutir a participação e a*  
196 *apresentação das ações do MDS no evento e fará contato posterior com os representantes da*  
197 *instituição.”. Ademais informa que o aniversário do Presidente do CNAS se realizou em 14 de*  
198 *julho, o qual é saudado pelo Pleno. A Conselheira Márcia Carvalho solicita que a justificativa da sua*  
199 *ausência referente ao dia 24 seja incluída no informe para que sua suplente possa exercer a*  
200 *titularidade. A Conselheira Clátia solicita correção do seu sobrenome, de “Ribeiro” para “Vieira”, e*  
201 *informa que não poderá estar presente na Conferência do Rio de Janeiro pois participará do*  
202 *Encontro Nacional de Monitoramento e Vigilância na mesma data. A Conselheira Margareth*  
203 *informa que poderá estar presente na Conferência do Rio de Janeiro apenas no dia 30, tendo em*  
204 *vista que a participará também da Conferência de Cabo Frio no dia 29. Informe aprovado após*  
205 *submetido a apreciação do Pleno.***Item Informe MDS.** O Sr. José Dirceu informa que são 3 pontos  
206 de informe, o primeiro deles é a prorrogação da entrada em vigor da lei do marco regulatório da  
207 sociedade civil. Foi editada uma medida provisória na data de 22 de julho que prorroga a entrada  
208 em vigência dessa legislação para 540 dias após a publicação da lei que pelas nossas contas isso  
209 monta 23 de janeiro de 2016, isso foi uma conquista importante no processo de discussão do  
210 marco regulatório que permite ao governo federal, estados e municípios, um maior tempo para  
211 adaptação aos ditames da legislação que é uma legislação importante do ponto de vista da  
212 discussão e do empoderamento da sociedade civil nas políticas públicas, mas tem questões  
213 específicas operacionais que precisam ser solucionadas antes da entrada em vigência desse marco  
214 regulatório. Explica que essa discussão ela está sendo feita tanto no âmbito do MDS quanto no  
215 âmbito da CIT, a CIT tem uma Câmara Técnica específica que está discutindo as questões do marco  
216 regulatório. E a partir dos pontos avaliados do marco regulatório específicos para política de  
217 Assistência Social, tem sido realizadas algumas iniciativas no sentido de ajustar as especificidades  
218 da política e a realidade dos nossos estados e municípios. Uma dessas iniciativas foi encaminhar  
219 uma série de observações em relação a regulamentação da legislação, pondera que também há o  
220 monitorando no congresso nacional de uma série de projetos de lei que estão em tramitação,  
221 opinando sobre eventuais emendas a esses projetos de lei para que as especificidades da  
222 Assistência Social sejam observadas. A prorrogação do prazo proporciona maior tranquilidade, até  
223 23 de janeiro, para concluir essas discussões e encaminhar as eventuais alterações ou adaptações  
224 que tiverem que ser feitas no processo diante o conveniamento dessas entidades. O segundo  
225 informe é em relação ao plano de ação, do prazo de 30 de junho, esse prazo na última reunião da  
226 CIT, agora de 9 de julho, devida a dificuldade de alguns municípios de completarem o  
227 preenchimento da aprovação do conselho desse plano de ação, houve uma proposta aprovada de  
228 ampliação do prazo para 15 de agosto para o preenchimento e aprovação do plano de ação 2015  
229 que é extremamente importante para a questão do cofinanciamento e para também o  
230 funcionamento e a transparência das ações de Assistência Social em todo o Brasil. Ressalta que

231 são mais de 90% dos planos de ação aprovados, 1070 municípios, mas restaa aprovação de 361  
232 pelos conselhos e de preenchimento ainda de 163 pelos municípios.O terceiro informe é em  
233 relação a uma PEC que está tramitando no congresso nacional da redução da idade mínima para o  
234 trabalho, enfim, de 16 para 14 anos, na condição de aprendiz, e o MDS estáacompanhando essa  
235 discussão no Congresso Nacional, sabe-se que essa discussão, fere uma série de princípios  
236 defendidos do ponto de vista da proteção social, é um movimento conjunto com uma série de  
237 outros movimentos de relativização de alguns princípios já consolidados, portanto, considera  
238 importante a vigilância em relação a esse assunto, o governo está atuando nas audiências públicas  
239 que estão acontecendo dentro do Congresso Nacional, informa que no dia anteriorfoi concluída  
240 uma primeira minuta de um informe com os principais argumentos em relação à contrariedade  
241 dessa alteração da constituição reduzindo a mínima idade para o trabalho, que depois será  
242 encaminhada ao Conselho, para que o Conselho possa apreciar, em entendendo  
243 assim,encaminhar algum tipo de resolução, para que se tenha uma posição também do conselho  
244 em relação a essa questão da redução da mínima idade para o trabalho dessa PEC que está em  
245 tramitação no Congresso Nacional. A Conselheira Telma sugere que seja construído um texto para  
246 compor uma nota contrária a PEC 18, a qual reduz a maioria para o trabalho. A Conselheira  
247 Marlene concorda com a Conselheira Telma e sugere que seja realizada também, uma nova nota  
248 contra a redução da maioria penal, entende que o CNAS deve aprofundar o debate e estudo  
249 sobre o Marco Regulatório e sugere por fim que seja realizado um novo CNAS Informa tendo em  
250 vista o preenchimento dos Municípios para o Plano de Ação. O Conselheiro José Crus solicita apoio  
251 do Conselho Nacional, especialmente a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e a  
252 Secretaria Executiva para incentivar os gestores para preenchimento do Plano de Ação. Após  
253 debate o Pleno decidiu pela realização da nota de repúdio contra a redução da idade para o  
254 trabalho a ser realizada pelos Conselheiros Anderson e Telma, quando a realização da nova nota  
255 de repúdio contra a redução da maioria penal o Presidente entende que a nota já realizada  
256 deverá ser enviada ao senado, e depois uma nova nota deve ser feita, para que o CNAS não deixe  
257 de se manifestar devido ao pouco tempo para votação do assunto no Congresso Nacional. O Sr.  
258 José Dirceu discorre sobre a importância de que os seguimentos defensores de direitos realmente  
259 demonstre sua defesa por meio da comunicação com o Congresso Nacional, entretanto entende  
260 que é preciso atentar-se para a nova realidade política, e buscar um meio de fortalecer o debate,  
261 tendo em vista a existência de diversos defensores de posições mais conservadoras, os quais  
262 argumentam defender os interesses da maior parte da sociedade brasileira, assim e as posições  
263 dos defensores dos direitos sociais devem se fortalecer e bem como a comunicação dos  
264 argumentos desses diversos seguimentos. **Item Informe CIT.** O Conselheiro Naelson informa que a  
265 última CIT aconteceu em 9 de julho de 2015, teve como pauta o balanço do preenchimento do  
266 plano de ação de 2015 e avaliação da programação, prorrogação do prazo, lembra que foi  
267 informado pelo secretário que foi pactuado para o dia 25 de agosto. *“Apreciação da minuta da  
268 resolução que trata de instrução operacional número 77 da SENARC/MDS sobre a qualificação dos  
269 dados dos trabalhadores do cadastro único e do programa bolsa-família”*ressalta que existe uma  
270 preocupação da SENARC com relação aos servidores públicos que são contemplados pelos



271 programas. “Orçamento de 2015. O evento 10 anos do SUAS que ficou para 13 de agosto, houve a  
272 inclusão na pauta da reunião da câmara técnica sobre o ACSUAS trabalho, reunião da câmara  
273 técnica de acolhimento de imigrantes, com relação aos migrantes, os secretários informaram um  
274 problema sério que está acontecendo com a entrada de haitianos no país, tanto na região Norte  
275 como na região Sul do Brasil. Eles entram pela região Norte, mas estão indo para o Sul do país. A  
276 resolução número 7, calamidade pública, a gestora da Paraíba solicita estudo a respeito de  
277 mudança na resolução, para inclusão da cerca como calamidade pública, mas ficou de estudarmos  
278 a CIT está estudando a respeito e uma nota técnica sobre o marco regulatório, que também já foi  
279 informado pelo nosso secretário aqui. Houve informes do CNAS, do COEGEMAS, FONSEAS, MDS.” A  
280 questão dos recursos financeiros dos repasses, a Secretária Ieda da Secretaria Nacional,  
281 juntamente com os técnicos do MDS, puderam informar a situação como está essa questão dos  
282 repasses, entende que já está tudo em dia ou controlado, os municípios e estados que tem  
283 recurso em conta, de acordo com o valor, quanto menos recurso ou aqueles que não tem recurso  
284 são os primeiros a estarem recebendo. **Item Informe FONSEAS.** A Conselheira Célia informa que o  
285 pacto de aprimoramento do SUAS de âmbito estadual tem seu prazo de validade até o final desse  
286 ano. Informa que na última reunião do FONSEAS foi discutido o pacto do aprimoramento do SUAS  
287 e o prazo de validade desse pacto e foi discutido e já acordado que ele seria avaliado de forma  
288 regional, cada região do país teria uma reunião do FONSEAS para avaliar os avanços, os grandes  
289 desafios que o ente federado estadual ainda tem para cumprir esse pacto, e finalizaria com o  
290 encontro nacional no sentido de definir prioridades e metas para o próximo pacto de  
291 aprimoramento do SUAS de âmbito estadual. O segundo informe trata-se da preocupação  
292 exatamente com esse momento atual de retrocesso que está havendo no país, de crise política,  
293 não só financeira, mas especialmente política, foi solicitada uma pauta de que na própria CIT fosse  
294 debatido por meio de uma pessoa que tenha um entendimento mesmo acadêmico científico em  
295 relação a esses movimentos de avanço e retrocesso, para que fosse debatido o assunto no âmbito  
296 da CIT, considera que seria importante diante da fala do secretário José Dirceu, que nesse  
297 conselho também tenha a oportunidade de ter a pauta para debater o assunto, tendo em vista o  
298 momento atual que o Brasil está passando que está colocando em risco a perda de todos os  
299 direitos já conquistados e os avanços nessa área, para também definir estratégias de como  
300 enfrentar esse momento no país. **Item Informe CONGEMAS.** A Conselheira Maria Lúcia informa  
301 que o CONGEMAS está bastante animado para vivenciar a celebração dos 10 anos do SUAS,  
302 acrescenta que foi um evento montado juntamente ao MDS, a SNAS, agradece a participação do  
303 Conselheiro José Crus. O evento será realizado na Câmara dos Deputados de 9h da manhã às 13h,  
304 confirmada a presença do deputado Raimundo Gomes de Matos, presidente da frente  
305 parlamentar em defesa da Assistência Social na Câmara, o Deputado Federal Eduardo Barbosa,  
306 presidente da subcomissão de Assistência Social da Comissão de Seguridade Social e família, a  
307 ministra Teresa Campelo e a Secretária Ieda, bem como o presidente do FONSEAS André Quintão,  
308 e CONGEMAS, José Rodrigues. **Item Informe Conselheiros.** A Conselheira Aldenora informa sobre o  
309 Fórum Nacional dos Usuários do SUAS, que no dia 19 de junho foi realizada uma reunião com a  
310 Secretária Ieda Castro e dentro dos compromissos assumidos pela SNAS, está garantido as diárias

311 e passagens para a participação da coordenação do fórum em todas as conferências estaduais e  
312 em alguns capitais onde o fórum definiu como prioridade estar presente para a mobilização dos  
313 usuários. Informa, também, que na conferência de Porto Alegre, estiveram presentes mais de 32  
314 haitianos, por volta de 19 indígenas, Quilombolas, movimento da população em situação de rua,  
315 idosas, mulheres, usuários dos CRAS, beneficiários do programa Bolsa-Família e na ocasião, além  
316 de participar da escolha para os delegados da conferência estadual, foi feito um grande debate em  
317 que foi eleita a coordenação do fórum municipal dos usuários do SUAS de Porto Alegre,  
318 FMUSUAS/POA. Informa que na presente data o fórum conta com a assessoria da professora  
319 Luziele Tapajós através do projeto de extensão aprovado na Universidade Federal de Santa  
320 Catarina e, a partir desse projeto, busca-se garantir a realização de ao menos 3 reuniões até a  
321 conferência nacional, visando realizar uma grande mobilização em torno desses usuários. Informa  
322 que no dia 20/07 a coordenação executiva participou da primeira videoconferência para  
323 apresentação do fórum e para mobilização dos usuários no processo das conferências municipais e  
324 estaduais para a nacional e, por fim, informa as mídias sociais e solicitar a divulgação pelo CNAS.  
325 Facebook.com/forumusuariosuas www.forumusuariosuas.org e twitter.com/forumfmusuas. O  
326 Conselheiro Anderson informa que nos dias 18 a 21 de agosto o Movimento Nacional da  
327 População de Rua realizará manifestações e atividades, e intenciona-se lançar o dia nacional de  
328 luta da população de rua. O Conselheiro Samuel informa que no dia 4 e 5 de agosto, realizar-se-á  
329 uma reunião em Belo Horizonte, de avaliação do Centro Nacional de Defesa do Direitos Humanos  
330 da População de Rua e dos Catadores, tratava-se de convênio que se encerrou no início do  
331 presente ano, atualmente o processo é de renovação, o convênio era celebrado pelo CNBB, e  
332 encontra-se na iminência de celebrar um convênio com a Flats que é uma faculdade Latino-  
333 Americana, para continuidade desse trabalho. Informa também que foi criado juntamente com o  
334 MDS, com a Conselheira Telma, e com outros servidores da SNAS, um comitê que está discutindo a  
335 especificidade da população em situação de rua, o qual se reúne a cada 45 dias, estando presentes  
336 o fórum permanente de São Paulo, a pastoral nacional do povo da rua e o movimento. O  
337 Conselheiro Thiago informa que quando da aprovação do estatuto da pessoa com deficiência,  
338 houveram alguns vetos pela Presidenta Dilma, dessa forma sugere que o CNAS se manifeste  
339 oficialmente com relação a esses vetos, pois eles são voltados para assuntos importantes para a  
340 Assistência Social. O Presidente Edivaldo explica que foram 7 vetos proferidos pela presidente  
341 Dilma, sendo 2 desses 7 vetos compreensíveis, um deles trata da pensão por morte, recebida da  
342 pessoa com deficiência por morte de seus pais, no estatuto trazia a proposta do recebimento em  
343 torno de 70% e a presidente Dilma havia encaminhado uma medida provisória anteriormente que  
344 foi convertida em lei que garantia 100%, então seria um retrocesso, sabiamente a presidente  
345 estabeleceu o veto a esse dispositivo. Acrescenta que o outro dispositivo é concernente ao direito  
346 da brevidade da tramitação do processo da pessoa com deficiência, todavia no texto mencionava  
347 também os precatórios. E deste modo, a presidente não tinha como estabelecer veto parcial, por  
348 que precatório já está estabelecido nos dispositivos constitucionais de modo que seria uma  
349 medida inconstitucional se eventualmente fosse sancionada. Assim como ela não poderia  
350 sancionar em parte, devida determinação normativa, de como deve se proceder o veto, foi

351 necessário vetar o Artigo inteiro. Contudo, os outros cinco vetos são questionáveis, pois  
352 contribuem de maneira negativa, exemplifica sobre o veto de que todas as casas do Programa  
353 Minha Casa Minha Vida devessem ser projetadas e construídas na perspectiva do desenho  
354 universal, considera tal premissa como um retrocesso, por que toda população brasileira,  
355 inclusive, vai envelhecer e o processo de envelhecimento pressupõe em grande parte das vezes a  
356 instalação da mobilidade reduzida ou mesmo da deficiência, por decorrência de patologias,  
357 diabetes, tantas outras, ou mesmo da própria idade. Os outros vetos foram com relação a: acesso  
358 aos cursos profissionalizantes e ao ensino superior reservasse 10% das vagas para pessoas com  
359 deficiência; que todo Centro de Formação de Condutores, CFC, que possuíssem frota igual ou  
360 maior a 20 veículos, 1 veículo fosse adaptado; instituição de isonomia de direitos que era a isenção  
361 sobre o imposto sobre produto industrializado sobre veículos para as pessoas com deficiência  
362 auditiva; reserva de uma vaga para pessoa com deficiência para cada 50 funcionários. A  
363 Conselheira Clátia informa que participou do 3º Fórum de Trabalhadores ocorrido em 25 e 26 em  
364 Curitiba, acrescenta que identificou uma invisibilidade relacionadas aos trabalhadores de nível  
365 médio e fundamental, e que entre as reclamações mais frequentes foram relacionadas à falta de  
366 capacitação para os servidores da Assistência Social. Informa também que dia 25 de julho, é o dia  
367 da mulher negra da América Latina do Caribe, solicita o apoio do Conselho para divulgação e  
368 pondera que a manifestação já tem o apoio do Ministério da Saúde e do Conselho de Psicologia do  
369 Rio de Janeiro pelo intermédio do Conselheiro Leovane. O Presidente Edivaldo solicita a  
370 Conselheira Clátia que elabore um pequeno texto para que seja feito um CNAS Informa. **Item**  
371 **Debate sobre o processo de conferências de Assistência Social de 2015. Convidados: Denise**  
372 **Colin e o professor Célio Nunes.** O Professor Célio informa que foi previsto na organização do  
373 debate com três momentos: Uma contextualização dos temas, subtemas e de noções da  
374 conferência para, em seguida, realizar um detalhamento em relação a cada um deles e, a partir  
375 disso, abrir um debate uma discussão com todos os conselheiros em relação a este conteúdo.  
376 Pondera que a Relatoria entende ser muito importante a participação do Conselheiro nas  
377 Conferências Municipais e Estaduais, a Relatoria considera que a fala dos conselheiros quando  
378 presentes numa conferência deve se pautar no posicionamento político, no fortalecimento  
379 daquele espaço de discussão e que o conteúdo das temáticas das dimensões deveria ser reservada  
380 a algum técnico especialista que possa abordá-la com maior especificidade, o que não quer dizer  
381 que o Conselheiro não tenha capacidade técnica para tanto, trata-se do papel político exercido no  
382 Conselho, portanto, tal entendimento visa preservar esse papel. A Relatoria considera que as  
383 dimensões e os conteúdos precisam estar em profundo domínio dos Conselheiros, e destaca que a  
384 Sra. Denise Colin realizará essa contextualização. A Sra. Denise Colin discorre sobre a interligação  
385 que existe entre a proposta do tema da conferência, do lema da conferência, dos subtemas e das  
386 dimensões. Explica que no ato de convocação da conferência, provavelmente no mês de outubro  
387 de 2014, ocorreu uma ampla discussão no sentido de reafirmar a necessidade, onde trazidos os  
388 temas das conferências anteriores e o que já havia sido alcançado. Lembra que houve uma  
389 reunião ampliada em Salvador e nesta reunião foi votado, então, que o tema da conferência  
390 deveria traduzir esta perspectiva de consolidação do sistema único, por sugestão, do próprio

391 presidente do CNAS, o tema “Consolidar o SUAS de Vez Rumo a 2026”, era meta do próximo plano  
392 decenal e que o momento de 2015 seria propício para construção com todos os atores dessa  
393 política, portanto, os espaços das conferências municipais, estaduais e nacional poderiam indicar  
394 as prioridades para a construção desse plano. Pondera que, com o aprofundamento do debate  
395 fortaleceu-se a ideia das responsabilidades dos entes analisarem, e indicar mudanças para o SUAS  
396 que temos e o SUAS que queremos, assim desdobrou-se em subtemas que orientassem essa  
397 discussão, relacionada ao pacto para consolidar o sistema, como um subtema, o fortalecimento da  
398 participação e do controle social, pois entende que, não se constrói pacto sem a presença de  
399 todos os sujeitos históricos, capazes de construir esse processo e a análise das desproteções  
400 sociais que seriam objeto de intervenção e responsabilidade da política pública e para a  
401 Assistência Social. Pondera que o tema, representa o objetivo da conferência, o lema demonstra os  
402 elementos estruturantes, a discussão das responsabilidades e a discussão temporal, “O SUAS que  
403 temos e o SUAS que queremos”, os subtemas que orientariam, o pacto também deve trazer a  
404 presença e a participação da sociedade e do controle e deve analisar as respectivas desproteções  
405 que seriam as responsabilidades da política de assistência para o atendimento nos serviços,  
406 programas, projetos, benefícios e transferência de renda. Ademais, chegou-se à conclusão de que  
407 esses subtemas estão presentes em uma gama de princípios que a Política Pública de Assistência  
408 Social deve necessariamente referendar na conferência e buscar a sua aplicabilidade para que o  
409 sistema único possa ser consolidado. Informa que o grupo de relatoria, indicou para o conselho  
410 dimensões que orientariam as conferências e elencou um conjunto de perguntas que subsidiam,  
411 trazidas para apreciação do conselho que complementou com as suas sugestões e deixou bastante  
412 robusto a análise a ser feita. Destaca que a primeira dimensão trata-se da dignidade humana e  
413 justiça social; a segunda é que a participação social na construção de um pacto federativo; a  
414 terceira dimensão é a primazia da responsabilidade do estado por um SUAS público, universal,  
415 federativo e republicano; a quarta dimensão trata da qualificação do trabalho na consolidação do  
416 pacto; a quinta dimensão é a Assistência Social como um direito da população brasileira, como  
417 uma política pública de responsabilidade do Estado. O Sr. Célio esclarece que a Relatoria entende  
418 que os subtemas estão presentes em todas as dimensões. Discorre que a primeira dimensão que  
419 fala da dignidade humana e justiça social merece ser decomposta em dois aspectos, a dignidade e  
420 a justiça social, quanto a dignidade, um primeiro aspecto a ser sempre considerado com a relação  
421 dos direitos humanos, é indispensável o elemento de compreensão da própria dignidade, de como  
422 será abordado o tema dignidade, sempre considerando o primeiro marco, um segundo aspecto  
423 ainda para detalhar a discussão da dignidade é a relação entre o usuário da Assistência Social  
424 enquanto cidadãos. Surge o primeiro subtema, na medida em que o cidadão é qualificado,  
425 preparado e incentivado a participar, o valorizando enquanto cidadão com dignidade, conquanto,  
426 dentro da dignidade não é viável falar de dignidade sem abordar um dos subtemas que é o da  
427 participação, é um elemento crucial no debate da dignidade. O outro aspecto dessa mesma  
428 dimensão que trata da justiça social, demonstra um primeiro elemento que é a justiça dos critérios  
429 de acesso e ampliação da cobertura dos serviços, projetos e programas. Portanto a dignidade e  
430 justiça são intimamente ligadas e exigem o pacto federativo, portanto, dentro da primeira

431 dimensão, quanto a dignidade, a justiça e pacto nessa decomposição será abordado o  
432 enfrentamento das desproteções, primeira subdimensão, a segunda dimensão que é a da  
433 participação, que é um elemento da dignidade humana, e o terceiro subtema que é o do pacto  
434 federativo. A segunda dimensão quando trata da participação, demonstra uma dos subtemas, a  
435 questão da participação, seria a base do subtema 2, a participação enquanto incentivo e apoio a  
436 participação dos cidadãos, enquanto usuários desde o cotidiano dos serviços. Na subdimensão 3,  
437 da primazia da responsabilidade do estado, ao decompor a própria ideia de primazia, será  
438 encontrada a responsabilidade governamental tanto no apoio garantindo a qualidade dos serviços  
439 prestados pela rede socioassistencial, seja diretamente pelo poder público seja da rede  
440 socioassistencial não governamental e no sentido da responsabilidade, a primazia do poder  
441 público, em garantir a qualidade e do serviço enquanto estratégia de enfrentamento das  
442 desproteções sociais, pondera que a dimensão 3 carrega dentro de si os 3 subtemas,  
443 enfrentamento a desproteções, participação e controle social, e o pacto federativo. A dimensão 4  
444 quando aborda a qualificação do trabalho no SUAS, no aspecto da qualificação exige uma reflexão  
445 sobre as equipes profissionais completas e capacitadas, abordar o enfrentamento da desproteção,  
446 como um resultado dos profissionais qualificados, em boa quantidade, tanto no que diz respeito a  
447 formação, quanto às condições de trabalho. Contida na dimensão 4 encontra-se a participação, no  
448 sentido de que é indispensável que as organizações da sociedade civil também sejam envolvidas  
449 na educação permanente. Na dimensão 5 um primeiro aspecto é o retorno do debate em torno do  
450 acesso e qualidade dos serviços para o enfrentamento da desproteção e o combate ao  
451 assistencialismo. Ressalta que todos os subtemas estão nas 5 dimensões, as 5 dimensões são  
452 apenas uma ferramenta metodológica, para que o debate se dê efetivamente nos 3 subtemas,  
453 quando eles foram fragmentados didaticamente em 5 polos foi com o intuito de facilitar a  
454 produção de prioridades por parte dos participantes das conferências e não como uma forma de  
455 substituir subtemas. Ressalta a importância do pacto federativo, que significa, nesse caso, o papel  
456 da CIT nesse processo é chave, sintonizar melhor, não só as ações, mas as concepções dos níveis  
457 de governo com essa ótica de assistência como direito. A Conselheira Jucileide demonstra  
458 preocupação com o início da fala do Sr. Célio, pois entende que uma fala apenas política é  
459 sinônimo de uma simples saudação. O conselheiro Anderson parabeniza o Conselho pelo  
460 fornecimento do material de apoio ao Conselheiro, informa que participou da conferência de  
461 Florianópolis, e dividiu a mesa com a Secretária Ieda, a qual ficou responsável pela fala técnica e  
462 que a fala Conselheiro foi no sentido de mobilização política, a qual foi valorizada da mesma  
463 forma. A Conselheira Margareth entende que o Conselheiro não deve realizar apenas a abertura,  
464 pois está apto a realizar uma apresentação Magna. A Conselheira Marlene acredita que a fala do  
465 professor Célio não foi no sentido de depreciar a capacidade técnica de nenhum Conselheiro e sim  
466 no sentido de deixar os Municípios e Estados a vontade para buscarem outros pontos de vista, e  
467 outras formas de explanação técnica. O Presidente Edivaldo sugere a Secretaria Executiva e Vice-  
468 Presidente e demais conselheiros, o encaminhamento da degravação da fala dos professores  
469 Denise e Célio, pois vai ajudar o Conselheiro a discorrer na fala magna ou na mesa de abertura,  
470 qual é a correlação de dimensões e subtemas. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião,

471 convidando a todos para retornarem às 14h15. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente  
472 solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quórum: Conselheiros presentes: Telma Gomes,  
473 Marlene Silva, José Crus, Célia Lima, Maria Lúcia Marquim, Cláudia Faquinote, Márcia Rocha,  
474 Anderson Miranda, Samuel Rodrigues, Edivaldo Ramos, Patrícia Vieira. Conselheiro no exercício da  
475 titularidade. Thiago Cabral. Conselheiros Suplentes presentes: Nelson Ferreira, Dulcinéia  
476 Francisco, Aldenora Gonzalez, Margareth Dallaruvera, Leovane Gregório, Jucileide Nascimento.  
477 **Item Painel sobre o Pacto Federativo no Brasil: responsabilidades dos entes no âmbito do SUAS.**  
478 A Convidada Pauladiscorre que o modelo federativo brasileiro é cooperativo, e que a constituição  
479 determinou em seu art. 23 inciso X, que o combate a pobreza e marginalização são e  
480 responsabilidade de todos os três entes, informa que quem organiza o serviço de promover  
481 integração social dos setores desfavorecidos é o SUAS, explana sobre a autonomia a qual a  
482 constituição determina aos Municípios, em realizarem suas próprias normas, acrescenta que os  
483 Estados Unitários não garantem a mesma autonomia dos entes que o Estado Federado garante.  
484 Ressalta que a criação municípios ou dividir, emancipação de municípios, dividir municípios entre  
485 si passou a ser interessante do ponto de vista financeiro, porque o principal mecanismo de  
486 financiamento municipal é o fundo de participação dos municípios e ele está dividido em 10 faixas  
487 populacionais e proporcionalmente quanto menor é o município, maior é relativamente a  
488 participação dele nesse fundo, ela não diminui proporcionalmente ao número de habitantes,  
489 então, quanto menor ele é, mas recurso ele detém no seu território, isso incentivou esse retrato:  
490 em 1940 existiam 1.574 Municípios e atualmente são 5.578, e 70% de municípios brasileiros  
491 abrigam apenas 18% da população, são municípios com perfil rural. Afirma que os governos dos  
492 presidentes Lula e Dilma, porque desde o início de 2003 o presidente Lula fez uma aposta  
493 estratégica no fortalecimento desse modelo federativo brasileiro que é o modelo federativo  
494 cooperativo e um investimento muito grande no fortalecimento dos municípios. Demonstra que  
495 os indicadores de desigualdade social, onde as regiões norte e nordeste demonstram menores  
496 taxas desses indicadores em vista das regiões sul e sudeste. Informa que como mecanismos de  
497 diálogo foi criado o Comitê de Articulação Federativa, vinculado a Secretaria de Relações  
498 Institucionais, realiza diálogo geral com os municípios através das três entidades nacionais de  
499 representação dos municípios, quais sejam: A Associação Brasileira de Municípios, a Confederação  
500 Nacional de Municípios e a Frente Nacional de Prefeitos, cada uma delas tem o seu perfil, a Frente  
501 representa as capitais, os municípios inseridos nas regiões metropolitanas, enquanto a CNM e  
502 ABM representam a maioria dos pequenos municípios. No âmbito do Mercosul, o Brasil foi  
503 propositor da proposta de criação de um foro também de estados e municípios do Mercosul que  
504 se reuniu na semana passada, no dia 16, na véspera da reunião da cúpula dos presidentes.  
505 Informa também que no início do governo Lula foi aprovadaa emenda constitucional, a qual visava  
506 transferir a arrecadação do ITR para o município de forma que ele pudesse se apropriar do  
507 recurso, além da gestão desse tributo no seu território, realizado através de um convênio dos  
508 municípios com a Receita Federal do Brasil e tem a gestão por parte desse tributo por meio de um  
509 comitê gestor também bipartite, além das comissões tripartites dos conselhos nacionais e dos  
510 diversos sistemas nacionais do SUAS. Na perspectiva do fortalecimento da capacidade

511 institucional, foram criadas diversas leis que também definem melhor o papel do ente da  
512 federação, a lei dos consórcios públicos, sendo o instrumento mais potente de cooperação  
513 federativa que permite a União, Estados e Municípios constituírem uma pessoa jurídica coletiva  
514 para fazer gestão compartilhada de serviços e políticas de interesse comum no território; a  
515 aprovação de marcos legais como a política nacional de resíduos sólidos que definiu qual é a  
516 atribuição do município, do estado e da união na política de resíduos; as diretrizes nacionais de  
517 saneamento para mobilidade urbana, para habitação com programa Minha Casa Minha Vida, para  
518 habitação de interesse social com a constituição do programa e fundo de habitação de interesse  
519 social, na área de educação eu destacaria o FUNDEB que ampliou o antigo FUNDEF e também tem  
520 um comitê gestor tripartite, na área de assistência social obviamente a aprovação da LOAS e na  
521 saúde, mais recentemente, a lei complementar 141 também que regulamenta o quanto cada nível  
522 de governo tem que investir na área da saúde e também cria um instrumento aí que não existia  
523 para ajudar no processo de regionalização do SUS que é um princípio do SUS que ele seja  
524 regionalizado que é o contrato de organizativo da ação pública na região da saúde. Informa que  
525 foram aprovadas duas emendas constitucionais que ampliaram o próprio alíquota do FPM que era  
526 22,5% e que passou primeiro para 23,5% e atualmente para 24%, o qual representou 943 milhões  
527 a mais para os municípios em 2015 e 4,5 bilhões em 2016 segundo as estimativas de arrecadação.  
528 Pondera sobre o fortalecimento da capacidade financeira pela ampliação da arrecadação do IPTU  
529 que é um tributo municipal, tendo em vista que em média, aumentou aproximadamente 5% ao  
530 longo da década de 2003 e 2013, mais para os municípios maiores, devido ao fato dos grandes  
531 municípios terem um território urbano maior e, portanto, uma capacidade de arrecadação maior  
532 do citado tributo. Ressalta que outro imposto que ocorreu aumento nos orçamentos municipais  
533 trata-se do ISS, e o Brasil é o único lugar no mundo que parte do imposto sobre serviço, em geral,  
534 nos outros países o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços é apenas um, o IVA, no  
535 Brasil o imposto foi dividido, primeiramente de forma *sui generis*, sendo o maior imposto do país  
536 para os Estados, explica que a maior arrecadação do país não é da União e sim dos Estados  
537 dividida pelos municípios, 25%, e parte dela que é as atividades que não estão classificadas no  
538 ICMS, são classificadas como ISS que é um tributo excepcional municipal no Brasil. Informa que o  
539 Município arrecada 6%, e após as transferências ele fica com 18% dos tributos, não constando às  
540 transferências de educação, de saúde, nem de assistência social, apenas as transferências  
541 tributárias, o FPM, FPE e outros tributos que são compartilhados, a CID, combustível dentre outros.  
542 Acrescenta que juntamente com o aumento das receitas houve, um aumento das  
543 responsabilidades, das atribuições, principalmente na área social, dos sistemas fundo a fundo.  
544 Pondera que a maioria dos municípios é dependente das transferências, e há bastante  
545 reclamações, dos Municípios pequenos que dependem do FPM, tendo em vista que existe uma  
546 sazonalidade do FPM, porque o FPM é repartido a cada 10 dias, então tudo que a União arrecada  
547 de IPI, de imposto de renda, ela divide com os estados e municípios a cada 10 dias, a União divide  
548 conforme ela arrecada de forma não constante, mas as despesas dos municípios são constantes.  
549 Mostra-se a necessidade de haver uma equalização da arrecadação que possa minimizar essas  
550 dificuldades de planejamento, principalmente em nível local. Considera importante que para

551 melhorar a gestão dos municípios é preciso aumentar a capacidade de execução,o que reflete na  
552 melhoria da qualidade de vida,o que ficou muito claro em 2013 nas manifestações de julho  
553 quando as populações foram às ruas exigir qualidade na prestação do serviço, sobretudo  
554 municipais,importante investir no aumento da capacidade de gestão para reduzir o custo, pois o  
555 município em geral não tem softwares, não tem computador, não tem sistema integrado, tudo  
556 isso prejudica a prestação de um serviço de qualidade. Apresenta o instrumento  
557 denominado“Agenda de Compromisso dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio”, trata-se de  
558 um sistema na internet, onde todos os municípios brasileiros foram convidados a aderirem esse  
559 sistema,para estabelecer metas para o cumprimento de indicadores no território municipal,  
560 alémde aferir o resultado da política social que o município administra, seria um instrumento de  
561 gestão para o município aprender a trabalhar com indicador, com meta, fazer plano de governo,  
562 pondera que na realidade 70% dos municípios brasileiros com menos de 20 mil habitantes, ou 90%  
563 deles com menos de 50 mil não possuem planejamento, não têm plano de governo, não tem  
564 planejamento de políticas, acrescenta que para cada meta o Municípioganha uma medalha no  
565 sistema, para que acompanhe seu avanço na política.O Presidente Edivaldo passa a palavra para  
566 os debatedores para que indiquem avanços e questionamentos. A Sra. Maria Lúcia discorre que  
567 são 10 anos do SUASE muita coisa ainda não foi incorporada nem aos prefeitos, muito menos aos  
568 governadores, ocorre mais a nível de governo federal esse entendimento, alguns municípios por  
569 não entenderem, outros por resistirem, preferem manter a forma assistencialista, por lhes parecer  
570 mais interessante, mais barato, se escolhe mais o que fazer e o que não fazer e com isso exclui a  
571 possibilidade do município de fato crescer e estabelecer essa relação de direito, de dignidade, de  
572 cidadania que a nossa política prefeitura. Destaca que quanto menor o Município, mais vulnerável,  
573 e menor sua condição de organização,sendo o Estado ente mais próximo paraoferecer apoio,e os  
574 Estados estão muito parecidos com os municípios, os vínculos também são precários em relação  
575 aos seus trabalhadores, concurso na sua maioria não existe, assevera que esses são dados do  
576 CONGEMAS, há avanços, porém a realidade precária pertence a maioria, acrescenta ainda que a  
577 regulamentação da lei do SUAS não existe em muitos Municípios e Estados. O Presidente Edivaldo  
578 indica o **encaminhamento** aprovado por esse pleno é nessa perspectiva de apontamentos e seus  
579 avanços e desafios e eventualmente pontos a serem debatidos com município, e com a União. O  
580 Sr. André Quintão considera que o Estado e Município não são entes neutros, portanto entende  
581 inadequado fazer generalizações, porque o mesmo Estado no ano pode ter um comportamento e  
582 no outro completamente diferente, considera como aa primeira questão importante, entende que  
583 é preciso ter uma visão institucional, mas sempre lembrando que as realidades políticas mudam,  
584 então a generalização as vezes não são critérios mais correto, deve-se buscar mais as questões  
585 estruturais, talvez mais comuns, até porque eu não percebe o FONSEAS e o CONGEMAS como  
586 corporações. Informa que o Estado de Minas Gerais criou a legislação em 96, mas a rigor, o Fundo  
587 Estadual de Assistência Social só recebeu o recurso depois de1999, 2000, todo recurso da  
588 assistência era direcionado para uma associação da esposa de um Deputado chamado Asfas e o  
589 recurso para assistência social era distribuído, essa prática foi finalizada por meio de muita luta, ou  
590 seja, haviaum marco legal, mas não havia o sistema. Pondera quea política da assistência até 1988



591 sempre foi, altamente centralizada, existiam legiões brasileira de assistência, escritórios regionais,  
592 convênios com entidades, portanto tratava-se de uma política centralizada, não havia experiência  
593 de política estadualizada, os municípios até 1988 não possuíam autonomia. A presença no âmbito  
594 da filantropia, voluntariado muito forte no campo da assistência e com o advento da Constituição  
595 de 1988 demonstra um contexto de enfretamento a ditadura militar, de redemocratização, de  
596 participação, democracia representativa combinada com a democracia direta com o  
597 fortalecimento do poder local, com as experiências de orçamento participativo, de proliferação de  
598 conselhos. Ressalta que as consequências da omissão ou pouca participação dos estados na  
599 política pública foi primeiramente: Limitou a expansão do financiamento do SUAS, pois o SUAS  
600 hoje tem 77% de participação da União, 15,5% dos municípios e apenas 6,6% a 7% dos estados,  
601 entende que se o Estado participasse com mais afinco na destinação de recurso, o conjunto do  
602 financiamento da política pública seria aumentada; Segundo: A forma desse repasse ainda não é  
603 fundo a fundo em todos os estados, deve ser por volta de 60, 65%, mais uns 15, 20% fundo a  
604 fundo em convênio, 15% não é, não tem esse cofinanciamento, e, além disso, esse  
605 cofinanciamento não é regular e automático, o que traz prejuízo. Pondera que a outra questão  
606 fundamental que os Estados devem investir mais, é a capacitação, assessoramento e  
607 fortalecimento institucional dos municípios. Considera importante a contribuição dos Estados com  
608 a coordenação de alguns projetos intersetoriais mesmo que os estados não tenham atribuição  
609 exclusiva de realizar na ponta, mas as vezes os municípios territorialmente, e micro  
610 regionalmente, não tenha essa capacidade institucional de articulação, de intervenção de política  
611 pública, assim as políticas universais, SUAS, SUS, educação, elas avançaram muito os indicadores  
612 sociais, mas nessa rede há muito que avançar, exemplifica o jovem em situação de  
613 vulnerabilidade, são 30 mil jovens mortos por homicídio no país, esse dado deve resultar em uma  
614 reflexão do SUAS, do SUS, da qualidade do ensino médio, do tratamento do dependente químico,  
615 trata-se de uma intervenção intersetorial. Pondera que é necessário requalificar os espaços de  
616 participação popular da Assistência Social, entende não ser aceitável uma participação popular  
617 homologatória, para tanto, é preciso ter um alto investimento também na capacitação em  
618 informação, criar condições de funcionamento, tendo em vista que o Conselho Nacional está  
619 sendo protagonista de discussões avançadas. Informa, por fim, que o FONSEAS está participando  
620 das conferências estaduais com muito afinco. A Sra. Ieda discorre que quando houve a opção pelo  
621 SUAS como pacto federativo, dado a extensão territorial e a diversidade no Brasil, a diversidade  
622 regional, foram criados movimentos em tempos diferentes do SUAS em cada lugar, por esse  
623 motivo há municípios muito avançados em termos de organização da política, de financiamento da  
624 política e municípios ainda com muita dificuldade na sua capacidade institucional de oferecer as  
625 respostas e ampliar a sua capacidade de oferecer provisões da assistência social do mesmo que os  
626 entes estaduais, mesmo com todas as dificuldades sociais, houve um avanço muito grande.  
627 Pondera que qualquer mudança a ser feita no processo, no desenho, na engenharia ou na  
628 arquitetura do SUAS, precisa ser feito dentro do diálogo entre os entes, por esse motivo a CIT é  
629 muito importante. Destaca que o tem dificultado os diálogos é a chamada transferência fundo a  
630 fundo, que são transferências que exigem contrapartida de serviço. Informa que não há despesas

631 obrigatórias no campo da assistência social, apenas discricionárias, então em qualquer cultura de  
632 arrecadação em qualquer ente, o risco se instala no campo da assistência social, explica que se por  
633 um lado não há vinculação obrigatória de recurso, por outro, houve uma capacidade política de  
634 crescer as ofertas da assistência social, com aumento das despesas da assistência social e com  
635 disputa política as receitas, acrescenta que é o que tem sido feito no momento de conjuntura mais  
636 adversa, portanto explica que discutir pacto federativo é dizer que o serviço, em hipótese  
637 nenhuma, pode ser deixado de ofertar, porque no momento em que se deixa de ofertar o serviço  
638 rompe-se com o pacto federativo do SUAS, e romper com o pacto federativo do SUAS é dizer que  
639 a contraprestação do serviço não será feita, o que complica todo o procedimento, porque o  
640 cofinanciamento está vinculado a contraprestação do serviço. Entende que quanto se paga por  
641 benefício e quanto se paga por serviço e é uma falsa polêmica de que estamos priorizando  
642 benefício em detrimento de serviço, dessa forma é necessário saber nesse compartilhamento de  
643 responsabilidades, entende que o cofinanciamento do Governo Federal não pode ser utilizado  
644 apenas na regra do serviço, deve ser parte da regra do benefício, porque há muito para a gestão  
645 do BPC, há muito para a gestão do Bolsa Família, e é o único ente que cofinancia gestão. E o  
646 cofinanciamento, ele não deveria ser apenas para serviço, o cofinanciamento deve ser para  
647 serviço, benefício e gestão. Após o debate o Presidente Edivaldo pondera que infelizmente o Brasil  
648 ainda não criou essa cultura da importância da política de assistência social, considera necessárias  
649 iniciativas como bem fez o Governo do Mato Grosso do Sul de criar a escola de governo para ter  
650 equipamentos que possam dar consistência e demonstrar aos futuros ocupantes das cadeiras de  
651 gestão de que essa política não admite retrocesso, essa política caminha para a frente e essa  
652 cultura, ela vai se dar a partir do momento que passar a ter um programa de capacitação de  
653 gestores também. Conclui que a capacitação de gestores vai nos ajudar a superar todos esses  
654 processos. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião, convidando a todos para  
655 retornarem no dia seguinte às 9h. **ABERTURA.** Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil  
656 e quinze, o Presidente reiniciou a 235ª RO do CNAS, solicitando a conferência do quórum pela  
657 Secretária-Executiva: Conselheiros Titulares presentes: Telma Maranhão Gomes; Marlene de Fátima  
658 Azevedo Silva; José Ferreira da Cruz; Célia Maria de Souza Melo Lima; Maria Lúcia Nogueira  
659 Linhares Marquim; Cláudia Laureth Faquinote; Anderson Lopes Miranda; Samuel Rodrigues;  
660 Edivaldo da Silva Ramos; Patrícia Alves Vieira. Conselheiros no exercício da titularidade: Thiago  
661 Barbosa Cabral; Dulcinéia Reginato Francisco. Conselheiros suplentes presidentes: Maria José de  
662 Freitas; Naelson da Silva Ferreira; Aldenora Gomes Gonzalez; Jucileide Ferreira do Nascimento;  
663 Leovane Gregório. A Secretária Executiva informa que o Sr. Alceu não se encontra presente e não  
664 justificou ausência até o momento. **Item Relato da Presidência Ampliada.** A Vice-Presidente  
665 Marlene relata que: *“A reunião da Presidência Ampliada ela aconteceu dia 22, de 17h as 19h40.*  
666 *Participantes da Presidência Ampliada: Edivaldo da Silva Ramos, presidente do CNAS; Marlene*  
667 *Azevedo, vice-presidente do CNAS; Anderson Miranda, coordenador da Comissão de Política de*  
668 *Assistência Social; Cláudia Laureth Faquinote, coordenadora da Comissão de Normas de*  
669 *Assistência Social; Telma Maranhão, representam... Aliás, é coordenadora da Comissão*  
670 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social, e Maria Lúcia Marquim, coordenadora adjunta*

671 da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. Da Secretaria Executiva:  
672 Maria Auxiliadora Pereira, secretária executiva substituta do CNAS; Silvani Souza, apoio Gabinete;  
673 Thais Braga, apoio Gabinete; Maria do Socorro Cruz, apoio do Gabinete. “Item 1 – Informes sobre  
674 as reuniões das Comissões Temáticas do CNAS. Os coordenadores/coordenadoras informaram os  
675 principais pontos de pauta tratados nas reuniões temáticas. Como haverá o relato, foram só os  
676 pontos de pauta apresentados. A gente toma conhecimento neste momento. Naquele momento,  
677 aliás. Item 2 – Convites. 2.1 – Conferência Municipais de Assistência Social das capitais.  
678 Encaminhamentos. Em virtude da reunião da Comissão Organizadora coincidir com a Conferência  
679 Municipal de Assistência Social de Rio Branco não será possível a presença do presidente do CNAS.  
680 Era o presidente que estava designado para representar o CNAS na Conferência Municipal de Rio  
681 Branco. Diante disso, o conselheiro Anderson Miranda foi indicado para representar o CNAS na  
682 conferência, seguindo aquele critério de presidente, vice-presidente, coordenadores de comissão.  
683 Em razão da mudança da data da Conferência Municipal de Assistência Social de João Pessoa para  
684 os dias 6 e 7 de agosto, não será possível a presença da conselheira Aldenora Gonzalez na CNAS de  
685 Fortaleza, nos dias 5 e 6. Elas coincidiram aí as duas e a Aldenora estava designada para  
686 acompanhar as duas. Consulta submetida à Comissão Organizadora por e-mail para a indicação de  
687 um representante do CNAS”. Em resposta à consulta, na verdade, aqui está o conselheiro Pedro  
688 Tomaz irá representar o CNAS, mas a primeira manifestação foi da conselheira Patrícia. Então,  
689 embora esteja colocado aqui, a primeira manifestação de participação foi da conselheira Patrícia.  
690 Eu pergunto, a gente aponta isso depois. Na hora da discussão a gente faz isso. Tem outras  
691 conferências aqui. “2.2 – Outras conferências municipais. A secretária de Assistência Social e  
692 presidente do CNAS de Guimarães, Rio Grande do Norte, Mariza Rodrigues, solicita uma indicação  
693 do CNAS para participar da Conferência Municipal de Assistência Social daquele município, no dia 4  
694 de agosto, e informou que o município arcará com as despesas dos participantes do CNAS. Um  
695 encaminhamento – Consulta submetida à Comissão Organizadora via e-mail para indicação. Ainda  
696 não houve manifestação. 2.2.2 – O CNAS de Cachoeira de Itapemirim solicita a indicação de um  
697 representante do CNAS para participar da conferência municipal nos dias 5 e 6 de agosto e  
698 informou que arcará com as despesas dos participantes do CNAS. Encaminhamento – consulta  
699 submetida à Comissão Organizadora, via e-mail, para indicação. Então, tem duas conferências  
700 municipais aqui seguindo aquele critério de que as conferências que não seriam de capital,  
701 havendo possibilidade de se arcar com as despesas, o Conselho Nacional verificaria a possibilidade  
702 de participação. 2.3 – Tabela das Conferências Estaduais de Assistência Social. Ela está em fase de  
703 elaboração. Encaminhamento – Solicitar o gabinete da ministra a agenda com a previsão de  
704 participação da mesma nas conferências estaduais de assistência social, visando garantir, se  
705 possível, a presença do presidente ou vice-presidente na mesma conferência. Foi uma solicitação  
706 feita pelo presidente, que a gente, antes de fazer a distribuição, a discussão das participações, que  
707 a gente verificasse a agenda. 2.4 – Segunda edição do Fórum “Dialoga Brasil” no PPA 2016-2019. A  
708 segunda edição do Fórum “Dialoga Brasil” no PPA 2016-2019 ocorrerá nos próximos dias 27, 28 e  
709 29 de julho, na Universidade dos Correios, em Brasília. O CNAS será representado pelos/pelas  
710 conselheiros/conselheiras Samuel Rodrigues, Leovane Gregório, Alceu Kuhn, Naelson Ferreira,

711 *Dulcineia Reginato, Patrícia Vieira, Márcia Carvalho. E eu peço aos meus pares que acrescentem aí*  
712 *Aldenora Gonzalez. Nós recebemos oito vagas. O Conselho Nacional de Assistência Social é o*  
713 *conselho que mais contará com participação neste evento, inclusive com o lançamento da*  
714 *plataforma “Dialoga Brasil”, no dia 28. Então, a Aldenora também participará. Indicações enviadas*  
715 *à Secretaria Geral da Presidência da República, que arcará com as despesas dos representantes do*  
716 *CNAS no referido evento. 2.5 – III Seminário Regional da APACE. A Associação Passo fundense de*  
717 *Cegos – APACE – convida o presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – para*  
718 *participar da solenidade de abertura do III Seminário Regional APACE sobre deficiência visual –*  
719 *“Visualizando o Futuro”, no dia 27 de agosto de 2015, na Universidade de Passo Fundo.*  
720 *Encaminhamento: Agradecer pelo convite e informar impossibilidade de possibilidade de*  
721 *participação. Item 3 – O Conanda solicita a indicação de um representante titular e um suplente do*  
722 *CNAS para compor o GT “Crianças e Adolescentes em Situação de Rua”. Encaminhamento –*  
723 *Indicados os conselheiros Anderson Miranda, como Titular, e Samuel Rodrigues, comopresidente.*  
724 *Item 4 – Solicitação de pesquisa da UnB. A estudante Gabriella Tanmye Kashiwakura, mestranda...*  
725 *Desculpem aqui o nome, mas é difícil. Mestranda em Ciência Política na UnB, está realizando uma*  
726 *pesquisa sobre o Conselho Nacional de Assistência Social e a inclusão social que este desempenha.*  
727 *Ela solicita entrevista com conselheiros nacionais e ressalva que o ideal seria conseguir a entrevista*  
728 *durante esse mês de julho, durante os dias 20 e 31 de julho. Encaminhamento: Solicitação*  
729 *aprovada e informar a pesquisadora que os conselheiros estão à disposição até sexta-feira, dia 24.*  
730 *Informação repassada à solicitante por telefone. Item – Discussão sobre a realização da Reunião*  
731 *Trimestral do CNAS com o CEAS e CAS/DF. Definição da data. Sugestão que ocorra entre os dias 25*  
732 *e 28 de agosto. Definição do número de participantes e da cobertura da vinda dos representantes*  
733 *do CEAS e CAS/DF. A vice-presidente irá se reunir com a secretária Nacional para tratar do assunto.*  
734 *Definição de programação da reunião a ser minutada pela Secretária Executiva e vice-presidente*  
735 *do CNAS. Encaminhamento – Aguardar a reunião da vice-presidente com a secretária nacional*  
736 *para definir os itens acima. Só fazendo uma complementação, a ideia aqui é que façamos uma*  
737 *reunião com os conselhos estaduais. E isso, como não está na memória, para colocar com os*  
738 *conselhos estaduais e, ao mesmo tempo, com representantes das secretarias de estado. Por isso aí*  
739 *a discussão conjunta com a secretária nacional. 6 – Solicitação do FONSEAS. Com o intuito de*  
740 *atualizar documentação do FONSEAS no SICONV, em função da celebração do convênio com o*  
741 *MDS, a presidência do FONSEAS consulta o CNAS sobre a possibilidade de emitir declaração de*  
742 *capacidade técnica e operacional. Caso positivo, solicita que a referida declaração seja emitida em*  
743 *papel timbrado do CNAS. Encaminhamento – Solicitação aprovada pela Presidência Ampliada e o*  
744 *documento já foi entregue ao presidente do FONSEAS. Item 7 – Pauta da 236ª Reunião Ordinária*  
745 *do CNAS, anexo A. Proposta da Pauta da 236ª Reunião Ordinária do CNAS, em agosto de 2015. Dia*  
746 *10 do 8 de 2015 – Comissão Organizadora, de 9 as 12h. Reunião da Subcomissão de Comunicação*  
747 *e Subcomissão de Mérito do CNAS. Essa pauta está organizada, inclusive, de acordo com o relato*  
748 *da Comissão Organizadora, não é? Está proposto isso. De 14h as 18h, reunião da Comissão*  
749 *Organizadora da 10ª Conferência Nacional de Assistência Social. Dia 12 do 8 - Comissões*  
750 *Temáticas, de 9h as 16h, reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos; reunião da*

751 *Comissão de Financiamento e Orçamento; reunião da Comissão de Normas e reunião da Comissão*  
752 *de Política. De 16h as 19h, reunião da Presidência Ampliada e também, de 16h as 19h, reunião da*  
753 *Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. Dia 13 do 8, Plenária. De*  
754 *9h as 9h30, aprovação da Ata da 235ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 236ª Reunião*  
755 *Ordinária. De 10h as 12h, participação do CNAS na Audiência Pública – 10 anos do SUAS na*  
756 *Câmara dos Deputados. Isso foi, inclusive, reforçado pela conselheira Lúcia Marquim,*  
757 *representante do CONGEMAS, ontem. 13h30 as 18h, discussão sobre o processo “Conferências*  
758 *Estaduais de Assistência Social” e relato da Comissão Organizadora da 10ª Conferência Nacional*  
759 *de Assistência Social. Dia 14 do 8, Plenária. De 9h as 10h, informes da Presidência e Secretaria*  
760 *Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e conselheiros. De 10h as 11h, relato da Presidência*  
761 *Ampliada. De 11h as 12h, relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e transferência*  
762 *de renda. De 14h as 15h, relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência*  
763 *Social. 15h as 16h, relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. 16h as*  
764 *17h, relato da Comissão de Normas da Assistência Social. E de 17h as 18h, relato da Comissão de*  
765 *Política da Assistência Social.”. O Presidente Edivaldo questiona aos Conselheiros se algum deles*  
766 *se candidata a participar da Conferência de Guamaré, como não há nenhum candidato informa*  
767 *que a Conselheira Raimunda Cadó e posteriormente a Conselheira Maíra serão consultadas para*  
768 *responder sobre tal possibilidade. Informa também que no dia 13 o CONGEMAS propôs uma*  
769 *atividade no congresso, o qual sugere que seja uma ação conjunta, CNAS, MDS, CONGEMAS,*  
770 *FONSEAS que vai ser uma audiência pública para celebrar os 10 anos do SUAS. A Conselheira Célia*  
771 *sugere a realização de um debate amplo do cenário, do contexto do país, análise de conjuntura, de*  
772 *forma que essa discussão não fique também só no âmbito dos delegados das conferências, mas*  
773 *que também aqueles delegados, aqueles participantes das conferências levem também essas*  
774 *discussões para os usuários, para população de maneira geral, por que o que está ficando mesmo*  
775 *para população, é uma análise totalmente destorcida do que está acontecendo no país. O*  
776 *Conselheiros sugerem nomes para a realização desse debate como Dom Bosco; Boa Ventura de*  
777 *Sousa Santos; o ex-ministro Gilberto Carvalho; Ministra Tereza. O Presidente informa que será*  
778 *feita a consulta dos nomes sugeridos para verificação da possibilidade da pessoa escolhida estar*  
779 *presente no mês seguinte. Informa sobre proposta do conselheiro José Cruz em relação à*  
780 *instalação da reunião no dia 13, e propõe como encaminhamento a tentativa de acompanhar a*  
781 *sugestão do conselheiro José Cruz, para que os Conselheiros dediquem a manhã do dia 13 para a*  
782 *Câmara às 09h e haverá uma lista exclusiva para participação da atividade na audiência pública.*  
783 **Item Relato da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social.** A Vice-  
784 Presidente Marlene relata: “*Memória de Reunião da Comissão Organizadora da 10ª Conferência*  
785 *de Assistência Social, reunião de nº 06/2015, a data 20 a 21 de 09h às 18h aqui na sala 108 do*  
786 *CNAS. Integrantes da comissão presentes: Edivaldo da Silva Ramos, Marlene Azevedo Silva. Alceu*  
787 *Kuhn, Aldenora Gonzalez, Célia Lima, Clátia Vieira, Jucileide Nascimento, Léa Lúcia Braga, Leovane*  
788 *Gregório, Maria Lúcia Marquim, Solange Teixeira. Convidados: Equipe de relatoria: Carlos. Da*  
789 *Solange está errada a identificação da Secretária. Aliás, não tem que ter identificação, você*  
790 *compõe como conselheira a comissão organizadora, só para registro aí e retirada. Convidados:*

791 Equipe de relatoria: Carlos Ferrari, Denise Colin, Márcia Lopes, Maria Luiza Rizoti. Secretária  
792 Executiva CNAS: Maria Auxiliadora Pereira, Bechara Miranda, Carolina Ribeiro, Zelda Chaves,  
793 Rosângela Almeida, Suzany Gonçalves de Oliveira. Fazer uma correção aqui na equipe de relatoria  
794 quem participou nos dois dias aqui da Comissão Organizadora foram os relatores: Denise, Márcia  
795 Lopes e Célio. Então, nós estamos. Isso, a equipe de relatoria, é porque apareceu todo mundo e o  
796 nome do Célio não está aqui, mas ele estava na que antecede, é bom fazer um registro. Eu sei  
797 gente, estou dizendo que é importante fazer o registro, porque ele esteve no dia da reunião da  
798 equipe de relatoria só para fazer o registro e constar na gravação. De nada Célio. Item 1: Informe  
799 dos conselheiros sobre a participação nas Conferências Municipais. O Presidente do CNAS fez o  
800 relato de sua participação nas seguintes Conferências informando que encaminhará a secretária  
801 executiva os relatórios. Conferência de Londrina, participação na abertura foram realizadas pré-  
802 Conferências. A Conferência Municipal contou com aproximadamente 200 participantes com bom  
803 número de usuários, o debate foi qualificado, mas não realizaram grupos de trabalho. Cuiabá. A  
804 discussão a gente faz depois, não é? Participação no painel sobre o tema da Conferência, o  
805 processo de pré-conferências foi menos intenso e a programação contou com trabalhos em grupo.  
806 Porto Alegre: participação na abertura, estiveram presentes também a secretária da Castro e a  
807 conselheira Aldenora Gonzalez representando a coordenação nacional do fórum nacional dos  
808 usuários do SUAS. Foi um número grande de participantes e durante a Conferência aconteceram  
809 várias mobilizações e várias reivindicações. Isso aqui foi o relato sucinto da participação do  
810 Presidente nessas Conferências Municipais e o relatório ele encaminhará posteriormente. Foram  
811 preparados materiais para subsidiar a participação dos conselheiros indicados para representar o  
812 CNAS nas Conferências Municipais. Esses subsídios foram para o pronunciamento na abertura,  
813 apresentação em power point padrão a ser adaptada de acordo com o enfoque do conselheiro,  
814 quando for o caso, e dados do Censo SUAS 2014 sobre os conselhos por região. Esse é o material  
815 que a gente tem repassado aos conselheiros. Os conselheiros que representarão o CNAS  
816 preencherão o relatório de participação considerando um importante instrumento do CNAS de  
817 acompanhamento, monitoramento e avaliação do processo conferencial de 2015. Item 2:  
818 Discussão e validação das orientações para as Conferências estaduais e DF. O professor Carlos  
819 Ferrari e as professoras Márcia Lopes, Maria Luiza Rizoti e Denise Colin participaram da reunião da  
820 comissão organizadora e apresentaram a proposta do informe CNAS nº 06/2015 com as  
821 orientações para realização das conferências estaduais e do Distrito Federal de assistência social.  
822 Uma versão preliminar desse documento foi apresentada na plenária de junho e após  
823 contribuições dos conselheiros foi trabalhada pela equipe de relatoria dias 16 e 17 de julho e  
824 reapresentada, discutida, aperfeiçoada pela comissão organizadora nos dias 20 e 21 de julho.  
825 Encaminhamentos: submeter o documento à apreciação da plenária o anexo I. A gente já faz a  
826 leitura? Deixa para depois? Considerando que o Sisconferência já está formatado apenas para o  
827 recebimento dos relatórios das Conferências estaduais solicitaram aos CNASs o encaminhamento  
828 dos relatórios das Conferências Municipais para o e-mail da 10ª Conferência,  
829 [cnas.xxconferencia@mds.gov.br](mailto:cnas.xxconferencia@mds.gov.br) com objetivo de arquivamento e de memória do processo  
830 conferencial de 2015. Orientar para que o assunto do e-mail traga a orientação "Relatório

831 Conferência Municipal – Município – Unidade da Federação” e que o título traga também a  
832 identificação do município, dar conhecimento ao CEAS da demanda acima. Preparação da  
833 teleconferência é o item 3: etapas, conferências estaduais e do Distrito Federal. O CNAS realizará  
834 2ª Teleconferência sobre o processo conferencial dia 24 de agosto quando abordará etapa das  
835 Conferências estaduais e do Distrito Federal. Encaminhamento, indicação da participação das  
836 seguintes conselheiras, Presidente, vice-presidente, Alceu Kuhn e Célia Lima. Item 4: mérito CNAS  
837 10ª Conferência Nacional. Conselheira: Célia Lima, Maria Lúcia Marquim, Léa Braga, Clátia Vieira,  
838 Raimunda Cadó e Aldenora Gonzáles que compõe a subcomissão que está discutindo o mérito  
839 CNAS. A subcomissão apresentou algumas relacionadas à preparação do projeto do mérito CNAS e  
840 possibilidades de premiação e definir como pauta para próxima reunião os seguintes pontos:  
841 discussão sobre os critérios para indicação do/da homenageado/homenageada; avaliação do  
842 Censo SUAS 2014 para definição de indicadores, definição do número de prêmios, categorias e dos  
843 critérios específicos para cada categoria. Encaminhamentos: a Secretaria Executiva encaminhará a  
844 relação dos premiados em 2013 para conhecimento da subcomissão. A subcomissão se reunirá no  
845 dia 10 de agosto no CNAS no horário de 09h às 12h para redação da proposta do projeto mérito  
846 CNAS 10ª Conferência Nacional. Item 5: Informes da subcomissão de comunicação da 10ª  
847 Conferência Nacional. Conselheiros Marlene Silva e Leovane Gregório. A subcomissão fez um breve  
848 relato de suas atividades. Item a) reunião da subcomissão com Daniela Santana, assessora do  
849 gabinete da CNAS com a secretaria executiva do CNAS para tratar de pontos importantes que  
850 devem constar no plano de comunicação da ASCOM, aqui é MDS, considerando que o  
851 planejamento preliminar de suas ações eram mais voltadas para assessoramento do órgão gestor;  
852 b) reunião da subcomissão da comissão do CNAS representantes da ASCOM, SNAS, secretaria  
853 executiva do MDS com secretaria nacional de participação social da subsecretaria geral da  
854 Presidência da República para conhecer a plataforma digital Dialoga Brasil visando explorar  
855 possibilidades de utilização dessa ferramenta no processo de Conferências da assistência social em  
856 2015. Encaminhamentos: agendar reunião da subcomissão de comunicação com ASCOM visando  
857 tratar do plano de comunicação do processo conferencial de 2015, em seguida, agendar reunião  
858 da subcomissão de comunicação com a secretaria nacional de participação social com a secretaria  
859 geral da presidência da república visando iniciar o desenvolvimento do projeto de utilização da  
860 plataforma digital Dialoga Brasil no processo de Conferência da assistência social. A subcomissão  
861 se reunirá no dia 10 de agosto no CNAS no horário de 09h as 12. 6 - Informe da secretaria  
862 executiva sobre a tramitação do termo de referência. Conforme informe na semana passada, o  
863 termo de referência da 10ª Conferência foi encaminhado a subsecretaria de assuntos  
864 administrativos do MDS no dia 15 de junho e transformado em processo de nº 71010000779/2015-  
865 87, o mesmo foi analisado pela SAA, pela coordenação geral de licitações e contratos, pela  
866 coordenação de compras e licitações e, em seguida, pela coordenação de contratos sendo  
867 devolvido o processo a esse Conselho no dia 23 de junho para avaliação e atendimento das  
868 observações e recomendações efetuadas. Após as adequações solicitadas o CNAS restituiu a  
869 coordenação geral de licitações e contratos em 08 de julho. Em 16 de julho o CNAS recebeu da  
870 coordenação de compras e licitações. Nós temos que ver o nome certo da coordenação, cada hora

871 *está de um jeito. O processo do termo de referência com proposta de readequação de alguns itens*  
872 *do termo e da planilha de custo, assim como também solicitaram encaminhamento a CONJUR e*  
873 *ASCOM, CONJUR - Consultoria Jurídica do MDS e ASCOM – Assessoria de Comunicação para devida*  
874 *formalização das áreas na elaboração do mesmo. Neste sentido, o CNAS já fez o encaminhamento*  
875 *do processo para ASCOM em meio virtual dia 17 de julho considerando que o termo de referência*  
876 *foi fruto da construção coletiva entre CNAS e ASCOM por meio de realização de pelo menos 5*  
877 *reuniões nos meses de maio e junho e encaminhou o processo físico para manifestação da CONJUR*  
878 *em 20 de julho. 7 - Demandas/informações recebidas sobre o processo de Conferência. 7.1 – O*  
879 *CNAS recebeu e-mail dos CEAS Rio de Janeiro, da Paraíba e CNAS de Cachoeira do Itapemirim do*  
880 *Espírito Santo com questões realizadas a metodologia da 10ª Conferência. Essas demandas foram*  
881 *discutidas pela Presidência do CNAS e a equipe de relatoria e a partir das análises das mesmas foi*  
882 *formulado e encaminhado ao CEAS em 16/07 o e-mail com as seguintes considerações: orientar os*  
883 *municípios para utilização dos instrumentais previstos no informe CNAS nº 05 de 2015 visando*  
884 *facilitar a sistematização pelo Estado das Conferências Municipais. Orientar os municípios sobre o*  
885 *número dos delegados que devem ser escolhidos para Conferência estadual respeitando-se a*  
886 *paridade. Em havendo municípios que não previram suas Conferências, é importante um trabalho*  
887 *conjunto com o CEAS e o órgão gestor estadual no sentido de apoiar-los na realização das mesmas.*  
888 *Importância da presença de representantes do órgão gestor estadual e dos conselheiros do CEAS*  
889 *durante a realização das Conferências Municipais. Foram solicitadas as seguintes informações até*  
890 *o dia 24 de julho: 1- quantidade de municípios no estado que já realizaram as Conferências*  
891 *Municipais até o momento; 2- instrumento adotado para registro das deliberações dos municípios;*  
892 *3- cópia das resoluções relacionadas à regulamentação/orientação do processo de Conferências.*  
893 *7.2 – E-mail do CMAS Rio de Janeiro da Secretaria Executiva do CMAS Rio de Janeiro do dia 17 de*  
894 *julho informa que a 10ª Conferência municipal de assistência social do Rio de Janeiro acontecerá*  
895 *nos dias 29 e 30 de julho em dois auditórios com capacidade para 228 pessoas cada. Esclarece que*  
896 *todos os delegados ficarão no auditório 111 onde estarão as autoridades. No auditório 113 haverá*  
897 *tradução simultânea, pergunta se há algum impedimento legal para que a Conferência se*  
898 *estruture dessa forma. Encaminhamento: não há impedimento legal desde que o direito a*  
899 *participação na Conferência realizado nos dois ambientes seja garantido. Orientar que a*  
900 *Conferência deve adotar o formato que melhor atenda as peculiaridades locais, entretanto*  
901 *considerando a necessidade de sintonizar os processos, sugere-se que sejam garantidos os*  
902 *seguintes momentos: leitura e aprovação do regimento interno; abertura solene garantida à*  
903 *presença na mesa, além das autoridades de praxe, da representação dos segmentos dos usuários,*  
904 *dos trabalhadores, das entidades de assistência social, entre outras; conferência magna sobre o*  
905 *tema, subtema, dimensões considerando aspectos legais, históricos e políticos da política nacional*  
906 *de assistência social; apresentação do balanço do SUAS pelo gestor municipal e conselho municipal*  
907 *de assistência social; discussão em grupo das prioridades para deliberação, se possível, um grupo*  
908 *por dimensão conforme sugere o informe CMAS nº 05/2015. Plenária final com deliberação das*  
909 *prioridades e processo de escolha dos delegados para Conferência estadual. 7.3 – E-mail do CMAS*  
910 *de Piracicaba São Paulo: apresenta dúvida quanto à eleição dos delegados da sociedade civil,*



911 possui uma candidata contratada por uma entidade socioassistencial devida inscrita no CMAS que  
912 presta serviço junto a uma unidade pública. Entende-se que o vínculo dela é com entidade não com  
913 o poder público, pergunta se ela pode ser indicada pela entidade como representante da sociedade  
914 civil. Encaminhamento: a comissão avaliou que as informações enviadas não são suficientes para  
915 uma resposta objetiva uma vez que precisa ser levada em conta a situação funcional da  
916 empregada e que o estatuto da entidade a qual ela pertence prevê um termo de representação.  
917 Sugerir que o CMAS consulte as normativas do SUAS em relação à representação das entidades e  
918 trabalhadores, relação abaixo, bem como estatuto da referida entidade. Os documentos que foram  
919 sugeridos a leitura: entidades – decreto nº 6.308/2007 que dispõe sobre as entidades e  
920 organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742/93 e dá outras  
921 providências. Resolução CNAS nº 27/2011 que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e  
922 garantia de direitos no âmbito da assistência social. Resolução CNAS nº 33/2011 que define a  
923 promoção da integração ao mercado de trabalho no campo da assistência social e estabelece seus  
924 requisitos. Resolução CNAS 34/2011 que define a habilitação e reabilitação da pessoa com  
925 deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e  
926 estabelece seus requisitos. A legislação referente aos trabalhadores: resolução CNAS nº 17/2011  
927 que ratifica a equipe de referencia definida pela NOB RH SUAS, reconhece as categorias  
928 profissionais de nível superior que atendem as especificidades do serviço socioassistenciais e das  
929 funções essenciais de gestão do SUAS. Resolução CNAS nº 09/2014 que ratifica e reconhece as  
930 ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do SUAS em  
931 consonância com a norma operacional básica dos recursos humanos do SUAS. Nota explicativa  
932 sobre a participação dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS nas conferências de 2015  
933 fundamentadas à resolução CNAS nº 06/2015. Eu vou fazer um acréscimo aqui, e a própria  
934 resolução nº 06, faltou ela aqui. Plenária final com deliberação das prioridades e processos de. Oh,  
935 desculpa gente, eu voltei à página. 7.4 – E-mail CEAS Mato Grosso do Sul de 22 de julho de 2015  
936 consulta se a representação das entidades de assessoramento de defesa e garantia de direitos no  
937 âmbito da assistência social pode ser considerada como organização de usuários pela sua  
938 natureza. Encaminhamento: orientar o conselho para verificar se a referida entidade atende aos  
939 parâmetros definidos nas resoluções CNAS nº 04/2006 que regulamenta o entendimento acerca de  
940 representantes de usuários e organizações de usuários da assistência social e a de nº 27/2011 que  
941 caracteriza as ações de assessoramento e defesa de garantias de direitos no âmbito da assistência  
942 social. Item 8 – definição da pauta da próxima reunião 10 e 11 de agosto de 2015.  
943 Encaminhamento: dia 10 de agosto de 09h às 12h haverá reuniões das subcomissões, das  
944 seguintes subcomissões: subcomissão de comunicação e subcomissão de mérito do CNAS. A  
945 reunião da comissão organizadora será realizada dia 10 a partir das 14h e dia 08/08, 11/08,  
946 perdão, com a seguinte pauta: 1- informe dos conselheiros sobre a participação nas Conferências  
947 Municipais; 2 – relato do trabalho da subcomissão de mérito do CNAS; 3 – relato dos trabalhos da  
948 subcomissão de comunicação; 4 – apresentação do plano de comunicação da ASCOM/MDS; 5 –  
949 discussão sobre conteúdo a ser apresentado na teleconferência em 24/08; 6 – discussão sobre as  
950 publicações a serem distribuídas na 10ª Conferência nacional; 7 – informe sobre Sisconferência; 8-

951 *discussão da programação da 10ª Conferência nacional; 9 - informes da secretaria executiva sobre*  
952 *a tramitação do termo de referência; 10 – demandas/informações recebidas sobre o processo de*  
953 *Conferências; 11 – outros assuntos; 12 – definição da pauta da reunião de setembro.”. A*  
954 *Conselheira Solange destaca a grande participação dos usuários na conferência em que se fez*  
955 *presente, alerta que percebeu confusão no entendimento das dimensões. A Conselheira Cláudia*  
956 *atendendo a uma convocação do CNAS, informa que participou da conferência municipal de Boa*  
957 *Vista, Roraima nos dias 16 e 17 de julho e o primeiro lugar a experiência do aprendizado, destaca*  
958 *primeiramente sobre acessibilidade, o espaço onde aconteceu a Conferência não atendia a*  
959 *nenhum critério de acessibilidade; a presença da gestão municipal somente na mesa de abertura.*  
960 *Pondera que o município de Boa Vista tem 15 comunidades indígenas em seu território e não*  
961 *havia nenhum usuário representante da população indígena. Ressalta que na sua percepção a*  
962 *participação da sociedade civil estava responsável por construir toda a Conferência, pois os*  
963 *subtemas foram desenvolvidos e apresentados por painéis em sua maioria por representantes da*  
964 *sociedade civil, conselheiros estaduais e Municipais. O Conselheiro Anderson relata sua*  
965 *participação na Conferência de Florianópolis, e parabeniza a acessibilidade disponibilizada no*  
966 *evento. O Conselheiro Jose Crus sugere que seja dedicado um tempo específico nas próximas*  
967 *reuniões para acompanhamento das conferências, por se tratar de um assunto de suma*  
968 *importância. O Presidente Edivaldo relata que a Conferência de Cuiabá, houve uma participação*  
969 *pequena dos usuários. A Conselheira Aldenora destaca que na Conferência de Porto Alegre foi*  
970 *instalado o Fórum dos Usuários da Assistência Social. O Conselheiro Thiago continua a leitura do*  
971 *Relato: “Informe CNAS 06/2015 orientações para realização das Conferências estaduais da*  
972 *assistência social e Distrito Federal. Introdução: Considerando a relevância das esferas estadual e*  
973 *do Distrito Federal no processo de democratização do SUAS, é fundamental o protagonismo dos*  
974 *conselhos estaduais e do Distrito Federal nas Conferências com o apoio dos usuários e dos gestores*  
975 *estaduais e do Distrito Federal. As Conferências Municipais estão em curso galgando êxito do*  
976 *aprofundamento do Pacto Federativo e da democratização da política de assistência social. Neste*  
977 *momento, torna-se imprescindível que os estados e o Distrito Federal dediquem-se à preparação*  
978 *da Conferência Estadual ou do Distrito Federal e ao acolhimento das deliberações dos municípios.*  
979 *O presente informe tem como objetivo orientar a realização das conferências estaduais e do*  
980 *Distrito Federal em relação ao formato, programação, escolha dos delegados, sistematização das*  
981 *deliberações Municipais, regulamento, regimento interno e registros. Constam da estrutura deste*  
982 *informe os seguintes conteúdos: 1. Ações Preparatórias; 2. Delegados: Sugestão para Escolha e*  
983 *Preparação; 3. Proposta de Formato e Processo Decisório da Conferência Estadual e do Distrito*  
984 *Federal; 4. Minutas de Regulamento e Regimento Interno; 5. Instrumentais de Registro. A seguir*  
985 *serão detalhados os conteúdos que poderão servir de sugestão e parâmetros para a condução dos*  
986 *trabalhos pelos conselhos estaduais - CEAS, Conselho de Assistência Social do Distrito Federal -*  
987 *CAS/DF e órgãos gestores no processo de realização das conferências. 1. Ações preparatórias: O*  
988 *processo preparatório da Conferência Estadual e do Distrito Federal conta com diferentes etapas*  
989 *que envolvem desde o apoio aos municípios no seu processo Conferencial, até os detalhes de sua*  
990 *realização no âmbito do estado e do Distrito Federal. As Conferências Estaduais e do Distrito*

991 *Federal estão previstas para o período de 10 de agosto a 19 de outubro e sua preparação envolve:*  
992 *mobilização, organização, infraestrutura, balanço da implementação do SUAS em nível estadual e*  
993 *do Distrito Federal e a sistematização das deliberações das conferências Municipais. No que*  
994 *concerne ao balanço e à sistematização dos conteúdos deliberativos advindos dos municípios*  
995 *seguem as orientações: 1.2 Balanço da Implementação do SUAS em nível Estadual e do Distrito*  
996 *Federal: A 10ª Conferência Nacional de Assistência Social, ao deliberar diretrizes e prioridades para*  
997 *o próximo decênio, subsidiará a posterior elaboração do Plano Decenal 2016-2026, tanto no*  
998 *âmbito nacional, quanto ao desdobramento nos estados, Distrito Federal e municípios. Sendo*  
999 *assim, é fundamental que o Órgão Gestor, o CEAS e o CAS/DF façam um balanço dos avanços e*  
1000 *desafios do atual desenvolvimento do SUAS no estado e no Distrito Federal. Esta análise deve*  
1001 *tomar por base as atribuições precípuas da esfera estadual e do Distrito Federal, conforme a*  
1002 *PNAS/2004, a NOB RH SUAS/2006, a NOB SUAS/2012, o Pacto Federativo, o Pacto de*  
1003 *Aprimoramento da Gestão do SUAS, o Plano Decenal 2005-2015 e as dimensões que compõem o*  
1004 *temário dessa edição, previstas no Informe CNAS N° 05/2015. É importante frisar, que mais do que*  
1005 *expor dados sobre as estruturas instaladas e os atendimentos realizados, deve-se refletir sobre a*  
1006 *consolidação da assistência social enquanto Direito e Dever do Estado, tanto no acesso aos*  
1007 *serviços e benefícios quanto para a população de maneira mais ampla. Como é imprescindível que*  
1008 *os participantes da conferência tenham conhecimento do estágio atual do SUAS em seu estado e*  
1009 *do Distrito Federal, recomenda-se que a apresentação do balanço seja uma das primeiras*  
1010 *atividades da conferência. Neste sentido, propomos um roteiro mínimo de aspectos a serem*  
1011 *contemplados: A contextualização do estado e do Distrito Federal com dados gerais (população,*  
1012 *número e pacto dos municípios, orçamento geral, entre outros); Diagnóstico socioterritorial;*  
1013 *Estrutura de gestão do Estado e do Distrito Federal (organograma, trabalhadores do SUAS, entre*  
1014 *outros); Legislação relativa à assistência social, Lei Estadual e do DF do SUAS, regulamentação do*  
1015 *repasso Fundo a Fundo; regulamentação dos Benefícios Eventuais, entre outros; Composição da*  
1016 *Rede Socioassistencial Estadual e do DF por nível de proteção (governamental e não*  
1017 *governamental); Política e Serviços regionalizados no Estado, critérios, financiamento, forma de*  
1018 *gestão, entre outros; Implementação do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS no Estado e*  
1019 *no Distrito Federal, Plano Estadual e do DF de Assistência Social, Sistemas de Informações,*  
1020 *Monitoramento e Avaliação, Assessoramento Técnico, Educação Permanente, Cofinanciamento,*  
1021 *Serviços Regionalizados e outros; Financiamento: orçamento para a Assistência Social,*  
1022 *composição das receitas do Fundo, cofinanciamento estadual e do Distrito Federal para benefícios*  
1023 *e serviços, entre outros; Controle Social: composição e estrutura do conselho, formação para os*  
1024 *conselheiros, adequação da legislação do SUAS; Avanços e Desafios do SUAS no Estado e no*  
1025 *Distrito Federal. E outros aspectos relevantes relativos à Política Nacional de Assistência Social –*  
1026 *PNAS. 1.3 Sistematização das prioridades propostas pelos municípios: O processo Conferencial de*  
1027 *Assistência Social desta décima edição vem desenvolvendo discussões e a construção das*  
1028 *prioridades em todos os níveis de governo, para alcançar a unidade necessária à consolidação do*  
1029 *SUAS nos próximos 10 anos. Desse modo, um dos aspectos mais importantes é a apropriação dos*  
1030 *debates e deliberação, deliberações em todos os âmbitos fazendo-se necessário que a esfera*

1031 *estadual sistematize todas as deliberações e dados dos relatórios das conferências Municipais e os*  
1032 *apresente na conferência estadual para servir de subsídios para os debates e as deliberações nesse*  
1033 *âmbito. A organização das deliberações deverá compor a seguinte ordem: 1) Identificar as*  
1034 *semelhanças e convergências das prioridades deliberadas; 2) Agrupá-las considerando o conteúdo*  
1035 *das 5 dimensões de avaliação e proposição a partir do Temário da 10ª Conferência, tendo como*  
1036 *fundamento o pacto federativo, desenvolvido no Informe CNAS nº05/2015; 3) Separação das*  
1037 *prioridades que correspondam às responsabilidades para os níveis dos Estados do Distrito Federal,*  
1038 *do DF e Federal. Para fins de sistematização, recomendamos que as prioridades encaminhadas e*  
1039 *não identificadas pelos municípios para os entes específicos e que constituam responsabilidades*  
1040 *comuns para o Estado e União, conforme NOB SUAS/2012, sejam lançadas para ambos. Segue*  
1041 *abaixo uma sugestão de quadro para a sistematização das prioridades. Aqui eu descrevo o quadro:*  
1042 *número, dimensão, prioridades, destinatários (Estados, Distrito Federal e União) e uma observação*  
1043 *ao lado. Ainda com relação à sistematização propõe-se uma análise quantitativa, qualitativa das*  
1044 *prioridades advindas dos municípios. Caberá aos estados identificar as diversidades,*  
1045 *especificidades, quando for o caso, conforme quadro a seguir, permitindo assim, reunir prioridades*  
1046 *comuns ou de destaque a determinados grupos de municípios. Esse registro tem por objetivo*  
1047 *expressar as desproteções e vulnerabilidades da diversidade socioterritorial de cada Estado e, com*  
1048 *isso, qualificar a leitura das diversas realidades brasileiras. Aqui temos um novo quadro. O quadro*  
1049 *tem três colunas: diversidades, especificidades locais e regionais; municípios ou regiões do estado;*  
1050 *prioridades comuns ao de destaque. Em diversidades, especificidades locais e regionais a gente*  
1051 *tem: Municípios de fronteira; Povos Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, outras comunidades*  
1052 *tradicionais (extrativistas pantaneiros, pescadores, etc.), municípios atingidos por grandes obras e*  
1053 *barragens, capitais, sedes de região metropolitana, outras características de destaque*  
1054 *(especificar). 2. Delegados: Sugestões para a escolha e preparação: Os trabalhos de preparação da*  
1055 *10ª Conferência de Assistência Social, em todas as esferas, têm indicado a importância estratégica*  
1056 *no processo de escolha dos delegados, de forma paritária, (Governo e Sociedade Civil) para as*  
1057 *Conferências Estaduais do Distrito Federal e Nacional, conforme orientações do Informe CNAS nº*  
1058 *04/2015. Considerando que a LOAS e demais normatizações dela emanada referem-se*  
1059 *explicitamente sobre a paridade entre sociedade civil e poder público, no que concerne aos*  
1060 *delegados nas conferências de assistência social, orienta-se que os estados solicitem a todos os*  
1061 *municípios que indiquem no mínimo 2 delegados para participarem da Conferência Estadual,*  
1062 *sendo 1 representante da sociedade civil e 1 representante do poder público. Os delegados, além*  
1063 *de cumprir o papel de representar os municípios, estados e Distrito Federal, como porta-vozes das*  
1064 *resoluções deliberadas nas respectivas conferências, têm a grande responsabilidade de*  
1065 *participação qualificada nos debates em todos os momentos. Sua contribuição é chave na*  
1066 *avaliação da realidade que representam, nos posicionamentos sobre os temas abordados, na*  
1067 *definição de prioridades e principalmente, com uma postura ampliada e coletiva, considerando o*  
1068 *compromisso republicano e federativo em defesa do SUAS em todo o Brasil. Assim, espera-se que*  
1069 *os delegados escolhidos estejam efetivamente envolvidos na área e tenham participação ativa seja*  
1070 *na região, nos serviços, nos conselhos ou na representação dos usuários, trabalhadores ou*

1071 entidades de assistência social. Participar de uma conferência como delegada(o) exige motivação,  
1072 disciplina, capacidade de concentração, leituras preparatórias, explicitação das posições e  
1073 compromisso com o projeto coletivo. Trata-se de uma representação que não se inicia nem se  
1074 encerra na conferência em si, mas tem origem em sua atuação cotidiana anterior e se desdobrará  
1075 posteriormente no compromisso de zelar pela implementação das deliberações coletivas  
1076 construídas. O futuro e a consolidação do SUAS no Brasil passa também pela qualidade das  
1077 discussões das Conferências e suas deliberações bem como do compromisso de todos com sua  
1078 implementação. Para contribuir com a maior qualificação da participação dos delegados, sugere-  
1079 se que sejam realizados encontros preparatórios entre os delegados que representarão o estado e  
1080 o Distrito Federal na Conferência Nacional. Esses encontros, que podem ser regionalizados ou  
1081 Estaduais para a redução de custos e maior facilidade de participação de todos os delegados tem a  
1082 finalidade de unificar as informações e os conteúdos tratados na conferência estadual e, ainda,  
1083 retomar mais uma vez a compreensão dos conteúdos e das responsabilidades de cada um na  
1084 implementação e consolidação do SUAS. 3. Proposta do formato e metodologia da Conferência  
1085 Estadual e do Distrito Federal. 3.1. Desenho da Conferência Estadual e do Distrito Federal: Cada  
1086 Conferência Estadual e do Distrito Federal adotará o formato que melhor lhe atenda as  
1087 peculiaridades locais, entretanto, considerando a necessidade de sintonizar os processos, sugere-se  
1088 que sejam garantidos os seguintes momentos: (Intervenção fora do microfone 00:34:47). Eu estou  
1089 seguindo a sugestão aqui do José Cruz. Rápido porque a pauta está longa, vocês não estão  
1090 acompanhando? Está bom? Sugestão. Vou mais devagarzinho é porque eu estou vendo que todo  
1091 mundo está prestando atenção. Leitura e aprovação do Regimento Interno; Abertura solene,  
1092 garantida a presença na mesa, além das autoridades de praxe da representação dos segmentos  
1093 dos usuários, dos trabalhadores e das entidades de assistência social, além do COEGEMAS,  
1094 FONSEAS, MDS, e CNAS; Conferência magna sobre o tema, subtemas, dimensões considerando  
1095 aspectos legais, históricos e políticos da PNAS; Apresentação do balanço do SUAS pelo Gestor  
1096 Estadual e do Distrito Federal e Conselho Estadual e Conselho de Assistência Social do Distrito  
1097 Federal; Apresentação em Plenária da síntese das prioridades dos municípios para o Estado e do  
1098 Distrito Federal e União; Discussão em grupo das prioridades para deliberação. Plenária Final com  
1099 deliberação das prioridades e processo de escolha dos delegados para a Conferência Nacional. Na  
1100 Conferência é a palestra magna que deverá abordar o tema do pacto federativo, dos subtemas e  
1101 suas dimensões, as informações sobre as responsabilidades estaduais e do Distrito Federal na  
1102 consolidação do SUAS e o seu estágio de desenvolvimento nessa esfera federada. Com estes  
1103 subsídios acrescidos do balanço do SUAS e da sistematização das prioridades elencadas nos  
1104 municípios, os delegados terão condições de participar do processo deliberativo de forma  
1105 esclarecida e crítica, identificando as prioridades para a consolidação do SUAS no seu âmbito  
1106 tendo como perspectiva a década de 2016-2026. 3.2. Trabalho de Grupo e Plenária Final: Para o  
1107 aprofundamento das discussões e construção das prioridades, os participantes serão divididos em  
1108 grupos de acordo com as cinco dimensões temáticas. Poderão ser organizados um a um, um ou  
1109 mais grupos por dimensão. Recomenda-se a presença de um facilitador em cada grupo, apto a  
1110 contribuir com os conteúdos das dimensões e a síntese das prioridades advindas dos municípios. Os

1111 grupos trabalharão a partir das prioridades deliberadas nas Conferências Municipais  
1112 sistematizadas e apresentadas em Plenária para todos os participantes e poderão criar novas  
1113 prioridades, com base no debate realizado durante a conferência. Cada grupo apontará até cinco  
1114 prioridades dirigidas ao nível estadual e do Distrito Federal e outras cinco a serem remetidas à  
1115 União. Ficará a cargo das discussões em Plenária, deliberar por até quinze prioridades no total das  
1116 dimensões para o ente estadual e do Distrito Federal e até quinze no total para o ente federal.  
1117 Considerando as diversidades, especificidades de cada estado e as excepcionalidades identificadas  
1118 pelos delegados, poderão ser apontadas até vinte prioridades para a esfera estadual. Outro  
1119 aspecto importante a se considerar é que as prioridades sejam redigidas de maneira objetiva e  
1120 simples, com o máximo de 5 (cinco) linhas cada uma e utilizem verbos no infinitivo (construir,  
1121 ampliar, reduzir, etc.). Essa padronização facilitará a construção do Plano Decenal da Assistência  
1122 Social 2016-2026. No processo de elaboração do relatório final, é fundamental que os estados e do  
1123 Distrito Federal identifiquem as prioridades relacionando-as a uma das dimensões trabalhadas.  
1124 Este procedimento facilitará sua sistematização e inclusão da mesma nas discussões da 10ª  
1125 Conferência Nacional de Assistência Social. As questões norteadoras, contidas abaixo, devem ser  
1126 utilizadas para provocar reflexões e debates entre os participantes dos grupos. 3.3 Questões  
1127 Norteadoras para o Estado e Distrito Federal: Dimensão 1 – Dignidade Humana e Justiça Social:  
1128 princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo. 1ª - Qual a contribuição  
1129 da política de assistência social no âmbito estadual e do Distrito Federal (Serviços e benefícios;  
1130 Vigilância socioassistencial e Defesa de direitos) para a conquista da justiça social e dignidade  
1131 humana? 2ª – Como a proteção social assegurada pelo SUAS no Estado e do Distrito Federal  
1132 possibilita o empoderamento político dos seus sujeitos de modo a contribuir para a ampliação da  
1133 dignidade humana e justiça social? 3ª – Como podem ser identificados os princípios de dignidade  
1134 da pessoa humana e justiça social nas ações desenvolvidas pela Gestão (Gestão do Trabalho,  
1135 assessoramento, monitoramento e avaliação, serviços e benefícios de âmbito estadual) e Conselho  
1136 Estadual e do Distrito Federal de Assistência Social? Dimensão 2 - Participação social como  
1137 fundamento no pacto federativo no SUAS: 1ª - Quais são os espaços de participação no âmbito do  
1138 SUAS para... quais são os espaços de participação no âmbito do SUAS para além do Conselho  
1139 Estadual de Assistência Social e CAS/DF? Por exemplo: fóruns, comitês e organização de usuários  
1140 de serviços socioassistenciais governamentais e não governamentais? 2ª - Como está o  
1141 funcionamento do Conselho Estadual de Assistência Social e CAS/DF? (Participação dos usuários;  
1142 paridade entre governo e sociedade civil, proporcionalidade na sociedade civil entre trabalhadores,  
1143 usuários e entidades socioassistenciais, regularidade das reuniões; elaboração e publicação das  
1144 resoluções com base nas decisões de plenária, divulgação das informações da Política de  
1145 Assistência Social e das decisões dos Conselhos, deliberações do Conselho sobre o Plano e o  
1146 Financiamento do SUAS; apoio e cumprimento pelo Órgão Gestor das deliberações do Conselho)?  
1147 3ª – Como tem se dado a participação dos usuários no planejamento, financiamento e avaliação  
1148 dos serviços, programas e projetos da Política Estadual e do Distrito Federal de Assistência Social?  
1149 Dimensão 3 – Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal,  
1150 Republicano e Federativo: 1ª– Como se expressa o compromisso da gestão pública estadual no que

1151 se refere à responsabilidade primeira em assegurar o acesso, a qualidade e a cobertura dos  
1152 serviços e benefícios do SUAS a todos os que deles necessitem? 2ª - O órgão gestor da política de  
1153 assistência social do Estado e do Distrito Federal exerce o comando único e é reconhecido em sua  
1154 responsabilidade de gestão (técnica, política e financeira), direcionando o trabalho de acordo com  
1155 o pacto de aprimoramento de gestão e as diretrizes e princípios do SUAS? 3ª – A gestão estadual e  
1156 do Distrito Federal cumpre suas atribuições, conforme previstas na NOB SUAS/2012, no Pacto de  
1157 Aprimoramento da Gestão do SUAS e demais normativas (Criação da Lei Estadual do SUAS,  
1158 Regulamentação dos Benefícios Eventuais, Plano Estadual e do Distrito Federal de Assistência  
1159 Social, Sistemas de Informações, Monitoramento e Avaliação, Assessoramento Técnico, Educação  
1160 Permanente, Cofinanciamento com repasse fundo a fundo e critérios de repasse para a rede  
1161 socioassistencial, Serviços Regionalizados e outros)? Dimensão 5 – Assistência Social é direito no  
1162 âmbito do Pacto Federativo: 1ª – O Poder Público e a sociedade na esfera Estadual no estado e do  
1163 Distrito Federal reconhecem que a assistência social (serviços, benefícios, incluindo a transferência  
1164 de renda) é um direito constitucional? Como se comprova? 2ª – Quais as evidências  
1165 (demonstração) de que os usuários do SUAS, no estado e no Distrito Federal, reconhecem os seus  
1166 direitos? A política estadual e do Distrito Federal de assistência social promove ações para a  
1167 divulgação e reconhecimento pelos cidadãos de seus direitos? 3ª - Os mecanismos de exigibilidade  
1168 da assistência social como direito na esfera Estadual e no DF (Ouvidoria, Defensoria Pública e  
1169 Ministério Público) têm cumprido o seu papel? São reconhecidos e acessados pela população? 4.  
1170 Minutas de Regulamento e Regimento Interno. 4.1. Regulamento da Conferência Estadual de  
1171 Assistência Social: Para organização das Conferências de Assistência Social propõe-se que, além do  
1172 seu Regimento Interno, seja elaborado um regulamento. As regras para a realização das  
1173 Conferências muitas vezes estão contidas apenas no Regimento Interno, o que acarreta uma série  
1174 de problemas. Em primeiro lugar, grandes partes dos encaminhamentos já terão sido superados.  
1175 Além do que resulta em regimentos internos muito longos e inócuos. A sugestão é que os CEAS e  
1176 CAS/DF discutam e aprovem um regulamento para todo o processo, na forma de uma resolução,  
1177 deixando para o Regimento Interno apenas as questões relativas ao desenvolvimento e  
1178 operacionalização dos trabalhos nos dias da Conferência Estadual e do Distrito Federal.  
1179 Observação: Sugere-se que o Distrito Federal faça a adaptação do material de acordo com as  
1180 discussões e deliberações do CAS/DF. Onde se lê Conferência Estadual de Assistência Social, leia-se  
1181 Conferência de Assistência Social do Distrito Federal. Minuta de regulamento da conferência  
1182 estadual de assistência social, pode ler? Minuta de regulamento da conferência estadual de  
1183 assistência social define as regras para a organização e participação na Conferência Estadual de  
1184 Assistência Social de 2015. O Conselho Estadual de Assistência Social, órgão paritário e  
1185 deliberativo, responsável pelo Controle Social da Política de Assistência Social no Estado de  
1186 (completar), com base nas atribuições que lhe confere a Lei Estadual (completar). Considerando: A  
1187 realização da 10ª Conferência Nacional de Assistência Social, convocada extraordinariamente pela  
1188 Portaria Conjunta CNAS/MDS nº 1 de 9 de fevereiro de 2015; A Portaria/Decreto Estadual nº  
1189 (completar). De (completar); (outras considerações). Resolve: Art. 1º Estabelecer as definições  
1190 relativas à organização e participação no processo da (completar) Conferência Estadual de

1191 *Assistência Social 2015 no estado de (completar), com tema: "Consolidar o SUAS uma vez Rumo a*  
1192 *2026" e lema "Pacto Republicano no SUAS, Rumo a 2026: O SUAS que temos e o SUAS que*  
1193 *queremos", e como subtemas: 1. O enfrentamento das situações de desproteções sociais e a*  
1194 *cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios, inclusive transferência de renda, nos*  
1195 *territórios. 2. O Pacto Federativo e a consolidação do SUAS. 3. Fortalecimento da participação e do*  
1196 *controle social para a gestão democrática. Parágrafo Único: Para fins metodológicos e de definição*  
1197 *das prioridades, serão adotadas as cinco dimensões propostas pelo CNAS na perspectiva de*  
1198 *aprofundar e organizar os debates demandados pelos subtemas no processo Conferencial. São*  
1199 *elas: 1. Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS*  
1200 *no pacto federativo; 2. Participação Social como fundamento do pacto federativo no SUAS; 3.*  
1201 *Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Republicano e Federativo; 4.*  
1202 *Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo; 5. Assistência Social é*  
1203 *direito no âmbito do pacto federativo. Art. 2º: A (completar) Conferência Estadual de Assistência*  
1204 *Social terá por objetivo analisar, propor e deliberar as prioridades para a Construção do Plano*  
1205 *Decenal da Assistência Social do Estado e da União, reconhecendo a responsabilidade de cada ente*  
1206 *federado, bem como escolher delegados, delegadas para 10ª Conferência Nacional de Assistência*  
1207 *Social. Art. 3º: A (completar) Conferência Estadual de Assistência Social será presidida pelo/pela*  
1208 *presidente/presidenta do Conselho Estadual de Assistência Social e conta com uma comissão*  
1209 *organizadora instituída pela resolução (completar)./2015. Parágrafo único: A Comissão*  
1210 *Organizadora poderá definir subcomissões, bem como solicitar apoio técnico dos órgãos e*  
1211 *entidades que participam do Conselho Estadual de Assistência Social ou de pessoas e outras*  
1212 *instituições que possam contribuir na realização de suas atribuições. Art. 4º: A (completar)*  
1213 *Conferência Estadual de Assistência Social será realizada entre os dias (completar). Art. 5º:*  
1214 *Poderão participar da (completar) Conferência Estadual de Assistência Social, as seguintes*  
1215 *categoriais com respectivo número de vagas: 1- (completar) Delegados, delegadas representantes*  
1216 *governamentais, escolhidos nas Conferências Municipais de Assistência Social com direito a voz e*  
1217 *voto; 2 – (completar) Delegados, delegadas representantes da Sociedade Civil, escolhidos nas*  
1218 *Conferências Municipais de Assistência Social, divididos proporcionalmente entre usuários,*  
1219 *trabalhadores do SUAS e entidades ou organizações de assistência social, com direito a voz e voto;*  
1220 *3 – (completar) Delegados, delegadas natos integrantes do Conselho Estadual de Assistência Social*  
1221 *titulares e suplentes, com direito a voz e voto; 4 – Convidados, convidadas do Conselho Estadual de*  
1222 *Assistência Social, com direito a voz. Parágrafo único: Será garantida a paridade entre os*  
1223 *delegados das Conferências Municipais representantes governamentais e da sociedade civil. Art.*  
1224 *6º: As despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem dos/das convidados/convidadas não*  
1225 *serão custeadas pela organização da (completar) Conferência Estadual de Assistência Social. Art.*  
1226 *7º: As despesas de alimentação e hospedagem dos delegados ou das delegadas das Conferências*  
1227 *Municipais durante a realização da (completar) conferência estadual de assistência social serão*  
1228 *custeadas pelo Governo Estadual do estado de (completar). Art. 8: Os Conselhos Municipais de*  
1229 *Assistência Social deverão encaminhar ao Conselho Estadual de Assistência Social o relatório da*  
1230 *Conferência Municipal de Assistência Social até o dia (completar), com as seguintes informações: 1*



1231 - Instrumental de Registro da Conferência Municipal de Assistência Social, devidamente  
1232 preenchido; 2 – Nominata dos delegados/delegadas escolhidos por segmento com os respectivos  
1233 suplentes, conforme vagas definidas no artigo 5º deste regulamento; 3 – Termo de compromisso  
1234 do município relativo ao custeio do deslocamento de ida e volta dos/das delegados/delegadas do  
1235 município de origem até o local de realização da Conferência Estadual, assim como as respectivas  
1236 despesas de alimentação durante o percurso. Art. 9º: Serão realizados encontros regionais  
1237 preparatórios para a (completar) Conferência Estadual de Assistência Social, com o objetivo de  
1238 qualificar os representantes dos delegados/das escolhidos nas Conferências Municipais de  
1239 Assistência Social, conforme calendário assim definido. Abaixo um quadro com três colunas: data,  
1240 região e local. Art. 10: A participação dos encontros regionais preparatórios não será pré-requisito  
1241 para a participação dos delegados eleitos nas Conferências Municipais para a Conferência Estadual  
1242 de Assistência Social, mas estratégia para aprofundar os temas relevantes e as especificidades de  
1243 cada região do estado em consonância ao tema, subtemas e dimensões do processo Conferencial  
1244 de 2015. Art. 11: Os casos omissos a este regulamento serão decididos pela Comissão  
1245 Organizadora da (completar) Conferência Estadual de Assistência Social, com recurso ao Conselho  
1246 Estadual de Assistência Social. Art. 12: Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.  
1247 Data de 2015. 4.2. Minuta de Regimento Interno para as Conferências Estaduais de Assistência  
1248 Social: O Regimento Interno da Conferência Estadual é um documento de organização dos  
1249 trabalhos durante a sua realização e pressupõem as definições prévias contidas no regulamento da  
1250 Conferência Estadual, aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social -CEAS e Conselho de  
1251 Assistência Social do Distrito Federal - CAS/DF através de resolução própria. A minuta ora  
1252 apresentada trata de seis capítulos, a saber: Capítulo 1 – Do Objetivo e Temário. Capítulo 2 – Do  
1253 credenciamento. Capítulo 3 – Da Organização. Capítulo 4 – Da Plenária Final. Capítulo 5 - Da  
1254 Escolha dos delegados, das delegadas. Capítulo 6 - Das Disposições Gerais. Consiste de um subsídio  
1255 para a realização das Conferências Estaduais de Assistência Social, podendo ser adequado às  
1256 especificidades locais e devendo ser aprovado pelos delegados no início da Conferência.  
1257 Observação: Sugere-se que o Distrito Federal faça a adaptação do material de acordo com as  
1258 discussões e deliberação do CAS/DF. Onde se lê Conferência Estadual de Assistência Social, leia-se  
1259 Conferência de Assistência Social do Distrito Federal. Regimento interno da (completar)  
1260 conferência estadual de assistência social. Capítulo 1: do objetivo e temário Art. 1º A (completar)  
1261 Conferência Estadual da Assistência Social será presidida pelo Presidente ou pela presidenta do  
1262 Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e realizada, e realizada de até de, a data 2015. Art.  
1263 2º: A (completar) Conferência Estadual da Assistência Social foi convocada por meio do  
1264 Decreto/Portaria nº (completar) de 2015, assinado, conjuntamente, pelo Governador, ou  
1265 Secretário de Estado da Assistência Social e pelo Presidente do Conselho Estadual de Assistência  
1266 Social, em cumprimento ao disposto na Lei Estadual (completar). Art. 3º: A (completar)  
1267 Conferência Estadual de Assistência Social constitui-se em instância de mobilização e participação  
1268 e tem por atribuição a avaliação da política da assistência social e a definição das prioridades para  
1269 a Construção do Plano Decenal de Assistência Social do Estado e da União, reconhecendo a  
1270 responsabilidade de cada ente federado, bem como escolher delegados e delegadas para 10º

1271 Conferência Nacional de Assistência Social. Art. 4º: A (completar) Conferência Estadual tem como  
1272 tema: "Consolidar o SUAS de Vez Rumo a 2026" e lema "Pacto Republicano no SUAS, Rumo a 2026:  
1273 O SUAS que temos e o SUAS que queremos" e como subtemas: 1. O enfrentamento das situações  
1274 de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência  
1275 de renda nos territórios. 2. O Pacto Federativo e a consolidação do SUAS. 2. Fortalecimento da  
1276 participação e do controle social para a gestão democrática. Parágrafo Único: Para fins  
1277 metodológicos e de definição das prioridades, são adotadas as cinco dimensões propostas pelo  
1278 CNAS na perspectiva de aprofundar e organizar os debates demandados pelos subtemas no  
1279 processo Conferencial. São elas: 1. Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais  
1280 para a consolidação do SUAS no pacto federativo; 2. Participação Social como fundamento do  
1281 pacto federativo no SUAS; 3. Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público,  
1282 Republicano e Federativo; 4. Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do pacto  
1283 federativo; 5. Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo. Capítulo 2: Do  
1284 credenciamento: Art. 5º: O credenciamento dos participantes da (completar) Conferência Estadual  
1285 será efetuado nos dias (completar) das, às (completar) horas e tem como objetivo identificar sua  
1286 condição de participação. Art. 6º: O crachá de delegado/delegada é o instrumento que dá o direito  
1287 ao voto na Conferência e não poderá ser utilizado por outra pessoa que não seu titular. Paragrafo  
1288 único: Em caso de perda do crachá, o mesmo não poderá ser substituído. Capítulo 3: Da  
1289 organização: Art. 7º: A (completar) Conferência Estadual será estruturada, no mínimo, por: 1.  
1290 Abertura; 2. Palestra Magna; 3. Painel de Avaliação da Implementação do SUAS no Estado; 4.  
1291 Apresentação da Síntese das prioridades apontadas pelos municípios; 5. Grupos de trabalho para o  
1292 debate e escolha das prioridades; 6. Plenária Final. Art. 8º: A palestra magna tem por finalidade  
1293 abordar os subtemas e suas cinco dimensões em linguagem acessível, subsidiando a compreensão  
1294 e reflexão sobre o Tema da Conferência Estadual. Art. 9º: O painel de avaliação da implementação  
1295 do SUAS no Estado tem a finalidade de apresentar e discutir o texto estadual da política de  
1296 assistência social e seus resultados do ponto de vista da gestão Estadual e do Conselho Estadual da  
1297 Assistência Social. Art. 10: A preparação da síntese das prioridades apontadas pelos municípios  
1298 tem a finalidade de subsidiar os debates dos grupos e fundamentar a apresentação das  
1299 prioridades, considerando as especificidades locais e regionais. Art. 11: Os grupos de trabalho  
1300 serão constituídos no ato do credenciamento pelos participantes e terão por finalidade discutir e  
1301 propor à plenária final, as prioridades para os âmbitos do estado e da União em relação ao SUAS  
1302 para o Plano Decenal. Parágrafo 1º: Os grupos terão um facilitador indicado pela Comissão  
1303 Organizadora e escolherão entre seus integrantes, um coordenador e um relator. Parágrafo 2º: Ao  
1304 coordenador compete conduzir os trabalhos, e organizar as discussões para que se cumpram os  
1305 objetivos do grupo. Artigo 3º: Ao facilitador compete contextualizar a dimensão e subsidiar as  
1306 discussões esclarecendo dúvidas e contribuindo na construção das prioridades. Artigo 4º: Ao  
1307 relator compete registrar as prioridades construídas pelo grupo, utilizando o instrumental  
1308 oferecido pela Comissão Organizadora. Art. 12: Os grupos de trabalho, em número de (completar),  
1309 sendo (completar) para cada uma das dimensões indicadas no artigo 4º deste regimento,  
1310 trabalharão a partir das prioridades deliberadas nas Conferências Municipais sistematizadas e

1311 apresentadas em Plenária, e poderão criar novas prioridades, com base no debate realizado  
1312 durante a conferência. Artigo 1º. Parágrafo 1º: Cada grupo apontará até cinco prioridades  
1313 dirigidas ao nível estadual e outras cinco a serem remetidas à União. Artigo 2º: As prioridades  
1314 devem ser redigidas de maneira objetiva e simples, com o máximo de 5 (cinco) linhas cada uma,  
1315 utilizar verbos ao infinitivo (construir, ampliar, reduzir, etc.), para facilitar a construção do Plano  
1316 Decenal da Assistência Social 2016-2026. Capítulo 5: Da plenária final. Art. 13: A Plenária Final é o  
1317 momento de discussão e deliberação no qual todos os participantes terão direito a voz e somente  
1318 os delegados credenciados terão direito ao voto. Art. 14: Na Plenária Final serão apresentadas e  
1319 discutidas as prioridades indicadas pelos grupos de trabalho, sendo aprovadas até 15 (quinze)  
1320 prioridades para o âmbito do estado e 15 (quinze) prioridades para o âmbito da união, no cômputo  
1321 total. Parágrafo 1º: Em sendo identificadas necessidades decorrentes das diversidades,  
1322 especificidades na esfera estadual, poderão excepcionalmente ser apontadas até 20 (vinte)  
1323 prioridades. Parágrafo 2º: Deverá ser identificada a dimensão à qual se refere cada uma das  
1324 prioridades aprovadas na Plenária. Parágrafo 3º: O texto das prioridades poderá ser alterado na  
1325 Plenária Final, sendo admitidas fusões, complementações ou supressões em relação à proposta  
1326 construída nos grupos de trabalho. Art. 15: A Plenária Final apreciará e votará as moções de  
1327 repúdio, apoio, congratulação ou recomendação que tenham sido entregues até às (completar)  
1328 horas do dia (completar), acompanhadas da assinatura de no mínimo 20% dos delegados  
1329 credenciados. Parágrafo 1º: As moções devem ser entregues em formulário próprio disponibilizado  
1330 pela Comissão Organizadora. Parágrafo 2º: O texto das moções não poderá sofrer alterações na  
1331 Plenária Final. Parágrafo 3º: Serão consideradas aprovadas as moções que obtiverem o voto da  
1332 maioria simples dos presentes na Plenária Final. Capítulo 5: do processo de escolha dos delegados.  
1333 Art. 16: A Plenária Final escolherá os delegados representantes do estado para participarem da  
1334 10ª Conferência Nacional de Assistência Social, conforme número de vagas, disponibilizado pelo  
1335 Conselho Nacional de Assistência Social, a saber: 1 – Delegados Municipais: (completar) vagas. 2 –  
1336 Delegados estaduais: (completar) vagas Art. 17: Os candidatos às vagas de delegados da 10ª  
1337 Conferência Nacional de Assistência Social, deverão inscrever-se até (completar) horas do dia  
1338 (completar), no (completar) (local de inscrição a ser definido). Parágrafo único: Estarão aptos a  
1339 serem escolhidos como Delegados para a 10ª Conferência Nacional, os candidatos que tiverem  
1340 75% de participação durante a (completar) Conferência Estadual de Assistência Social. Art. 18: A  
1341 escolha dos delegados seguirá a paridade entre representantes governamentais e da sociedade  
1342 civil, buscando assegurar a proporcionalidade entre os segmentos da sociedade civil (usuários,  
1343 trabalhadores do SUAS e entidades de assistência social). Parágrafo 1º: Para cada delegado titular  
1344 será escolhido um suplente do mesmo segmento para o caso de necessidade de substituição.  
1345 Parágrafo 2º: Em caso de falta de candidaturas no mesmo segmento para o preenchimento das  
1346 vagas disponíveis, a Plenária poderá redistribuir as vagas mantendo a paridade entre  
1347 representantes governamentais e não governamentais. Art. 19: Para a escolha dos delegados de  
1348 cada segmento deverá reunir-se e proceder à votação dos candidatos que serão submetidos à  
1349 homologação da Plenária Final. Parágrafo único: Em caso de empate no segmento, a Plenária  
1350 procederá à votação para desempate. Capítulo 6: das disposições gerais. Art. 20: Aos participantes

1351 da Plenária é assegurado o direito de levantar questões de ordem à Mesa Coordenadora, sempre  
1352 que julgarem não estar sendo cumprido este Regimento. Parágrafo único: em regime de votação,  
1353 são vedados os levantamentos de questões de ordem. Art. 21: Serão conferidos Certificados a  
1354 todos os participantes da (completar) Conferência Estadual e aos painelistas, membros da  
1355 Comissão Organizadora e da Relatoria. Art. 22: Será divulgado pela Comissão Organizadora, após  
1356 o término do credenciamento, até (completar) horas o número de delegados especificados por: 1 -  
1357 Governo: a) Estaduais; e, b) Municipais. 2-Sociedade Civil: a) Usuários ou organizações de usuários;  
1358 b) Trabalhadores SUAS; e, c) Entidades e organizações de assistência social. 3- Número total de  
1359 delegados. Art. 23: Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, ficando a  
1360 Plenária como instância de recurso. Art. 24: O presente Regimento entrará em vigor após  
1361 aprovação da Plenária da (completar) Conferência Estadual de Assistência Social. Segue data. Logo  
1362 depois, item 5: Registro das Conferências Estaduais de Assistência Social 2015. Tentar fazer uma  
1363 áudio descrição aqui, senhor Presidente. Os quadros abaixo reproduzem os campos a serem  
1364 preenchidos no Sisconferência (sistema online disponibilizado pelo CNAS para o registro do  
1365 processo Conferencial). Primeiro quadro é de informações gerais da Conferência Estadual onde a  
1366 gente tem seis itens. 1º. Estado 2º. Identificação do número da Conferência. 3º. Datas de  
1367 realização. 4º. Local de realização. 6. Número total de participantes. Item 7. Acho que tem um erro  
1368 de numeração aqui. É, do 5 pula para o 7. O 5 dos registros, depois tem um quadro e vai para o 7  
1369 aqui, seria 6, não é? Então tem que renumerar aí. Então nós temos um novo quadro, vou ler  
1370 conforme está escrito, para depois fazer o ajuste. 7. Número de Delegados por categoria: é um  
1371 quadro onde você tem dividido em Sociedade Civil, Usuários, Trabalhadores e Entidades,  
1372 governamentais. 8. Outro quadro. Quais e quantos eventos de mobilização antecederam a  
1373 Conferência? Nós temos duas colunas: uma com o número e a segunda fala tipo de eventos de  
1374 mobilização; pré-conferências ou encontros preparatórios; palestras ou debates públicos; Outras  
1375 formas: 9. Ato de Convocação: aí você tem só um quadro vazio. 10. Aí você tem outro quadro  
1376 vazio. 11 – Registro do Resultado dos Grupos de Trabalho: são três colunas. A primeira coluna da  
1377 esquerda: Dimensões; a segunda do centro prioridades para o Estado e o Distrito Federal e a  
1378 terceira: prioridades para a União. Lendo os itens da primeira coluna. Dimensões: Dignidade  
1379 Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto  
1380 federativo; Outra linha: Participação Social como fundamento do pacto federativo no SUAS; Outra  
1381 linha: Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Republicano e Federativo.  
1382 Outra linha: qualificação do trabalho no SUAS consolidando o pacto federativo. Outra linha:  
1383 Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo. Item 12: Registro das Deliberações da  
1384 Plenária da Conferência Estadual e do DF de Assistência Social. São duas colunas. A primeira é  
1385 subdividida em itens que vai de 1 a 20. Essa primeira coluna é prioridades para o Estado e o  
1386 Distrito Federal; e a direita, a outra coluna é só qualificar dimensão. Depois temos uma outra  
1387 coluna, um outro quadro onde você também tem duas colunas, prioridades para a União, a  
1388 primeira é subdividida em 15 itens e a segunda é simplesmente dimensão. Aí nós vamos para  
1389 avaliação da Conferência estadual e do Distrito Federal. Item 13: Processo avaliativo: um novo  
1390 quadro em branco para ser preenchido. Item 14. Avaliação pelos participantes: são seis colunas, a

1391 primeira coluna descreve as linhas que fala em divulgação/Mobilização, local e infraestrutura,  
1392 acessibilidade, programação e participação. Aí você tem as colunas que falam em ótimo, muito  
1393 bom, regular, ruim, péssimo. 15. Avaliação pelos Conselheiros Estaduais e do Distrito Federal: são 3  
1394 colunas, a primeira aspectos positivos, a do meio aspectos negativos e demais considerações à  
1395 última. Item 16 é data. Item 17. Assinatura dos responsáveis pelo preenchimento deste Registro.  
1396 Item 18. Assinatura do Conselho Estadual de Assistência Social e do Distrito Federal.”O Presidente  
1397 Edivaldo considera que a publicação do Informe 6 ainda possibilitará a ajuda a muitas  
1398 conferências, porém, não todas. O Conselheiro José Crus pondera que no artigo 9º está falando  
1399 que o painel de avaliação da implementação do SUAS no estado tem por finalidade apresentar e  
1400 discutir o contexto atual da política e seus resultados do ponto de vista gestão estadual e conselho  
1401 estadual. Ademais profere a leitura da nova redação: “O painel de avaliação. Artigo 9ºO painel de  
1402 avaliação da implementação do SUAS no estado tem a finalidade de apresentar e discutir o  
1403 contexto atual da política de assistência social e seus resultados, a corresponsabilidade da gestão  
1404 estadual e avaliação do conselho estadual da assistência social.”. O Professor Célio prossegue com  
1405 a leitura do questionário: “dimensão 4, primeira questão: 1 – Como adequar as ações de  
1406 responsabilidade estadual relativas à qualificação do trabalho no SUAS no estado, considerando os  
1407 parâmetros normativos (vínculos, forma de seleção, composição da equipe, etc.)? Questão 2 –  
1408 Existem iniciativas estaduais de capacitação, plano de educação permanente para os  
1409 trabalhadores, considerando a rede governamental e não governamental, assim como orientação  
1410 técnica para as gestões Municipais? Questão 3 – Até que ponto os trabalhadores e trabalhadoras  
1411 conhecem e se comprometem com as provisões do SUAS e seus princípios ético-políticos, (por  
1412 exemplo, direito à transferência de renda; aos serviços de qualidade; acesso à informação;  
1413 convivência comunitária, dentre outros)?”. Aprovado o referido documento pelo Pleno. Após  
1414 sugestões e contribuições de redação, foi aprovado o Relato da Comissão  
1415 Organizadora.**ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião para o almoço, convidando a  
1416 todos para retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente solicitou à  
1417 Secretária-Executiva a conferência do quórum: Conselheiros Titulares presentes. Telma Gomes,  
1418 Marlene Silva, José Crus, Célia Lima, Maria Lúcia Marquim, Cláudia Faquinote, Anderson Miranda,  
1419 Samuel Rodrigues, Edivaldo Ramos, Patrícia Vieira. Conselheiros no exercício da titularidade.  
1420 Thiago Cabral, Dulcinéia Francisco, Aldenora Gonzalez e Margareth Dallaruvera. Conselheiros  
1421 suplentes presentes. Naelson Ferreira, Jucileide Nascimento e Leovane Gregório.**Item Relato da**  
1422 **Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.** A Conselheira Telma relata:  
1423 “Reunião do dia 22/07, da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Os  
1424 conselheiros presentes: Telma Maranhão Gomes, Patrícia Alves Vieira e Naelson da Silva Ferreira.  
1425 Convidados. Adailton Amaral Leite – Assessor do SNAS – Dulcelena Martins, que é Diretora  
1426 Executiva do Fórum Nacional de Assistência Social, a Laurimara Batista dos Campos – Chefe de  
1427 Visão do Fundo Nacional – e a Secretária Executiva do Conselho, que é o Bechara Miranda, a  
1428 Susana Gonçalves e a Thalita Eleteo.”. Com a palavra a Sra. Dulcelena discorre sobre a Análise  
1429 Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do FNAS – exercício 2015 - 2º trimestre  
1430 (Relatório Trimestral – LOAS, Art. 19, item VII), com a leitura referente a Nota Explicativa,

1431 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social referente ao período  
1432 de Janeiro a Junho de 2015: *“A presente nota explicativa apresenta a execução orçamentária e*  
1433 *financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, apurada pelo regime de caixa, no período de*  
1434 *janeiro a junho de 2015. O Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, instituído pela Lei nº*  
1435 *8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS), tem como objetivo*  
1436 *proporcionar recursos para cofinanciar gestão, serviços, programas, projetos e benefícios de*  
1437 *assistência social. 1. Do orçamento Disponibilizado. A Lei 13.115, de 20 de abril de 2015 (Lei*  
1438 *Orçamentária Anual), aprovou para o FNAS orçamento de R\$ 44.999.537.125,00 (quarenta e*  
1439 *quatro bilhões, novecentos e noventa e nove milhões, quinhentos e trinta e sete mil e cento e vinte*  
1440 *cinco reais) que apresentaremos sob os títulos: Benefícios Assistenciais, Serviços, Programas,*  
1441 *Projetos e Gestão. 1.1 Benefícios Assistenciais. Neste Item, enquadram-se as despesas com o*  
1442 *Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC e da Renda Mensal Vitalícia – RMV.*  
1443 *O BPC foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela LOAS, pelo Decreto*  
1444 *6.214 de 26 de setembro de 2007 e pelo Decreto 6.564 de 19 de setembro de 2008. Compete ao*  
1445 *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de*  
1446 *Assistência Social e do Fundo Nacional de Assistência Social, a implementação, a coordenação-*  
1447 *geral, a regulação, o financiamento, o monitoramento, a avaliação, a concessão e a manutenção*  
1448 *dos benefícios. A Renda Mensal Vitalícia foi instituída pela Lei 6.179/74 e extinta a partir de janeiro*  
1449 *de 1996, quando entrou em vigor a concessão do BPC. É mantida apenas para aqueles que já eram*  
1450 *beneficiários quando da vigência do benefício, com base no princípio do direito adquirido. A –*  
1451 *Benefícios Assistenciais: Ação/Código 00H5 – BPC e RMV – Pessoa Idosa, Dotação Inicial*  
1452 *18.834.762.377; 00IN – BPC e RMV – Pessoa com Deficiência, dotação inicial 22.687.221.239, Total*  
1453 *geral 41.521.983.616. B Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais: Ação/Código*  
1454 *0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União,*  
1455 *Autarquias e Fundações Públicas; Dotação Inicial: 115.676.083; 0625 – Cumprimento de Sentença*  
1456 *Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações*  
1457 *Públicas, Dotação Inicial: 600.000.000, Total Geral: 715.676.083; C – Operações Especiais: Outros*  
1458 *encargos: Ação/Código 0536 – Benefícios e Pensões Indenizatórias, Dotação Inicial 3.000.000. 1.2*  
1459 *Ações, Serviços, Programas e Projetos assistenciais. Neste item, enquadram-se as despesas com os*  
1460 *serviços socioassistenciais de caráter continuado, com os projetos de estruturação da rede de*  
1461 *serviços de proteção social básica e especial (que incluem emendas paramentares e projetos*  
1462 *sociais), com as ações de operacionalização do BPC e da RMV e ainda com a bolsa as crianças e*  
1463 *adolescentes em situação de trabalho. Para execução destas despesas devem-se observar as*  
1464 *diretrizes do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e o princípio da descentralização político-*  
1465 *administrativa, prevista no inciso I do art. 204 da Constituição e no inciso I do art. 5º da Lei nº*  
1466 *8.742 de 1993. O valor aprovado para o cofinanciamento dessas despesas foi de R\$*  
1467 *2.758.877.426,00 (dois bilhões, setecentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e setenta e sete*  
1468 *mil e quatrocentos e vinte seis reais).”* Procede com a apresentação do quadro demonstrativo do  
1469 orçamento recebido por ação, e do quadro referente as despesas com Benefícios Assistenciais, no  
1470 tópico 2. Da Execução Orçamentaria e Financeira. *“Reforçamos que o orçamento do Benefício de*

1471 *Prestação Continuada da Assistência Social– BPC e da Renda Mensal Vitalícia – RMV é alocado no*  
1472 *MDS, a quem compete a sua gestão, acompanhamento e avaliação. A operacionalização desses*  
1473 *benefícios compete ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. A execução orçamentária e*  
1474 *financeira do BPC e da RMV aqui apresentada corresponde, respectivamente, às descentralizações*  
1475 *de créditos orçamentários e repasses de recursos financeiros realizados pelo Fundo Nacional de*  
1476 *Assistência Social ao Instituto Nacional do Seguro Social. Quanto à execução orçamentária e*  
1477 *financeira das Ações de Cumprimento de Sentenças Judiciais corresponde à descentralização do*  
1478 *crédito orçamentário e repasse de recurso financeiro realizados automaticamente pela Secretaria*  
1479 *de Orçamento Federal aos Tribunais Regionais Federais.” Apresenta o quadro demonstrativo por*  
1480 *ação, o orçamento disponibilizado e a execução orçamentária e financeira dos valores transferidos*  
1481 *aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, relacionado ao item 2.2 Despesas com Serviços,*  
1482 *Programas, Projetos e Gestão. “ Do total do orçamento aprovado para o FNAS foi empenhado o*  
1483 *valor de R\$ 1.898.520.110,00 (um bilhão, oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e vinte*  
1484 *mil e cento e dez reais), sendo R\$ 1.843.482.474,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e três*  
1485 *milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e setenta e quatro reais) relativos aos*  
1486 *Serviços Socioassistenciais, e R\$ 55.037.636,00 (cinquenta e cinco milhões, trinta e sete mil e*  
1487 *seiscentos e trinta e seis reais) às demais Ações. A Execução financeira do FNAS, incluindo o RAP,*  
1488 *foi de R\$ 681.528.170,00 (seiscentos e oitenta e um milhões, quinhentos e vinte e oito mil e cento e*  
1489 *setenta reais) concernente aos Serviços Socioassistenciais, e R\$ 95.885.543,00 (noventa e cinco*  
1490 *milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e quarenta e três reais) aos outros*  
1491 *programas, totalizando R\$ 777.413.714,00 (setecentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e*  
1492 *treze mil e setecentos e quatorze reais). O FNAS é o responsável pela execução orçamentária e*  
1493 *financeira dos recursos da Ação 8446 – Serviços de Apoio à Gestão Descentralizada ao Programa*  
1494 *Bolsa Família – IGD. O orçamento é descentralizado pela Secretaria Nacional de Renda de*  
1495 *Cidadania – SENARC em favor do FNAS. Dos recursos descentralizados pela referida Secretaria, no*  
1496 *valor de R\$ 490.213.000,00 (quatrocentos e noventa milhões e duzentos e treze mil reais), foram*  
1497 *executados R\$ 170.042.933,00 (cento e setenta milhões, quarenta e dois mil e novecentos e trinta*  
1498 *três reais), incluindo RAP.” Finalmente apresenta as tabelas que demonstram os saldos de restos a*  
1499 *pagar (RAP) inscritos, cancelados, pagos e a pagar das UG 330013 e 550015. A Conselheira Patrícia*  
1500 *questiona sobre a ação 8893, em como é avaliado o valor pago, e de que forma está sendo*  
1501 *pensada para o PPA.A Conselheira Telmainforma queo encaminhamento após todas as questões*  
1502 *colocadas na comissão, a comissão sugere a plenária aprovação do relatório da execução*  
1503 *orçamentária e financeira do fundo, exercício 2015, do segundo trimestre, nos Artigo 19, item 7, a*  
1504 *resolução em anexo número 1: solicitar ao fundo nacional a apresentação das informações*  
1505 *atualizadas da quantidade de municípios com repasses regularizados; o segundo ponto é*  
1506 *apresentação e avaliação da proposta. Após questionamentos dos Conselheiros, a Sra. Dulcelena*  
1507 *esclarece que quanto à questão do incluindo restos a pagar, foi colocado dessa forma, por que a*  
1508 *nota, ela é elaborada com regime de caixa, trata-se de todosos pagamentos desse ano, não foi*  
1509 *separado o que foi feito do “restos a pagar” e do exercício. Esclarececomo a ideia é trazer para o*  
1510 *regime de caixa, foi por isso que esta formatado dessa forma. A conselheira Patrícia pergunta*

1511 sobre a quantidade e em quais municípios, informa que trouxe a quantidade na presente data, de  
1512 que não tem pendências, destaca o PAIF 2527, municípios até a data. Então, pelos pagamentos  
1513 que foram feitos, há um valor bem superior ao apresentado, pois não está incluído os pagamentos  
1514 feitos no início de julho e também entre hoje e segunda-feira. E nos serviços de convivência e  
1515 fortalecimento de vínculos, inclusive, no último trimestre que é o trimestre de abril a junho, são  
1516 1492 municípios, as lanchas tem um número significativo também, por que são poucos também,  
1517 37, de equipe volante também em torno de 50% dos 671 municípios, 323 nesse processo. Do piso  
1518 fixo da média complexidade, incluindo todos os serviços até 30 do 06, 861, o de transição de  
1519 média, 847 de 815 que tinha pendência, houve atualização a informação deve ser igual, 815. Do  
1520 piso de alta complexidade 1, com todos os serviços, com um quantitativo de 267 e do piso de alta  
1521 complexidade 2 de 113 municípios que ainda tem pendências incluindo o pagamento de junho, a  
1522 serem pagos em julho. Respondendo a questão que a Conselheira Cláudia traz dessa estratégia de  
1523 repasse, foi iniciado também o ano sem a lei e tem um outro instrumento, um outro normativo  
1524 que é um Decreto de programação financeira do dia 22 de maio, então, enquanto não há o  
1525 Decreto, não se pode garantir o quanto será disponibilizado por mês para pagar as despesas. Em  
1526 relação a questão do monitoramento, dos saldos, por que a partir dos saldos, analisa-se os saldos,  
1527 para que não haja injustiça nesse momento em repassar recurso para o município que tem uma  
1528 quantidade de parcelas suficiente para manter o serviço, manter todo o pagamento de suas  
1529 despesas e deixar aquele que está com pouco recurso, se fez necessário adotar esse critério,  
1530 realiza-se o acompanhamento e essa questão do monitoramento dos saldos, o que vem sendo  
1531 realizado desde o ano de 2009, por que o TCU tem um acórdão 2809 do TCU e o TCU já tinha  
1532 observado que tinha muitos municípios que mantinham o saldo altíssimo, o que ele não  
1533 recomenda. Informa que no primeiro semestre, fez questão de solicitar a secretária que a  
1534 autorizasse a ir em todos os convites que o COEGEMAS fizesse e que o governo do estado também  
1535 organizou com os municípios, para que nesse caráter pedagógico se levasse uma forma  
1536 simplificada deles fazerem, elaborarem seu orçamento, aproveitando esse momento rico da  
1537 elaboração da proposta, de elaboração do orçamento, por que esse orçamento muito  
1538 sistematizado também, dificulta, o caráter educativo. Respondendo ao Sr. Leovane, informa que o  
1539 valor mensal está expresso no Decreto de Programação Financeira, atualmente em torno de 200  
1540 milhões, para realizar essas despesas. Esclarece a Conselheira Marlene sobre a questão de  
1541 acompanhar o planejamento, resgata que foi feito no âmbito da comissão, a elaboração de um  
1542 documento que se chama manual orientador, esse documento traz uma forma do fundo estadual  
1543 ou do fundo municipal apresentar a execução orçamentária e financeira aos conselhos, por que  
1544 atualmente há uma fragilidade de que não tem padrão, essa nota explicativa foi pactuada no  
1545 Conselho, então, qualquer alteração que tenha, tem que ser pactuada também, portanto, os  
1546 municípios e estados eles não tem um padrão de apresentar ao conselho essa questão. O Sr.  
1547 Adailton discorre que a proposta está estruturada, ela parte, ela se utiliza da estrutura do PPA,  
1548 então, o PPA tem uma parte que trata de metas, objetivos, iniciativas e depois tem um link com a  
1549 questão orçamentária, estão contidos dentro de um programa, que é o programa 2037,  
1550 Fortalecimento do SUAS, esse programa tem 5 objetivos, esses 5 objetivos tratam dos serviços de



1551 proteção social básica, do serviço de proteção social especial, um terceiro objetivo relativo a  
1552 benefícios, um quarto relativo a gestão e vigilância socioassistencial e, finalmente, tem um último  
1553 objetivo que trata do controle e parte para ação social, além disso, tem um outro programa, o  
1554 2062, Promoção dos direitos de criança e do adolescente, que ele é de responsabilidade da  
1555 secretaria de direitos humanos, ASDH, que dentro desse programa tem o objetivo que trata  
1556 especificamente da questão do PET, do enfrentamento ao trabalho infantil, quando o PPA foi  
1557 feito, em 2011, o PPA atual, aqui dentro desse objetivo tinha o serviço de convivência para criança  
1558 dessa faixa etária, como é desenho do PET. Com relação às questões orçamentárias começa por  
1559 terceiro objetivo materialmente, o terceiro objetivo que trata dos benefícios, então, existem duas  
1560 ações orçamentárias na mesma estrutura que agora já existe no orçamento de 2015, uma que  
1561 trata do BPC e da renda mensal vitalícia para pessoa idosa e uma outra ação que trata da BPC e da  
1562 RMV para pessoa com deficiência ou no caso de RMV chamada de pessoa com invalidez. Então, a  
1563 dotação em 2015 para os benefícios para pessoa idosa, a 00H5, a ação de 2015 é de 18 bilhões,  
1564 834 milhões, 732 mil e 377 reais. Para 2016 a proposta do SNAS é de 20 bilhões, 690 milhões, 785  
1565 mil e 988 reais. Em relação aos benefícios para pessoa com deficiência, ação 000IN, em 2015 a  
1566 dotação foi de 22 bilhões, 687 milhões, 221 mil e 239 reais. E em 2016, a demanda apresentada é  
1567 26 bilhões, 358 milhões, 104 mil e 873 reais, como a gente observa na totalização, de 2015 para  
1568 2016 existe uma evolução de 41,5 bilhões para 47 bilhões, ou seja, 5,5 bilhões. A Secretaria tentou  
1569 fazer um ajuste fino para ver qual é a previsão de gastos efetivos dentro de cada uma dessas  
1570 ações, então, nessa ação 2583, a previsão ficou em 47 milhões, 277 mil e 957 reais, e a demanda  
1571 que a SNAS está apresentando para 2016 é de 50 milhões, 775 mil e 243 reais. Com esse valor aqui  
1572 seria necessário para atender uma estimativa de 54 milhões, 597 mil e 35 benefícios processados a  
1573 93 centavos cada processamento, quer dizer, tem 4 milhões e não vou lembrar agora o número, 4  
1574 milhões e 200, qualquer coisa assim, 4 milhões e 200 mil beneficiários vezes 12 meses e o  
1575 processamento a cada folha. Ao financiamento da aplicação de 50 mil questionários do BPC  
1576 escola, a coleta reais, que daria 2 milhões e mais 6 milhões e meio para transferência ao INSS para  
1577 financiar esse processo de concessão e revisão, que implica em viagem de servidores. A demanda  
1578 da SNAS para 2016 é de 1 bilhão, 736 milhões, 849 mil e 900 reais. A ação 2-b, 30, trata da  
1579 estruturação da rede de serviço de proteção social básica. A previsão de gastos para 2015 é de 7  
1580 milhões, 135 mil e a demanda da SNAS para 2016 é de 4 milhões, 365 mil. chama atenção que a  
1581 ação, 2-b, 30 e juntamente com a 2-b, 31 lá na proteção especial, são ações para as quais os  
1582 parlamentares, via de regra, demandam, direcionam emendas parlamentares para construção de  
1583 unidades, ou muitas vezes, inclusive, para manutenção de entidades da rede privada. Existem mais  
1584 10 lanchas que se espera, que se projeta, que sejam distribuídas em março, fevereiro, março,  
1585 então, seriam 9 ou 10 meses de financiamento a 7 mil reais, totalizando com a manutenção de  
1586 lanchas, 11 milhões, 417 mil reais, em relação a manutenção do serviço de convivência que está  
1587 hoje sendo ofertado em 5036 municípios, com uma capacidade de 1 milhão, 649 mil e 740  
1588 usuários, a 50 reais, como valor de referência, esse valor, ele não é pago a folha cheia, ele é pago a  
1589 metade e o município, dependendo do nível em que o município se aproxima desse total de  
1590 pessoas. Detalhando a composição dessa estimativa para a ação 2-a, 65 de média complexidade, a

1591 gente tem uma manutenção do PAEFE CREAS em 2298 CREAS, e aí, os CREAS tem diferentes  
1592 valores por porte. O porte do município. Que corresponde a uma folha mensal de 18 milhões, 566  
1593 mil e 400 que essa folha vezes 12 meses, totaliza 222 milhões, 796 mil e 800. Em relação aos  
1594 CREAS regionais, eu tenho uma estimativa aí de cofinanciar 112 CREAS, o que corresponderia a  
1595 uma folha mensal de 2 milhões, 540 mil que vezes 12 meses corresponde a 26 milhões, 880 mil.  
1596 Em relação às equipes de abordagem, estão previstas 513 equipes que corresponde a um valor  
1597 mensal de 2 milhões, 515 mil que totalizaria 30 milhões e 180 mil. Em relação ao serviço de  
1598 proteção especial para jovens e adolescentes de medida socioeducativa, o valor de referência é de  
1599 2229 grupos o que corresponde a um valor mensal de 4 milhões, 903 mil e 800 vezes 12 meses, 58  
1600 milhões, 845 mil e 600. Em relação ao Centro POP, prevê-se aí o cofinanciamento de 282  
1601 unidades, o que corresponde a uma folha mensal de 4 milhões, 546 mil que vezes 12 meses  
1602 corresponderia a 54 milhões e 552 mil reais. Em relação a essas unidades Centro Dia, a SNAS está  
1603 estimando aí alcançar 27 unidades, o que corresponderia a uma folha mensal de 1 milhão e 80 mil  
1604 reais, totalizando 2 milhões, 960 mil reais no ano. As ações estratégicas do PET para 958  
1605 municípios demandam, correspondem a uma folha mensal de 6 milhões, 178 mil e 800 reais, que  
1606 corresponde a uma dotação anual de 74 milhões, 145 mil e 600 reais. O processo de digitalização  
1607 consome algo como R\$ 150.000,00 por mês, previsão de R\$ 1.800.000,00 no ano, a realização de  
1608 um convênio por força extra, R\$ 300.000,00 mil, o Programa Aprimora Rede, que remunera as  
1609 prefeituras, as gestões municipais pelo cadastramento das Entidades Privadas no SICNEAS no valor  
1610 de R\$ 760.000,00. A realização de Encontros Nacionais no valor de R\$ 1.324.079,00 e publicações  
1611 no valor de R\$ 4.000.000,00. Essa dotação diretamente na SNAS totalizaria R\$ 17.138.078,00. A  
1612 dotação direcionada para o financiamento de IGDSUAS está estimado aí em R\$  
1613 130.001.923,00, também dentro da SNAS, possui um direcionamento específico para a contratação  
1614 de consultorias no âmbito de Projetos e Corporação Internacional. A Conselheira Telma informa  
1615 que terá que se retirar devido ao seu horário de voo. O Sr. Adailton continua a apresentação  
1616 discorrendo sobre a DPI, são recursos da SNAS para a contratação de consultores no âmbito do  
1617 Projeto de Cooperação Internacional, o PNUD e com o BID. Operação assistida TERADATA, são  
1618 grandes estruturas de dados, de hardware, um milhão, novecentos e nove mil e duzentos e  
1619 quarenta reais. Impressão Corporativa, cento e oitenta mil reais. Hospedagem de equipamentos,  
1620 três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e novecentos e cinquenta e cinco reais.  
1621 Infraestrutura de redes de comunicação, um milhão e duzentos mil e apoio técnico especializado,  
1622 seis milhões, duzentos e trinta mil, seiscentos e trinta e sete reais, totalizando nessa área de TI,  
1623 dezenove milhões, oitocentos e dezessete mil, cento e sessenta e oito reais. Dentro do último  
1624 objetivo, o PPA, Participação e controle social tem a ação que garante o funcionamento aqui, do  
1625 Conselho de Assistência Social, Ação 8249. A previsão de gastos para 2015 e as demandas para  
1626 2016 estão previstas aí em sete milhões de reais. Informa, por fim, que uma demanda do SNAS  
1627 para 2016 projetada em quarenta e nove bilhões, novecentos e dois milhões, quatrocentos e  
1628 cinquenta e nove mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais. O Conselheiro Naelson continua a  
1629 leitura do Relato: *“Encaminhamentos, a Comissão sugere à Plenária. Aprovação da Proposta*  
1630 *Orçamentária para 2016. Resolução ou minuta de Resolução em anexo. Articulação do CNAS junto*

1631 aos parlamentares com vistas a garantia do orçamento necessário para o exercício 2016.  
1632 Solicitação do CNAS ao SEAS e CAIS/DF quanto ao processo de elaboração e aprovação da  
1633 proposta orçamentária dos Fundos estaduais e execução direta para o exercício 2016. Prazo de  
1634 resposta sugerida até dia quinze, é de quinze dias após o recebimento da solicitação. 3. Definição  
1635 da Pauta de reunião de agosto. 3.1. Análise do Relatório de execução da Ação 8247, 49, desculpe.  
1636 Funcionamento dos Conselhos exercício 2015. Primeiro semestre, convidada Secretária executiva  
1637 do CNAS. 3.2. Apresentação dos dados do Censo SUAS 2014 referente ao cofinanciamento dos  
1638 estados e das capitais. Convidado SNAS. 3.3. Apresentação dos dados do SEAS e CAIS/DF referente  
1639 a solicitação do Processo Orçamentário 2016. Convidado, Secretária Executiva do Conselho  
1640 Nacional da Assistência Social. 3.4. Revisão do plano de ação da comissão. Telma Maranhão Gomes,  
1641 coordenadora da Comissão de financiamento e orçamento da Assistência Social.”. Em seguida  
1642 realiza a leitura da minuta da resolução: “Minuta. Resolução. Aprovo o relatório de execução  
1643 orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, exercício 2015, segundo  
1644 trimestre. A Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social, em reunião ordinária realizada  
1645 nos dias 22, 23 e 24 de julho de 2015, no uso da competência que lhe conferem os Incisos oitavo e  
1646 nono do Artigo 18 da Lei, oitavo décimo quarto, desculpe-me, do artigo dezoito da Lei 8.742 de  
1647 sete de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, resolve. Artigo primeiro,  
1648 aprovar o relatório de execução orçamentária, financeira do Fundo Nacional de Assistência Social,  
1649 exercício 2015, segundo trimestre, apresentado pela Diretoria executiva do Fundo Nacional de  
1650 Assistência Social da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento  
1651 Social e combate à fome. Planilha anexa. Artigo 2º, esta resolução entra em vigor na data de sua  
1652 publicação. Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.”.  
1653 Aprovada a minuta da resolução perante votação em quórum qualificado. O Presidente Edivaldo  
1654 entende que os trabalhos apresentados no âmbito da Comissão, não têm necessidade de serem  
1655 reapresentados em Plenária, tem em vista que a Comissão tem competência apenas para  
1656 apresentar um parecer de aprovação ou não para o Pleno. O Conselheiro Naelson realiza a leitura  
1657 referente a proposta de Resolução do Anexo Terceiro: “Resolução. O Conselho Nacional de  
1658 Assistência Social em reunião ordinária realizada no dia 22, 23 e 24 de julho/2015 no uso da  
1659 competência que lhe conferem os Incisos nono e 14 do Artigo 18 da Lei 8.742 de 07 de dezembro  
1660 de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social. Considerando a Resolução CNAS Nº 78 de 17 de maio  
1661 de 2006, que dispõe sobre do Processo de elaboração à análise e aprovação do orçamento da  
1662 Assistência Social, em especial, do Fundo Nacional de Assistência Social. Considerando a Resolução  
1663 CNAS Nº 59 de 17 de junho de 2009 que dá nova redação aos Artigos segundo e quarto da  
1664 Resolução Nº 78 de 17 de maio de 2006. Considerando a proposta orçamentária da Assistência  
1665 Social, exercício de 2016, apresentada pela Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério  
1666 de Desenvolvimento Social e combate a Fome, resolve, Artigo primeiro: Aprovar a proposta  
1667 orçamentária da Assistência Social, exercício de 2016, no valor total de quarenta e nove bilhões,  
1668 novecentos e cinquenta e um milhões, seiscentos e seis mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais,  
1669 sendo quarenta e nove milhões, novecentos... Quarenta e nove bilhões, novecentos e dois milhões,  
1670 quatrocentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais do Fundo Nacional de

1671 *Assistência Social e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e seis mil e setecentos reais da*  
1672 *Administração direta sob gestão da Secretaria Nacional de Assistência Social. Artigo segundo: Esta*  
1673 *Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do*  
1674 *Conselho Nacional de Assistência Social.”. Aprovado a Resolução que veda sobre o Orçamento.*  
1675 *Aprovado o Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Item Relato*  
1676 ***da Comissão de Normas da Assistência Social.**A Conselheira Cláudia relata: “A reunião ordinária 7*  
1677 *de 2015 de 22 do 7, de 09 às 18. Os Conselheiros presentes: Cláudia Laureth, coordenadora, Alceu*  
1678 *Kuhn, Dulcinéia Reginato, Maria José de Freitas, Thiago Cabral. Convidados: Amanda Silva, a DRSP,*  
1679 *Douglas Carneiro, Guilherme Ferreira, Maria Helena de Sousa 48:50, Marília Carvalho, Miriam Silva*  
1680 *Queiroz, Mônica Vasconcelos, sendo Simone a ouvidora e os demais convidados da DRSP MDS.*  
1681 *Secretaria Executiva: Rosângela Isidênio e Douglas. É... Iniciamos então com o primeiro item da*  
1682 *Pauta. Apresentação das informações trimes... semestrais do processo de Certificação de Entidade*  
1683 *e Assistência Social, conforme disposto no Artigo primeiro da Resolução CNAS 18/2011, pelo*  
1684 *Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS DRSP MDS. A coordenadora da Comissão*  
1685 *de normas de Assistência Social, Sra. Cláudia iniciou os trabalhos da Comissão fazendo a leitura da*  
1686 *pauta da reunião, em seguida convidou a coordenadora do DRSP, Sra. Maria Helena, para*  
1687 *apresentar a Comissão de normas de Assistência Social as informações sobre o processo de*  
1688 *certificação de entidades beneficentes assistente social no âmbito do Ministério do*  
1689 *Desenvolvimento Social referentes ao primeiro semestre de 2015, conforme previsto no Artigo*  
1690 *Primeiro da Resolução CNAS 18/2011. Constam nesses relatórios tabelas e gráficos que evidenciam*  
1691 *de forma estatística a situação dos processos de certificação até o dia 30 de junho de 2015. A*  
1692 *situação individualizada de cada processo consta do arquivo digital que acompanha o relatório. Os*  
1693 *processos estão distribuído... distribuídos entre “Decididos” e “Não decididos” reconhecendo-se*  
1694 *como critério de classificação para decisão 3 possibilidades: a publicação de portaria no Diário*  
1695 *Oficial da União, o encaminhamento de processos para outros Ministérios para julgamento de*  
1696 *mérito e o arquivamento por perda de objeto ou a pedido das Entidades. A coordenadora do DRSP*  
1697 *informou que o histórico acumulado de requerimentos de certificação do MDS totaliza treze mil e*  
1698 *cinquenta e oito processos de oito mil e quinhentos e dezoito Entidades distribuídas por todos os*  
1699 *vinte e seis estados e o Distrito Federal, atuando em mais de dois mil e cem municípios. Entre três*  
1700 *mil, setecentos e cinquenta e um processos não decididos encontram-se cinquenta e cinco*  
1701 *anteriores a Lei 12.101/2009 que ainda não foram encerrados, a maioria, 35, está em fase recursal*  
1702 *na SNAS ou no Gabinete da Ministra, enquanto os demais se encontram em etapas de análise na*  
1703 *coordenação geral de certificação das Entidades beneficentes assistente social CGCEB. No primeiro*  
1704 *semestre de 2015 foi decidido o total de três mil, novecentos e vinte e três processos considerando*  
1705 *a definição anteriormente apresentada. Publicações de primeira instância, arquivamentos*  
1706 *decorrentes de perda de objeto fundamentada no Artigo 59 do Decreto 8.242/2014 representam a*  
1707 *maior parte das decisões do período, com 87,5 por cento. Ressaltou que, ainda poderão ser*  
1708 *arquivados, em função da legislação supracitados até quatrocentos e setenta e seis processos, a*  
1709 *depende da decisão de processo anterior e que o número reduzido de publicações no mês de*  
1710 *fevereiro explica-se pelas restrições de agenda devido a troca de gestão ocorrida na SNAS nesse*

1711 período, por isso, as publicações de março refletiram o desempenho do trabalho e da análise  
1712 realizada em fevereiro e, por consequência, os dados de abril indicam essa compensação sendo,  
1713 novecentos e sessenta e oito processos decididos no total entre publicações, arquivamentos e  
1714 encaminhamentos e... E de qualquer modo em comparação as informações apresentadas na  
1715 mesma data de referência do ano de 2014 houve um salto na movimentação de processos. Sobre  
1716 os recursos, destacou a publicação inédita de decisão ministerial de três processos ocorridos em  
1717 março deste ano, totalizando oito publicações de recurso pelo gabinete da Ministra no primeiro  
1718 semestre. O MDS foi o primeiro, entre os Ministérios certificadores, a publicar a decisão nesse  
1719 âmbito com a devida contribuição de manifestações da sociedade civil estruturada por meio da  
1720 aplicação presente na página eletrônica. Além disso, foram recebidos cento e quatro processos do  
1721 Ministério da Educação e cinco processos do Ministério da Saúde para manifestação, além de  
1722 outros dois encaminhados pelo MEC para julgamento do... pelo MDS. Discorreu que o aumento  
1723 expressivo no número de decisões impactou positivamente o passivo da certificação, conforme se  
1724 consideram as informações apresentadas ao SNAS no primeiro semestre de 2014 verificou-se uma  
1725 redução de 52,1 por cento do passivo e vale a quatro mil e oitenta e um processos. Esses dados já  
1726 incluem os requerimentos apresentados desde então e reforçam a tendência de superação dessa  
1727 situação. Informou também que o MDS aderiu a Ata de registro de preços Número 3/2014 do  
1728 Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão e por meio do Contrato Administrativo 61/2014  
1729 obteve serviços de consultoria EloGroup e detém, entre suas competências, a remodelagem de  
1730 processos nos setores públicos e privados. A empresa iniciou a consultoria realizando diagnóstico e  
1731 mapeamento dos processos de trabalho relativos a certificação no âmbito do departamento da  
1732 rede sócio-assistencial privada do SUAS DRSP. A fim de entender a realidade interna e externa do  
1733 processo, foram realizadas pelo EloGroup mais de trezentas horas de reuniões com a equipe do  
1734 DRSP. Pesquisa quantitativa via internet com entidades certificadas e não certificadas mais de três  
1735 mil respostas em um universo de doze mil endereços eletrônicos. Entrevistas qualifica...  
1736 qualitativas com entidades, reuniões com os demais Ministérios certificadores da Educação e da  
1737 Saúde e reuniões com Órgão Gestor e Conselho de Assistência Social. Nessa forma, foram  
1738 envolvidos os diferentes fatores do processo em uma metodologia conhecida como caminho do  
1739 cliente. Outra melhoria fundamental para a otimização do trabalho foi a adoção de ritos de gestão  
1740 da equipe que envolve, de forma planejada e articulada, diversas atividades relativas a qualidade  
1741 do ambiente de trabalho, a sociabilidade, comunicação interna e a formação continuada. Nessa...  
1742 Por fim, a definição de um painel de gestão à vista na ferramenta Reviu e permite o  
1743 monitoramento em tempo real do curso e das atividades de certificação. E, por consequência,  
1744 maior agilidade na identificação de carregá-los nas respostas de questões mais críticas. A maior  
1745 parte das mudanças na gestão da certificação destaca-se ainda o e-mail de diligências,  
1746 procedimento complementar Diligências e Ofício que, apenas neste primeiro semestre, foram mais  
1747 de seis mil e quatrocentos e-mails trocados entre recebidos e enviados que corrobora e evidencia, a  
1748 evidência, desculpe, de que as entidades estão ativas na internet e em plataforma de  
1749 comunicação. Ressaltou ainda que, o e-mail do SEBAS, canal usual de comunicação com as  
1750 entidades tiveram três mil, novecentos e vinte e cinco mensagens recebidas e quatro mil e

1751 seiscentos e vinte e seis respostas sendo que, as demandas mais frequentes são: solicitação de  
1752 comprovante de protocolo, consulta sobre andamento processual, dúvidas sobre diligências  
1753 encaminhadas por e-mail e informação sobre documentação necessária para a apresentação de  
1754 requerimento de certificação. Ressaltou ainda que, o MDS apresentou à Secretaria da Receita  
1755 Federal do Brasil em 25/03/2014 as informações sobre os processos de certificação de entidades  
1756 beneficentes de Assistência Social no âmbito do Ministério relativas aos exercícios fiscais de  
1757 2012/2013 e as informações foram apresentadas na forma da Declaração de Benefícios Fiscais –  
1758 DBF – de que trata a instrução normativa RETB Número 1, Número 1.307/2012, transmitidas por  
1759 meio do programa Receitanet. Na oportunidade, a DRSP entregou a comissão de normas de  
1760 Assistência Social um CD contendo as informações sobre o processo de certificação de Entidades  
1761 Beneficentes de Assistência Social no âmbito do Ministério do Desenvolvimento social de combate  
1762 à fome do primeiro trime... do primeiro semestre de 2015. A Comissão de normas sugere a  
1763 culminar encaminhamentos, encaminhar por e-mail a todos os conselheiros do SNAS um relatório  
1764 semestral sobre o processo de certificação de Entidades beneficentes de Assistência Social no  
1765 âmbito do MDS exercício 2015 apresentado pelo DRSP.1.2. Apresentação do status pelo DRSP  
1766 quanto ao vínculo à suas CNEAS, a coordenadora geral substituta do DRSP, Senhora Miriam  
1767 Queiroz, iniciou a leitura do Relatório informando que o Cadastro Nacional de Entidades de  
1768 Assistência Social – CNEAS – é um banco de dados conectado em redes sobre a responsabilidade do  
1769 gestor público, capaz de monitorar e reconhecer as ofertas socioassistenciais privada... prestadas  
1770 por entidades privadas de Assistência Social. Trata-se de um instrumento dinâmico de gestão de  
1771 serviços socioassistenciais realizados por organizações privadas que possibilita a disponibilização  
1772 de informação de conhecimentos contribuindo para a construção de uma rede socioassistencial  
1773 qualificada integrada em território nacional, conforme disposto na Lei 8.742/1993, LOAS, Inciso 11  
1774 do Artigo 19. Compete a SNAS coordenar e manter atualizado o CNEAS em articulação com os  
1775 estados, os municípios e o Distrito Federal. O CNEAS foi disponibilizado para preenchimento pelos  
1776 gestores de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal em abril de 2014, com uma base  
1777 inicial de dezesseis mil, oitocentas e trinta e nove Entidades inseridas nos Conselhos de Assistência  
1778 Social, totalizando dezessete mil e quatrocentos e vinte cadastros em dois mil e quatrocentos e  
1779 catorze municípios. Ressaltou que, o banco de dados foi composto à partir de um formulário  
1780 eletrônico disponibilizado nos anos de 2012, 2013 onde as Entidades inseridas nos Conselhos  
1781 passaram a compor esse banco de dados. O CNEAS é organizado em três sessões: Sessão 1. Dados  
1782 gerais do Gestor; Sessão 2. Detalhamento das ofertas; Sessão 3. Relação do gestor com a  
1783 Entidade. Devem constar no cadastro todas as entidades privadas, as ofertas inseridas nos  
1784 Conselhos de Assistência Social, independentemente de possuírem, ou não, parceria com órgão  
1785 público de qualquer esfera. Nesse processo, o órgão gestor reconhece e monitora sua rede, dialoga  
1786 com os profissionais, se aproxima do público atendido, analisa a adequação da infra-estrutura,  
1787 avalia a prestação das ofertas, propõe melhorias, dentre outras prerrogativas. Ressaltou a cerca  
1788 do Programa de aprimoramento da rede socioassistencial privada do SUAS, aprimora rede e foi  
1789 instituído para incentivar e qualificar ... incentivar e a qualificação dos serviços, programas e  
1790 projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades privadas no âmbito do SUAS por

1791 meio do CNEAS. O Programa aprimora rede teve, até o momento, três etapas pagas. Na primeira  
1792 etapa, 04/04/2014, dia 31/08/2014, cujo valor de referência foi de R\$ 90,00 por cadastro  
1793 concluído, foram pagos os 391 cadastros em 118 municípios totalizando R\$ 35.190,00. Na segunda  
1794 etapa, 01/09/2014 a 31/10/2014 cujo valor de referência foi de R\$ 80,00 para cada cadastro  
1795 concluído foram pagos 552 cadastros em 128 municípios, totalizando o montante de R\$ 44.190,00.  
1796 Em dezembro de 2014, ainda antes da última alteração normativa foi realizado pagamento parcial  
1797 da terceira etapa, cadastros concluídos no período de 01/11/2014 a 02/12/2014 com valores de  
1798 referência de R\$ 50,00 totalizando R\$33.350,00 referentes a 667 cadastros em 125 municípios. A  
1799 base atual do CNEAS consta com 17.952 cadastros, abrangendo 2.512 municípios, 45,1% dos  
1800 municípios brasileiros. Até o dia 21 de 07 de 2015 foi concluído o preenchimento de 4.853 cadastrados,  
1801 27%. Nessa data, 6.274 cadastros se encontravam em preenchimento pelos órgãos gestores, e  
1802 6.825 cadastros não haviam sido iniciados. Informou ainda que no ano de 2014 foram realizados  
1803 (ininteligível), capacitação in loco e evento do SUAS. Já em 2015 foram utilizadas diversas  
1804 possibilidades de comunicação direta com os municípios via assessoria da comunicação social com  
1805 o MDS, destacando-se as seguintes ações: capacitações para preenchimento do INEAS nas capitais  
1806 do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Maranhão, Ceará, Bahia, Goiás, Espírito  
1807 Santo, Paraíba e Distrito Federal. Projeto piloto com o órgão gestor do DF com a realização de  
1808 visitas técnicas a entidades selecionadas, preenchimento dos formulários, orientação sobre o  
1809 sistema, reunião com o conselho e órgão gestor. Realização de oficinas e palestras nos seguintes  
1810 eventos: Congresso Estadual das APAES, Campinas São Paulo, SUAS e a rede privada na oferta de  
1811 serviços sócio assistenciais, Piracicaba São Paulo. Capacitação com entidades privadas de Conselho  
1812 Municipal, Rio de Janeiro. Encontro Regional do CONGEMAS, Ilhéus, Bahia. Encontro Regional do  
1813 CONGEMAS, São Paulo. Seminário de Capacitação Fortaleza, Ceará. Seminário de Capacitação  
1814 Santo André, São Paulo e região do ABC e 16º Encontro Nacional do CONGEMAS, Cuiabá. 17º  
1815 Encontro Nacional do CONGEMAS em Fortaleza, estande e oficina. Informe no blog e rede SUAS,  
1816 posts no facebook do MDS, dois, tutoriais no canal do youtube, sete, teleconferências três, matéria  
1817 da Ascom para o site do MDS, entrevista para a rádio do MDS, e-mails para a  
1818 [redeprivadasuas@mds.gov.br](mailto:redeprivadasuas@mds.gov.br), atendimento aos gestores e técnicos, mala direta por meio da  
1819 Central de Atendimento, Central de Relacionamento, desculpe, do MDS, 14. Capacitação da Central  
1820 de Relacionamento do MDS, disponibilização de manuais de preenchimento no site do MDS.  
1821 Informou que a data de encerramento do Programa Aprimora Rede será dia 31 de julho de 2015. A  
1822 partir dessa data o CNEAS será fechado para a realização de melhorias no sistema, bem como para  
1823 a análise do conjunto de dados inseridos até esse período. A ação de fechamento será  
1824 operacionalizada pelo Departamento de Gestão do SUAS, Coordenação Geral da rede SUAS.  
1825 Ressaltou-se que o MDS contratou a consultoria da EloGroup em março de 2015 para o redesenho  
1826 do serviço de processo, gerir cadastro nacional de entidades de assistência social, entre outras  
1827 ações, consultoria auxiliar na construção de desenho da situação futura do CNEAS e apontará  
1828 melhorias e ganhos no processo. Ao final da consultoria os resultados serão apresentados a  
1829 Secretaria Nacional de Assistência Social e ao CNAS subsidiando a tomada de decisões sobre as  
1830 etapas futuras do cadastro. Ao final, a coordenadora geral substituta do DRST senhora Miriam

1831 agradeceu e disponibilizou a trazer novos dados ao CNAS após a apresentação dos resultados da  
1832 consultoria. A comissão de normas, sugere a plenária, encaminhamentos. Realizar reunião  
1833 conjunta com a comissão de política no mês de setembro para debate acerca, sobre o status do  
1834 vínculo do SUAS e cadastro nacional de entidades de assistência social CNEAS com participação do  
1835 Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, DRST/MDS. E me permita um  
1836 comentário, também Vice-Presidente, agradecemos novamente o DRST pela disponibilidade, pela  
1837 abertura, pelo debate qualitativo que houve no âmbito da comissão e como está previsto o  
1838 encerramento do cadastro em 31/07, então por isso que a proposta é que o DRST possa apresentar  
1839 um novo status no mês de setembro. E aí numa reunião conjunta com a comissão de política. E  
1840 essa já é uma demanda existente como temos dialogado com o coordenador Anderson. Três,  
1841 monitoramento do plano de ação da Comissão de Normas. A Comissão de Normas sugere a  
1842 plenária encaminhamento, em virtude do horário a Comissão de Normas acordou que este ponto  
1843 da pauta será tratado no mês de agosto, na reunião do mês de agosto no horário da manhã.  
1844 Quatro, a continuidade do estudo acerca do Decreto 5003/2004 que dispõe sobre o processo de  
1845 escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS. A  
1846 Comissão de Normas sugere a plenária, encaminhamentos, em virtude do horário a Comissão de  
1847 Normas acordou que este ponto da pauta será tratado na reunião do mês de agosto no horário da  
1848 tarde. Item cinco da pauta, continuidade do debate acerca da Resolução CNAS número 04 de 2011  
1849 que estabelece os procedimentos aplicáveis as denúncias recebidas no CNAS, considerando a  
1850 Instrução Normativa Conjunta número 01 CRGOGU de 24 de junho de 2014, estabelece normas de  
1851 recebimento e tratamento de denúncias anônimas e estabelece diretrizes para reserva de  
1852 identidade do denunciante com a presença da ouvidoria/MDS. A Coordenadora Cláudia iniciou  
1853 agradecendo a presença da Ouvidora Mônica Vasconcellos do MDS, e em seguida fez uma  
1854 pequena síntese de como se deu a demanda acerca do recebimento e tratamento de denúncias  
1855 anônimas no âmbito do CNAS. Logo após, passou a palavra para a ouvidora Mônica e esclareceu  
1856 alguns pontos da Instrução Normativa Conjunta número 01 CRGOGU de 24 de junho de 2014 que  
1857 estabelece normas de recebimento e tratamento de denúncias anônimas e estabelece diretrizes  
1858 para a reserva de identidade do denunciante. Logo após os esclarecimentos da ouvidora deu-se  
1859 início ao debate. A comissão de normas apresentou uma proposta de minuta de alteração da  
1860 Resolução CNAS de número 04 de nove de fevereiro de 2011, destacando alguns artigos e inclusão  
1861 de um parágrafo único, conforme anexo. A ouvidora Mônica Vasconcellos se colocou à disposição  
1862 para participar da plenária e contribuir com o debate acerca da proposta de alteração da  
1863 Resolução CNAS número 04 de nove de fevereiro de 2011. A Comissão de Normas sugere a  
1864 plenária, encaminhamento. A Comissão de Normas da Assistência Social sugere apreciação e  
1865 aprovação da minuta de resolução em anexo e revoga a Resolução CNAS número 04 de nove de  
1866 fevereiro de 2011. Aqui também eu peço licença para um outro destaque. Quando fizemos contato,  
1867 Rosângela, fez um contato com a ouvidora que já havia anteriormente confirmado presença em  
1868 nossa reunião plenária para contribuir com o debate, ela foi convocada para uma reunião e pediu  
1869 desculpas a este pleno e justificou então a impossibilidade de honrar o compromisso que havia  
1870 feito. Podemos ler a resolução depois então, não é? Ok. Item seis da pauta, apresentação dos



1871 *subsídios do grupo do estudo MEC/MDS/CNAS. A Coordenadora da Reunião de Normas da*  
1872 *Assistência Social fez a leitura da memória da reunião do grupo de estudo que trata da elaboração*  
1873 *dos critérios de aferição de gratuidade na Assistência Social para as entidades de educação,*  
1874 *levando em conta equivalências de serviços socioassistenciais e bolsas de estudo. A reunião*  
1875 *aconteceu no dia 01/07/2015, e contou com a presença dos representantes do MEC, senhora*  
1876 *Cinara Dias Custódio, Coordenadora Geral de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência*  
1877 *Social na área de educação, da representante do MDS senhora Maria Helena Bar Osório,*  
1878 *Coordenadora Geral de Certificação das Entidades Beneficentes da Assistência Social e da*  
1879 *representante do CNAS Conselheira Léa Lúcio Braga da Comissão de Normas de Assistência Social.*  
1880 *E Cláudia, eu também participei, também representando o CNAS. Então faremos esse ajuste aí na*  
1881 *memória, peço desculpas aos conselheiros. E, por fim, a definição da pauta de agosto que tem, um*  
1882 *monitoramento do plano de ação da Comissão de Normas. Item dois, continuidade do estudo do*  
1883 *Decreto 5003/2004 que dispõe sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil*  
1884 *no Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS. Cláudia Laureth Faquinote, Coordenadora da*  
1885 *Comissão de Normas da Assistência Social.” . Posteriormente a Conselheira Cláudia realiza a*  
1886 *leitura do artigos alterados da resolução, para posterior aprovação do Pleno: Explica que a*  
1887 *proposta inclui o parágrafo único no artigo terceiro e altera as redações nos artigos terceiro,*  
1888 *quarto, quinto, 11, 16, 18, aí saí o 19 e parágrafo único do artigo 15 da Resolução CNAS número 04*  
1889 *de nove de fevereiro de 2011 e estabelece os procedimentos aplicáveis as denúncias recebidas no*  
1890 *CNAS.o artigo terceiro e altera as redações nos artigos terceiro, quarto, quinto, 11, 16, 18, aí saí o*  
1891 *19 e parágrafo único do artigo 15 da Resolução CNAS número 04 de nove de fevereiro de 2011 e*  
1892 *estabelece os procedimentos aplicáveis as denúncias recebidas no CNAS. Então vamos para o*  
1893 *artigo terceiro. A proposta, nós realizamos essas propostas de alterações a partir do debate*  
1894 *subsidiado pela ouvidora Mônica, ela participou integralmente da discussão e nos orientou. E está*  
1895 *destacado na Resolução em vermelho a proposta de alteração, de inclusão. Então no artigo*  
1896 *terceiro os elementos que compõe a denúncia, poderão ser, e aí, e antes era são, então poderão*  
1897 *ser. E a inclusão de parágrafo único, a denúncia anônima, sem identificação do interessado será*  
1898 *recebida e processada nos termos dessa resolução. A proposta de alteração no artigo quarto é, as*  
1899 *ações de atos ou fatos com indícios de irregularidades serão protocolados no CNAS e*  
1900 *encaminhadas à presidência deste conselho. A outra proposta de alteração no artigo quinto, o*  
1901 *Presidente e o Vice-Presidente do CNAS, mediante despacho fundamentado emitiram juízo sobre*  
1902 *a caracterização de conteúdo dos documentos, como denúncia e indicarão o procedimento a ser*  
1903 *adotado e vindo na oportunidade da ciência ao denunciante, a saber. E aí permanecem as etapas*  
1904 *que já estavam previstas acrescidas no item quinto, instauração de procedimento no âmbito do*  
1905 *Conselho. Alteração no artigo 11, instaurado o procedimento a Secretaria Executiva do CNAAS*  
1906 *deverá notificar para manifestação e ou esclarecimentos e não há mais nenhuma alteração. No*  
1907 *artigo 15, no parágrafo único a inclusão, as comissões temáticas adequadas da matéria receberão*  
1908 *cópia do procedimento. Antes, se a gente pegar a minuta, a Resolução anterior falava em*  
1909 *processo, e processo tem todo um âmbito jurídico e tudo, por isso nós, inclusive com a reflexão*  
1910 *com a ouvidora estamos trazendo a proposta de alterar por procedimento. As partes, no artigo 16,*

1911 também uma outra proposta de alteração. As partes envolvidas deverão ser notificadas no prazo  
1912 de dez dias, acerbada conclusão dos procedimentos. Havia uma ausência aí de prazo, e por fim,  
1913 nós, a partida reflexão já feita no início, antes do início da leitura, nós então estamos excluindo o  
1914 artigo 19 por entendimento aqui que nós não estamos revogando a Resolução e apenas alterando  
1915 e já está no caput da mesma. Aprovada a Resolução pelo pleno e aprovado o Relato da Comissão  
1916 de Normas da Assistência Social. Item Relato da Comissão de Política da Assistência Social. O  
1917 Conselheiro Anderson relata: *“Reunião da Comissão de Política de Assistência Social em julho de*  
1918 *2015, memória da reunião. Reunião 006/2015, data/hora, 22/07/2015 de 9h00 as 16h00. Local*  
1919 *Esplanada, CNAS, Ministério, anexo, bloco E, ala A, Sala 108. Conselheiros e Conselheiras presentes*  
1920 *na comissão de Política. Anderson Lopes Miranda, Coordenador, Márcia de Carvalho Rocha,*  
1921 *Coordenadora Adjunta, Célia Maria de Sousa M. Lima, Edvaldo da Silva Ramos, José Crus, Jucileide*  
1922 *Ferreira do Nascimento, Margareth Alves Dallaruvera. Convidados, Eliana Teles do Carmo*  
1923 *DGSUAS/CNASMDS, Ironi ou Irani? Ironi R. V. Camargo CNAS/MDS, Jadir de Assis, DPSE/SNAS, José*  
1924 *Geraldo dos Reis Santos, FONSEAS, Mariana Machado DPSE/SNAS, Thor Ribeiro, DPSE/SNAS,*  
1925 *Vanda Anselmo Braga dos Santos, CONGEMAS, e Wagner Saltorato, SNAS/DGSUAS. Participantes,*  
1926 *Ana Paula Campos Braga Franco, DGSUAS/SNAS/MDS, Bárbara P Cravo, SNAS/MDS, Cláudia E. da*  
1927 *Silva, COMA São Paulo, Leisa Mendes de Souza, Secretaria de Justiça de Direitos Humanos e*  
1928 *Desenvolvimento Social da Bahia. Luziana Maranhão Conflito, CNQ SUAS, Maria Lélis M. Catarina,*  
1929 *de PSB/SNAS/MDS, e a Secretaria Executiva, Maria Auxiliadora Pereira, Carolina Ribeiro, Maria*  
1930 *Antônia P Valente, Rosiele Bonfim. Ok. Das 9h às 16h a reunião da Comissão de Política, no*  
1931 *primeiro momento nós tivemos o pacto de aprimoramento do SUAS, proteção social. Os*  
1932 *conselheiros integrantes da Comissão de Política do CNAS em observância do plano de ação desse*  
1933 *Conselho estão priorizando a discussão qualificada dos pactos de aprimoramento de gestão do*  
1934 *SUAS, municipal, estadual e do Distrito Federal. Nas reuniões no ano de 2015 pautando esse tema,*  
1935 *a cada dois meses visando cumprir com as funções do CNAS no processo de fiscalização da Política*  
1936 *Pública de Assistência Social sendo que nesta reunião do mês de julho, foi pautado sobre o Pacto*  
1937 *de Aprimoramento da Gestão do SUAS no âmbito municipal, em especial as metas e prioridades*  
1938 *estabelecidas para a proteção social especial. A senhora Elione Camargo, Coordenadora Geral de*  
1939 *Apoio ao controle social e Gestão descentralizada juntamente com o senhor Jadir de Assis,*  
1940 *Coordenador Geral do Serviço Especializado a Família e indivíduos, e a senhora Mariana Machado,*  
1941 *Coordenadora Geral de Serviços Especializados de Acolhimento apresentaram as metas do pacto*  
1942 *de aprimoramento do SUAS, gestão municipal da proteção social especial. O pacto de*  
1943 *aprimoramento do SUAS é um instrumento pelo qual se materializam as metas e as prioridades*  
1944 *nacionais no âmbito do SUAS, e se constitui em mecanismo de indução, de aprimoramento da*  
1945 *gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais. Assim, os planos de*  
1946 *assistência social devem observar as metas nacionais pactuadas, que expressam o compromisso*  
1947 *para o aprimoramento do SUAS para a União e os estados, o Distrito Federal e os municípios. Para*  
1948 *o alcance das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS Gestão Municipal, o MDS vem*  
1949 *desenvolvendo as seguintes iniciativas. Encontros trimestrais de apoio técnico. Os encontros*  
1950 *abordam metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS, tanto da gestão estadual quanto da gestão*

1951 municipal no sentido de incentivar o apoio técnico dos estados aos municípios para alcance das  
1952 metas. Elaboração do RI, do Pacto de Aprimoramento do SUAS Gestão Municipal, já disponível no  
1953 portal da SAGI. Disponibilização da planilha do cálculo de metas do Pacto de Aprimoramento do  
1954 SUAS no portal da SAGI. Disponibilização de documento orientado para a pactuação da  
1955 regionalização do serviço de metas e alta complexidade nas comissões intergestora, bipartite, CIPE  
1956 e Conselhos Estaduais de Assistência Social, CEAS, e de modelos de planos de regionalização da PSE  
1957 e pareceres técnicos para os estados. Disponibilização para o município e o DF de orientação  
1958 técnica para elaboração dos planos de acolhimento, para os serviços de acolhimento para crianças  
1959 e adolescentes, jovens, adultos e famílias. Orientações de apoio, orientações de apoio técnico apo  
1960 estados, municípios e DF, de forma sistemática por meio, em contato telefônicos, encontros  
1961 presenciais e por ofícios. Ofertas de oficinas e minicursos nos encontros dos CONGEMAS regionais e  
1962 nacional. Participação em evento realizado por estados e município para discutir questão referente  
1963 a PSE, realização de teleconferências sobre diversos temas referente ao SUAS. Expansão do  
1964 cofinanciamento de CREAS nos municípios com população superior a 20 mil habitantes. Expansão  
1965 de cofinanciamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes com aumento de  
1966 valor do piso de referência por vagas cofinanciado. Equipes de serviços especializados em  
1967 abordagem social como estratégia para identificação, abre parênteses, trabalho infantil,  
1968 população em situação de rua, exploração sexual e etc., fecha parênteses. Inclusão no CAD Único e  
1969 acesso aos serviços e benefícios, construção e melhoria das edificações já existentes de CREAS,  
1970 Centro POP e unidades de acolhimento por meio de convênios oriundos de emendas  
1971 parlamentares. MDS está promovendo estudo por meio da contratação de uma consultoria que  
1972 culminará na elaboração de aspectos metodológicos de serviço especializado em abordagem social  
1973 considerando a especificidades do atendimento de criança e adolescentes e adultos. O MDS estará  
1974 promovendo estudo por meio da contratação de uma consultoria que culminará na elaboração dos  
1975 aspectos metodológicos do serviço especializado para as pessoas em situação de rua ofertado em  
1976 Centro POP, visando a qualificação da oferta de serviço pelos municípios. O MDS promoveu a  
1977 realização de encontros regionais sobre trabalho social com famílias, e seminário nacional com a  
1978 participação de representantes de estados, municípios, DF, pesquisadores e profissionais de  
1979 diversas áreas que tratou da oferta do PAIF, do PAEF e sua relação com o território, objetivando  
1980 aprofundar as discussões em torno da gestão territorial. Nessa oportunidade foram debatidas as  
1981 responsabilidades de cada uma das políticas intersetoriais no atendimento da família no território  
1982 e o papel intersetorial no processo de gestão do território. Elaboração do indicador do  
1983 desenvolvimento do Centro de Referência Especializado Assistência Social IDCREAS, e início das  
1984 discussões sobre o ID Centro POP e ID Acolhimento o senhor José Geraldo, representante do  
1985 FONSEAS, Secretário de Justiça de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia ressaltou  
1986 sobre a pouca sensibilidade por parte dos gestores em relação a proteção social e aos  
1987 equipamentos públicos da assistência social. Ressaltou ainda que apesar de toda a dificuldade  
1988 encontrada na segurança pública, na crise econômica financeira, que afeta diretamente no  
1989 aumento da demanda da assistência social, há uma tendência de arranjos institucionais entre  
1990 vários poderes realizando busca ativa de famílias e indivíduos com violação de direitos. O

1991 *cumprimento do pacto fica inviável sem o número de profissionais adequados e sem capacitação*  
1992 *técnica, além dos estados que não conseguem garantir o recurso de forma sistemática e*  
1993 *continuada. A senhora Vanda Anselmo Braga dos Santos, representante do CONGEMAS, Secretária*  
1994 *Municipal de Trabalhos da Assistência Social na cidade de Russas Ceará, destacou a dificuldade*  
1995 *que os municípios encontram em acessar e preencher os dados no sistema. Outro agravante é a*  
1996 *judicialização do sistema de garantia de direitos como um todo. No tocante e ao entendimento de*  
1997 *promotores e juízes sobre a política de assistência social, abre aspas, reordenamento de serviços,*  
1998 *fecha aspas, essas instâncias precisam definir fluxo e protocolos no que se refere*  
1999 *aintersectorialidade dessas políticas públicas. Saliou a precariedade dos vínculos dos*  
2000 *trabalhadores do SUAS em diversos municípios. Concluiu que os padrões do Pacto de*  
2001 *Aprimoramento do SUAS é Nacional e como isso, algumas regiões avançam e outras não, devido a*  
2002 *sua particularidade, especificidade e diversidade. No debate da comissão ficou clara a importância*  
2003 *dos entes federados trazerem para o debate no âmbito do CNAS os óbices que fragilizam o Pacto*  
2004 *de Aprimoramento do SUAS. O papel do estado é fundamental, importante para o cumprimento*  
2005 *desse pacto e metas que ainda não foram alcançadas e precisam de estratégias para evoluírem.*  
2006 *Um dos principais desafios do SUAS apontado na discussão continua sendo a oferta de concursos*  
2007 *públicos para o aprimoramento do fortalecimento do sistema. Encaminhamentos, discussão no*  
2008 *âmbito da Comissão de Política da proposta de revisão do provimento número 36 do Conselho*  
2009 *Nacional de Justiça, CNJ. Solicitar a SNAS o nome dos municípios que terão canceladas as*  
2010 *residências inclusivas e outros serviços de proteção social especial. Solicitar a SNAS, FONSEAS e*  
2011 *CONGEMAS, qual a situação do repasse do recurso federal, estadual para os municípios e marcar*  
2012 *uma reunião conjunta com a comissão de financiamento para discussão do pacto de*  
2013 *aprimoramento e gestão do SUAS em setembro. Encaminhar apresentação aos conselheiros e*  
2014 *conselheiras do CNAS. Solicitar a SNAS o envio da cartilha sobre o cadastramento da população em*  
2015 *situação de rua, informe sobre os grupos instituído para acompanhar essas ações. Das 14h00 as*  
2016 *16h00, ponto dois, apresentação de estágio atual do Programa Capacita SUAS, a senhora Eliana*  
2017 *Telles do Carmo, Coordenadora substituta da Gestão do Trabalho DGSUAS, SNAS/MDS e o senhor*  
2018 *Wagner Saltorato, assessor técnico da coordenação geral de implementação de acompanhamento*  
2019 *da política de RH do SUAS, CGIAP/RH apresentaram os dados da gestão do trabalho e as principais*  
2020 *diretrizes e resultados. Programa Nacional de Capacita SUAS, Capacita SUAS, o Programa Nacional*  
2021 *do Capacita SUAS foi instituído por meio da Resolução CNAS número 08/2012 e da Portaria*  
2022 *Ministerial número 142 de cinco de julho de 2012, alterado pela Resolução CNAS número 28/2014*  
2023 *com período para 10 anos. Programa Capacita SUAS, principais atribuições, União coordenar, e*  
2024 *cofinanciar as ações de capacitações do programa no âmbito nacional. Estados e DF, responsável*  
2025 *pela contratação das instituições de ensino e execuções das ações de capacitações. Municípios,*  
2026 *atuam de forma colaborativa com sua respectiva UF conforme pactuado nas instâncias locais*  
2027 *cíveis. Principais normativas do Programa Capacita SUAS. Resolução CIT número 01/2012 e*  
2028 *número 14/2013, resoluções CNAS número 08/2012, número 24/2013, número 34/2013, número*  
2029 *04/2013, número 22/2014, número 28 de 2014 e altera a Resolução 08 de 2012. As instituições de*  
2030 *ensino executoras somente estarão habilitadas a executar os cursos no âmbito do Capacita SUAS,*

2031 as instituições de ensino superior, IEs, credenciadas na rede nacional de educação permanente do  
2032 SUAS, RENEPS/SUAS. Todos os trabalhadores formados nos cursos de capacitação no âmbito do  
2033 Capacita SUAS são certificados. A certificação deverá gerar impacto na progressão funcional dos  
2034 trabalhadores do SUAS. Definição do valor de base de cofinanciamento federal por capacitando. O  
2035 valor base por capacitando definido na Resolução, foi de R\$ 600,00 exceto na região norte, onde  
2036 em razão das especificidades da região, foi atribuído um valor de R\$ 720,00 por capacitando, esse  
2037 valor é cofinanciamento federal. Cursos pactuados para execução referente ao exercício de 2012,  
2038 introdução ao provimento dos serviços, benefícios socioassistenciais do SUAS, atualização em  
2039 indicadores para diagnósticos e acompanhamento do SUAS, atualização em gestão financeira,  
2040 gestão financeira e orçamento do SUAS. Cursos pactuados para além dos de 2012 para execução  
2041 referente a 2013 e 2014, introdução ao exercício do controle social, atualização sobre  
2042 especificidade e interfaces da proteção social básica do SUAS, atualização sobre a organização e  
2043 oferta do serviço de proteção social especial, atualização para a elaboração de planos de  
2044 assistência social, atualização e vigilância socioassistencial do SUAS, evolução da execução do  
2045 Capacita SUAS, executado até julho de 2015, onze estados, incluindo o DF, concluíram a execução  
2046 das metas. Vagas pactuadas para o exercício de 2012. Em processo de execução, atualmente  
2047 outros dez estados já iniciaram a execução do exercício de 2012. Pactuados, no total foram  
2048 pactuados no âmbito do Capacita SUAS 121.791 metas, vagas referentes a 2012,2013,2014.  
2049 Evolução da execução do Capacita SUAS. A previsão para conclusão das metas/vagas referente ao  
2050 exercício de 2012 dos 10 estados em execução é para novembro desse ano. Está confirmada ainda  
2051 para o segundo semestre de 2015 o início da execução das metas/vagas referente ao exercício de  
2052 2013 dos estados do Espírito Santo, DF, MG, SC, CE e PB. No total foram repassados para os  
2053 estados e DF no âmbito do Capacita SUAS um montante de R\$ 54.389.800,00 além dos R\$  
2054 29.024616,00 pactuados para o exercício de 2014, muito dinheiro. A evolução de execução do  
2055 Capacita SUAS. Atualmente dois estados ainda não conseguiram contratar a IE para a execução do  
2056 exercício de 2012. São elas, norte, Amapá, Sudeste, São Paulo. Sistema de Monitoramento  
2057 Acadêmico do Capacita SUAS, SIMA. É o instrumental oficial de monitoramento do Programa  
2058 Capacita SUAS, coordenado pela SAGI. Deve ser preenchido pela IEs de forma periódica e afim de  
2059 possibilitar o acompanhamento da execução do programa. Cadastro do estado atualmente há 21  
2060 unidades da federação inseridas no SIMA. Metas/vagas, contratadas foram declaradas execução de  
2061 30.451 metas/vagas. Representação nos municípios, 2.448 municípios tiveram trabalhadores  
2062 capacitados, registrados no sistema. Esse conjunto de 30.451 trabalhadores representa 82,16% do  
2063 total de metas de 37.062 trabalhadores capacitados, estabelecida na primeira etapa de pactuação  
2064 com os estados. Encaminhamento, solicitar ao Departamento de Gestão do SUAS, DGSUAS, o  
2065 calendário da execução do Programa Capacita SUAS, discutir na presidência ampliada sobre a  
2066 possibilidade de participação no CNAS de acompanhamento da execução do Capacita SUAS dos  
2067 eventos de participação e aula inaugural. Encaminhar a apresentação aos conselheiros e  
2068 conselheiras do CNAS, definição de pauta de agosto de 2015, agenda conjunta com CONANDA  
2069 para definição da pauta e estratégia, Secretaria Executiva do CNAS levantará os pontos comuns  
2070 relevantes do plano de ação da comissão. Convidar representantes da Comissão de Políticas

2071 *Públicas do CONANDA, Anderson Miranda, coordenador da Comissão de Política de Assistência*  
2072 *Social.”. O Conselheiro Anderson realiza leitura da Memória do Grupo de Trabalho: “Memória,*  
2073 *grupo de trabalho, GT representação das entidades dos usuários do SUAS. Presidente,*  
2074 *rapidamente, eu quero parabenizar aos conselheiros e conselheiras que estavam presentes nesse*  
2075 *GT viu Presidente. Eu não estava, mas eu quero aqui no microfone parabenizar Aldenora Gonzalez,*  
2076 *Alceu Kuhn, Dulcinéia Reginato e José Crus, porque fizeram um excelente trabalho aqui viu*  
2077 *Presidente. E também a Secretária Executiva, Carolina, Celda e a Rosângela Almeida. Local*  
2078 *Esplanada, não vou ler esses “borogodó” porque a gente já sabe aonde aconteceu. Convidados,*  
2079 *não, os conselheiros presentes, Aldenora Gonzalez, o Alceu Kuhn, a Dulcinéia Reginato e o José*  
2080 *Crus. A Secretária Executiva CNAS, Carolina Ribeiro, Celda Chaves e Rosângela Almeida.*  
2081 *Convidados, Jarbas Cunha, coordenador Geral de angulação do SUAS, DGSUAS/SNAS em exercício.*  
2082 *Ponto um, integrantes da subcomissão, Juliana Agatte, Anderson Miranda, Aldenora Gonzalez,*  
2083 *Carmem Fogaça, Raimunda Cadó, José Ferreira Crus, Alceu Kuhn Dulcinéia Reginato. Ponto dois,*  
2084 *proposta da minuta de Resolução. A reunião foi iniciada pela Conselheira Aldenora Gonzalez que*  
2085 *resgatou a função do Gt. Em seguida, o Conselheiro José Crus contextualizou o processo de*  
2086 *construção coletiva dos conteúdos que será tratado da minuta da resolução que versará sobre os*  
2087 *usuários/sujeitos de direito da política de assistência social enfatizando que a decisão do GT de*  
2088 *alteração da Resolução CNAS número 24/2006 ou de propor uma nova resolução se dará após o*  
2089 *conteúdo tratado. Em seguida o Coordenador Geral do DGSUAS Jarbas Cunha, apresentou os*  
2090 *conteúdos organizados para apoiar o GT no processo de construção da minuta de resolução*  
2091 *extraídos de normativas do SUAS para dar unidade no atendimento dos usuários organizando em*  
2092 *três dimensões. Primeira, dos usuários, segunda, da organização dos usuários e dos direitos dos*  
2093 *usuários. Encaminhamento, conteúdo para nova redação de resolução deverão ser estruturadas*  
2094 *em três dimensões, usuários, organização de usuários e usuários do SUAS. Integralidade,*  
2095 *participação e direito dos usuários do SUAS. O GT irá trabalhar virtualmente até a reunião de*  
2096 *agosto de 2015. A minuta da resolução deverá ser debatida na reunião do GT em agosto de 2015.*  
2097 *Anderson Miranda, Coordenador da Comissão de Política e Assistência Social.”. Aprovado o Relato*  
2098 *da Comissão de Política da Assistência Social. **Item Relato da Comissão de Acompanhamento aos***  
2099 **Conselhos da Assistência Social.** A Conselheira Solange relata: “Reunião seis de 2015, data 22/07  
2100 de 2015, horário de 9h00 as 16h00, local Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, ala A, sala  
2101 119. Conselheiros presentes, Maria Lúcia Marquim, Coordenadora Adjunta, Naelson da Silva  
2102 Ferreira, Leovane Gregório, lembrando aqui que o Naelson está deixando a nossa comissão, foi o  
2103 último momento de reunião dele, estamos recebendo o Leovane na nossa Comissão. Aldenora  
2104 Gonzalez, Clátia Vieira, Secretária Executiva do CNAS, Celda Chaves, Lilian Guedes, a quem  
2105 apresento os agradecimentos da comissão pelo apoio prestado. Avaliação da Reunião Regional  
2106 Norte, participação dos Conselheiros, Solange Teixeira, Naelson Ferreira e Edivaldo Ramos,  
2107 Secretária Executiva Celda Chaves. Relato do Conselheiro Naelson, pontos positivos, a reunião foi  
2108 realizada no estado do Tocantins, na cidade de Palmas, dos relatos já escutados e de sua própria  
2109 participação o Conselheiro avalia como está sendo muito positiva. A presença de três CEAS,  
2110 Amazonas, Tocantins e Acre. A participação de um número significativo de CMAS e dos

2111 *CONGEMAS. Significativa participação de conselheiros representantes da sociedade civil e do*  
2112 *segmento de trabalhadores e entidades. A dinâmica das oficinas propiciou maior participação e*  
2113 *interação dos participantes cuja metodologia foi elogiada. Houve momentos de discussão nas*  
2114 *apresentações do CEAS sobre seus estados e municípios, tirando muitas dúvidas, como pacto*  
2115 *federativo, repasse de recursos, dentre outros. Como de praxe, o Presidente do CNAS estava*  
2116 *presente em todo o encontro, durante todo a reunião, viu, tira encontro aqui, por favor, que é uma*  
2117 *reunião, não é encontro. Mesmo com as dificuldades como a ausência do facilitador da oficina um,*  
2118 *que tratou, que trataria do controle social, mecanismos de mobilização da participação dos*  
2119 *usuários, trabalhadores e entidades do SUAS, o processo de interação e integração entre conselhos*  
2120 *de gestão local, a oficina foi realizada e coordenada pelo Presidente do CNAS. A presença dos*  
2121 *conselheiros municipais, do CNAS, do Tocantins. Pontos negativos, pouca participação dos usuários*  
2122 *da ciência social na reunião regional, ausência do CEAS de Pará, Rondônia, Roraima e Amapá.*  
2123 *Cidades alagadas, dificuldade de acesso e outros problemas dificultaram a participação dos quatro*  
2124 *CEAS, Pará, Rondônia, Roraima e Amapá. Encaminhamentos, verificar os relatórios entregues pelos*  
2125 *conselheiros Naelson e Solange sobre a reunião norte, a coordenação técnica fará um*  
2126 *levantamento das degravações sobre os problemas identificados pelo CEAS para servirem de pauta*  
2127 *para as próximas reuniões de 2016. Analisar, comparar os encaminhamentos e reuniões regionais*  
2128 *de 2014 (ininteligível) as reuniões de 2015 com vistas aos procedimentos que se fizerem*  
2129 *necessários as próximas reuniões regionais. Acompanhar os encaminhamentos da reunião da*  
2130 *comissão. Item dois, acompanhar os encaminhamentos da reunião da Comissão Organizadora da*  
2131 *10ª Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamento, reiterar ao CEAS através de*  
2132 *contato telefônico retorno quanto a solicitação encaminhada via e-mail pelo Conselho Nacional de*  
2133 *Assistência Social ao CEAS no dia 16 de julho com o seguinte teor: quantidade de municípios do*  
2134 *estado que já realizaram as conferências municipais até o momento. Instrumentos adotados para*  
2135 *registro das deliberações dos municípios, cópia das resoluções relacionadas a regulamentação,*  
2136 *orientação do processo das conferências. Item três, discutir sobre como trabalhar e com qual*  
2137 *metodologia a meta um do plano de ação, assegurar que os conselhos cumpram suas funções*  
2138 *enquanto instância deliberativa do SUAS em caráter permanente e composição paritária.*  
2139 *Estratégia 1.1 da ação, orientar os CAS sobre o acompanhamento dos CRAS e CREAS e entidades*  
2140 *de assistência social que prestam serviço vinculado aos programas e projetos para que este insira o*  
2141 *tema de instância deliberativa como pauta de reuniões periódicas junto aos usuários, tendo em*  
2142 *vista divulgar a forma de organização e mobiliza-los para participação no controle social do SUAS*  
2143 *em parceria com as entidades que atuam no território. Discutir internamente na comissão sobre os*  
2144 *procedimentos que deverão ser adotados sobre a metodologia para essa ação. Encaminhamentos,*  
2145 *enviar correspondências aos CEAS solicitando informações sobre a continuidade ao plano de ação*  
2146 *da Comissão de Acompanhamento ao CNAS, verificar com os CEAS se no plano de ação da*  
2147 *comissão de Acompanhamento dos conselhos municipais existe alguma estratégia para orientação*  
2148 *do CNAS quanto ao acompanhamento e fiscalização da rede. A comissão realizará um estudo do*  
2149 *senso SUAS 2014 no módulo Conselho Estadual, acompanhamento da rede socioassistencial.*  
2150 *Resgatar o estudo feito pela comissão de senso SUAS 2013, módulo conselho estadual e verificar os*

2151 encaminhamentos realizados junto aos CEAS. Ponto quatro, definir reunião do conselho na  
2152 Comissão de Acompanhamento dos Conselhos para agosto de 2015, de 9h00 as 12h00, análise da  
2153 informação do CEAS quanto ao plano de ação da Comissão de Acompanhamento aos conselhos  
2154 municipais de assistência social. Informe da comissão de acompanhamento em relação aos  
2155 conselhos, em relação ao e-mail enviado ao CEAS sobre a realização das conferências municipais.  
2156 Reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, Comissão de Políticas e  
2157 Normas, discussão da operação, de 14h as 16h, discussão da alteração da resolução CNAS número  
2158 24/2006. Outros assuntos, a coordenação técnica da Comissão de Acompanhamento dos  
2159 Conselhos deverá dar conhecimento a comissão das demandas recebidas dos conselhos municipais  
2160 de assistência social e do Conselho Estadual de Assistência Social.”. Aprovado o Relato da Comissão  
2161 de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. A Conselheira Marlene realiza a leitura  
2162 da Nota de Repúdio contra a PEC 18: “Nota de Repúdio. “A presente Nota faz considerações  
2163 referentes à Proposta de Emenda Constitucional PEC nº 18 de 2011, de autoria do Deputado  
2164 Federal Dilceu Sperafico e outros que propõem o seguinte texto para o Inciso 33 do Artigo Sétimo  
2165 da Constituição Federal. Artigo Sétimo, Inciso 33. Proibição de trabalho noturno perigoso ou  
2166 insalubre a menores de 18 anos de qualquer trabalho à menores de 16 anos, salvo na condição de  
2167 aprendiz ou sob o regime de tempo parcial a partir de 14 anos. Essa parte tá em negrito, vocês  
2168 estão acompanhando. Esse é o diferencial. Autorizar o trabalho a partir dos 14 anos de idade  
2169 representa um prejuízo incalculável para adolescentes e para toda a sociedade brasileira que  
2170 impactará, principalmente, na população mais vulnerável. A alteração proposta significa não  
2171 apenas a regressão de direitos, mas também a redução da proteção social integral aos  
2172 adolescentes. O objeto da PEC 18/2001 é vedado pelo Inciso quarto do Parágrafo 4º do Artigo 60  
2173 da Constituição Federal que impede Emendas Constitucionais tendentes a abolir os direitos e  
2174 garantias fundamentais, o que se configura como Cláusula Pétrea. A Constituição Federal define a  
2175 importância de uma inserção progressiva no mundo do trabalho porque prevalece o entendimento  
2176 de que crianças e adolescentes devem ter todas as condições para o seu pleno desenvolvimento.  
2177 Propostas de redação da idade mínima para o trabalho, como a que se apresenta na PEC 18/2011  
2178 e em outras propostas à elas já pensadas, PEC 35/2011, PEC 274/2013 e PEC 77 de 2015  
2179 desconsideram o sentido fundamental do conceito de proteção social. É preciso unir forças par  
2180 evitar qualquer tentativa para diminuir ou enfraquecer os importantes avanços nos direitos sociais  
2181 e humanos que o povo brasileiro conquistou desde a promulgação da Constituição Federal em 88...  
2182 1988. No contexto global, cabe destacar que o Brasil é signatário da Convenção dos Direitos da  
2183 Criança, da ONU – Organização das Nações Unidas –, que expressa o entendimento da  
2184 Comunidade Internacional de que o trabalho não deve ser uma atividade permitida antes de uma  
2185 idade mínima adequada. Destacando a importância de se proteger crianças e adolescentes de...  
2186 qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação, ou que interfira em seu  
2187 desenvolvimento físico, mental ou moral.” O Brasil é, também, signatário das Convenções da O.I.T.,  
2188 da Organização Internacional do Trabalho 138, sobre a idade mínima para admissão ao emprego e  
2189 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para a sua  
2190 eliminação. O esforço brasileiro para a erradicação do trabalho infantil vem produzindo



2191 importantes resultados. Na 3ª Conferência Global para o trabalho infantil, realizado em Brasília,  
2192 em outubro de 2013, foi apresentado uma queda entre 2000 e 2012 de 55% no número de crianças  
2193 e adolescentes de 5 à 15 anos em trabalho infantil no Brasil e a média mundial de redução no  
2194 mesmo período foi de 32%. O grande desafio atual é erradicar o trabalho infantil no campo, em  
2195 empreendimentos informais e em suas piores formas, a exemplo do trabalho doméstico. Erradicar  
2196 estas situações que ainda persistem exige uma mudança de cultura da própria sociedade  
2197 brasileira, isto porque ainda permeia o imaginário social, a crença de que o trabalho infantil é um  
2198 elemento disciplinador e de preparo para o desempenho profissional. Essa é uma realidade que  
2199 precisa ser alterada, pois pesquisas mostram que a introdução laboral precoce conduz à níveis  
2200 mais baixos de escolaridade e a ocupação de postos precários e de baixa remuneração na vida  
2201 adulta, além disso, o trabalho infantil expõe crianças e adolescentes à atividades e contextos de  
2202 risco à sua saúde, desenvolvimento físico e psicológico. Por estas razões, o enfrentamento ao  
2203 trabalho infantil tem sido uma pauta mundialmente debatida. Dentre outros aspectos que  
2204 impactaram na redução trabalho infantil no Brasil, deve-se mencionar o compromisso das diversas  
2205 políticas como: a assistência social, a educação, os direitos humanos, a saúde e o trabalho. É  
2206 destaque neste processo o Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI, que faz  
2207 parte do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O Programa articula esforços intersetoriais e  
2208 dos entes federados para identificação e atenção a estas situações. A inclusão no cadastro único  
2209 para Programas Sociais, o acesso ao Programa Bolsa Família, ao Serviço de convivência e  
2210 fortalecimento de vínculos para crianças e adolescente, ao acompanhamento familiar nos CRAS e  
2211 CREAS e à serviços das diversas políticas públicas são estratégias adotadas no atendimento  
2212 prestado à crianças e adolescentes da situação de trabalho e assegurar sua proteção social.  
2213 Considerando que uma pessoa aos 14 anos de idade não tem formação técnica nem atingiu o  
2214 desenvolvimento psicossocial necessário ao desempenho das atividades laborais complexas como  
2215 exige o mundo contemporâneo do trabalho, haverá maior probabilidade desses serem  
2216 encaminhados aos piores postos de trabalho. Conforme a PNAD/2013, 82,2% dos que se  
2217 encontram em trabalho infantil, estão na faixa de 14 a 17 anos e têm como característica comum  
2218 o atraso escolar. Em 2014 foi firmado uma parceria entre o MDS e o Ministério da Educação para  
2219 somar esforços do Programa Mais Educação com as ações do SUS, visando ampliar as estratégias  
2220 de prevenção e a erradicação do Trabalho Infantil. Como resultado, a participação em atividades  
2221 culturais, esportivas e de lazer está sendo assegurada a 1,2 milhões de crianças e adolescentes no  
2222 serviço socioassistenciais e em mais de 51 mil escolas em todo País. Para melhorar a qualificação  
2223 da mão de obra no Brasil, é necessário investir na estruturação das escolas, principalmente em  
2224 tempo integral, Programas de aprendizagem e de formação técnica. Somente assim, é possível  
2225 romper o ciclo inter geracional da pobreza em que os filhos com baixa escolaridade e remuneração  
2226 acabam permanecendo na mesma situação de seus pais. Nesse sentido, o Conselho Nacional de  
2227 Assistência Social manifesta seu Repúdio à PEC 18 que prevê a redução da idade para o trabalho a  
2228 partir de 14 anos e à todas as tentativas de retirada de direitos e garantias fundamentais de  
2229 nossas crianças e adolescentes, ao tempo em que afirma a doutrina da proteção integral, a  
2230 prioridade absoluta de crianças e adolescentes no acesso à direitos, o respeito à condição de

2231 *peçoas em desenvolvimento adotados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Conselho*  
2232 *Nacional de Assistência Social. Brasília, 24 de julho de 2015".* O Presidente Edivaldo indica que a  
2233 nota deverá ser encaminhada a todos os Conselheiros para que socializem em suas redes, em  
2234 função de que nem todos estão presentes, a todos os Deputados e ao Senado. Aprovada a Nota de  
2235 repúdio pelo Pleno. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a  
2236 presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e  
2237 depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte  
2238 integrante desta Ata, aprovada em reunião devinte e quatro de julho de dois mil e quinze.